

A ECONOMIA DE RORAIMA E O FLUXO VENEZUELANO

Evidências e subsídios para
políticas públicas

Em parceria com:

OBMigra
Observatório das
Migrações Internacionais



Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

A economia de Roraima e o fluxo venezuelano [recurso eletrônico] : evidências e subsídios para políticas públicas / Fundação Getulio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas. - Rio de Janeiro : FGV DAPP, 2020.

1 recurso online (148 p.) : PDF

Dados eletrônicos.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-68823-87-3

1. Venezuelanos – Roraima. 2. Imigrantes – Roraima. 3. Refugiados – Roraima.
4. Roraima – Condições econômicas. 5. Políticas públicas – Brasil. 6. Política migratória
- Brasil. I. Fundação Getulio Vargas. Diretoria de Análise de Políticas Públicas.

CDD – 325.287098114

Diretoria de Análise de Políticas Públicas
da Fundação Getulio Vargas

A economia de Roraima e o fluxo venezuelano

Evidências e subsídios para
políticas públicas

Rio de Janeiro

FGV DAPP

2020

Financiadores



Expediente



Fundada em 1944, a Fundação Getúlio Vargas nasceu com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico do Brasil por meio da formação de administradores qualificados, nas áreas pública e privada. Ao longo do tempo, a FGV ampliou sua atuação para outras áreas do conhecimento, como Ciências Sociais, Direito, Economia, História, Matemática Aplicada e Relações Internacionais, sendo referência em qualidade e excelência, com suas dez escolas.

ESCRITÓRIO

Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro
RJ - CEP 222509000
Caixa Postal 62.591 CEP 22257-970
Tel (21) 3799-5498 | www.fgv.br

PRESIDENTE FUNDADOR

Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE

Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES

Francisco Oswaldo Neves Dornelles (licenciado)
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (licenciado)
Sergio Franklin Quintella



DIRETOR

Marco Aurelio Ruediger

Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAPP)
(21) 3799-4300
www.dapp.fgv.br | dapp@fgv.br

COORDENAÇÃO GERAL

Ana Lucia Guedes
Wagner Oliveira

PESQUISADORES

Helena Nobre
Leonor Jungstedt
Paula Audibert

PROJETO GRÁFICO

Daniel Almada
Luis Gomes
Yan Hill

Parceiros



O Observatório das Migrações Internacionais, OBMigra, foi instituído a partir de um termo de cooperação em 2013 entre o Ministério do Trabalho (MTb), por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e a Universidade de Brasília (UnB). Com a extinção do Ministério do Trabalho (MTb) em janeiro de 2019, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) assumiu as competências do antigo Ministério no tocante às questões de imigração laboral, incluindo o CNIg. Com isso o OBMigra passou a cooperar diretamente com o MJSP. O OBMigra tem como meta ampliar o conhecimento sobre os fluxos migratórios internacionais no Brasil, mediante estudos teóricos e empíricos, e apontar estratégias para a inovação social de políticas públicas dirigidas às migrações internacionais. Para realizar essa tarefa propõe-se analisar os três cenários que afetam o Brasil na atualidade: a imigração internacional; a emigração brasileira para outros países e os projetos migratórios de retorno dos emigrantes brasileiros.

COORDENADOR CIENTÍFICO

Leonardo Cavalcanti

COORDENADOR ESTATÍSTICO

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira

PESQUISADORES

Isadora Araújo



Implantada em 1989, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) é a primeira instituição federal de ensino superior a instalar-se em Roraima. A instituição vem produzindo e disseminando conhecimentos, trabalhando na busca contínua de padrões de excelência e de relevância no ensino, na pesquisa e na extensão. Ao longo destes mais de 30 anos, a UFRR tem renovado sua missão de contribuir para o desenvolvimento do Estado, sugerindo soluções para os desafios amazônicos, estimulando o convívio entre as populações do espaço fronteiriço e elevando a qualidade de vida na região.

COORDENADORES

Gustavo da Frota Simões
João Carlos Jarochinski Silva

PESQUISADORES

Dhalila Cruz
Mariana Arcanjo
Militza Pérez

Sumário

APRESENTAÇÃO	10
ACNUR	10
ESMPU	11
FGV DAPP, OBMigra e UFRR	12
RESUMO EXECUTIVO	14
1. INTRODUÇÃO	18
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO FLUXO VENEZUELANO EM RORAIMA	20
2.1 Realidade sócio-histórica de Roraima	20
2.2 O fluxo venezuelano para Roraima	23
2.3 A resposta governamental brasileira	26
3. ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DE RORAIMA	30
3.1 Demografia	30
3.2 Atividade econômica	37
3.2.1 A economia de Roraima	38
3.2.2 Agropecuária	42
3.2.3 Serviços	45
3.2.4 Comércio	47
3.2.5 Comércio exterior	49
3.2.6 A economia humanitária	54
3.3 Finanças públicas	55
3.4 Mercado de trabalho	62
3.4.1 Análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua	63
3.4.2 A movimentação dos venezuelanos no mercado de trabalho formal	67
3.4.2.1 A emissão de carteiras de trabalho para venezuelanos no Brasil	68
3.4.2.2 A movimentação de venezuelanos no mercado de trabalho brasileiro	71
3.4.2.3 A movimentação dos venezuelanos na sociedade roraimense	76
3.4.2.4 Análise comparativa entre venezuelanos e brasileiros	81
3.5 Acesso a serviços públicos e indicadores sociais	85
3.5.1 Pobreza e extrema pobreza	85

3.5.2 Assistência social	88
3.5.3 Assistência médico-hospitalar	93
3.5.4 Educação	98
4. ESTIMATIVA DO SALDO FISCAL DOS VENEZUELANOS	106
4.1 Receitas	106
4.1.1 Impostos sobre consumo	107
4.1.2 Imposto sobre o rendimento	110
4.1.3 Contribuição previdenciária	111
4.1.4 Investimentos	112
4.2 Despesas	112
4.2.1 Saúde pública	113
4.2.2 Educação pública	114
4.2.3 Assistência social	116
4.2.4 Sistema penitenciário	118
4.3 Saldo fiscal	118
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICES	135
Apêndice I – Notas metodológicas	135
I.1 Pesquisas quantitativas	135
I.1.1 Seleção de amostra de estados semelhantes a Roraima	135
I.1.2 Pareamento das bases de dados CTPS-RAIS-CAGED	139
I.1.3 Deflacionamento	139
I.1.4 Índice de Herfindahl	141
I.2 Pesquisas qualitativas	142
I.2.1 Entrevistas semiestruturadas com atores-chave	142
I.2.2 Observação direta	143
I.2.3 Realidade sócio-histórica de Roraima	143
Apêndice II – Lista de acrônimos	144
Apêndice III – Lista de figuras, tabelas e quadros	146
III.1 Figuras	146
III.2 Tabelas	147
III.3 Quadros	148

Apresentação

ACNUR

Nos últimos anos, os deslocamentos forçados de pessoas refugiadas aumentaram em escopo, escala e complexidade. E apesar da tremenda generosidade dos países anfitriões e doadores nacionais e internacionais, cada situação demanda ações e abordagem distintas visando a proteção e assistência dessa população, com o oferecimento de soluções duradouras e sustentáveis.

A nível global, a ampliação da escala de deslocados trouxe apetite por novas abordagens que vão além da ação humanitária tradicional e da percepção de que o deslocamento forçado não é apenas um desafio humanitário, mas também político e de desenvolvimento. A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2015, têm o compromisso de “não deixar ninguém para trás” e forneceram um aparato poderoso para a inclusão de refugiados no planejamento e desenvolvimento socioeconômico.

O Pacto Global sobre Refugiados, de 2018, também assume compromissos inovadores em termos de solidariedade internacional, compartilhamento de ônus e responsabilidades. O ponto central dessa abordagem é garantir o engajamento de uma coalizão de atores muito mais ampla, incluindo atores do desenvolvimento e do setor privado para atender às necessidades imediatas e de longo prazo dos refugiados e das comunidades anfitriãs em apoiá-los a se tornarem mais resilientes e auto-suficientes.

Ao final de 2019, estimava-se que mais de 4,7 milhões de venezuelanos haviam deixado o seu país de origem. Destes, aproximadamente 250 mil tiveram como destino o Brasil. Situações como esta geram muitos desafios, mas também podem ser um impulso para desenvolvimentos positivos. Há, nos últimos anos, um reconhecimento crescente de que pessoas refugiadas e migrantes podem contribuir para as comunidades anfitriãs e para as economias locais, se a entrada no mercado de trabalho e outras formas de subsistência forem facilitadas e as barreiras às inclusões, removidas. Muitas cidades já desenvolveram iniciativas criativas e inovadoras de coesão e integração social.

Como o recente fluxo de solicitantes de refúgio e migrantes vindos da Venezuela passa majoritariamente pelo estado de Roraima, houve no estado um aumento populacional e consequentemente um aumento da demanda por bens e serviços.

Nesse sentido, este relatório busca identificar evidências entre o desempenho social e econômico de Roraima com o fluxo de venezuelanos com o objetivo de apoiar a formulação de políticas públicas que promovam um desenvolvimento local mais sustentável. Pessoas refugiadas e comunidades anfitriãs não devem ser deixadas para trás.



José Egas

Representante do ACNUR no Brasil

ESMPU

A partir de 2015, parte significativa da população venezuelana deixou seu país de origem, dirigindo-se principalmente a outras partes da América Latina, entre elas o Brasil. Em solo pátrio, o estado de Roraima tem sido particularmente impactado pela chegada dos migrantes, em razão da sua fronteira com a Venezuela, com a ocorrência de diversas externalidades frequentemente tidas como negativas, gerando uma demanda de atuação por parte do Ministério Público da União em todos os seus ramos.

Esta demanda de atuação acarretou, por sua vez, a necessidade de produção de estudos e de capacitação consistente sobre esta matéria. Em razão disso, em junho de 2018, como parte de um coletivo formado por órgãos públicos, representantes da sociedade civil e entidades não governamentais, a ESMPU lançou o projeto “Atuação em rede: capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil”, com o fito de debater, através de ações de treinamento, sobre políticas locais de acolhida a migrantes.

A partir da experiência deste projeto, cujas atividades alcançaram 13 capitais brasileiras, percebeu-se que o impacto da migração venezuelana em Roraima era mais complexo do que inicialmente se mostrava e precisava ser abordado de uma perspectiva mais ampla, incluindo também o viés econômico.

Ao longo dos anos de 2018 e 2019, a ESMPU deu novos passos na consolidação do seu papel de instituição

acadêmica encarregada de gerar conhecimento científico de qualidade para nortear a atuação do MPU, estabelecendo órgãos colegiados encarregados do planejamento acadêmico e científico da instituição e criando programas e eixos temáticos de atuação, o que nos fez buscar retomar a profícua parceria com o ACNUR, um dos nossos parceiros na Rede de Capacitação.

Para coordenar tão relevante pesquisa, recorremos à expertise da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro, com a participação qualificada de pesquisadores da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e do Observatório das Migrações Internacionais da Universidade de Brasília (OBMigra).

A escolha de uma equipe tão robusta, utilizando dados quantitativos e qualitativos abrangentes e confiáveis, não poderia gerar outro resultado que não o presente: uma pesquisa sobre os impactos econômicos da migração venezuelana em Roraima, trazendo uma reflexão consistente que vai além das percepções iniciais sobre o problema proposto.

Entendendo que o planejamento eficaz da atuação ministerial passa pela aquisição de informação confiável e fidedigna, esperamos que estes insumos ora apresentados contribuam não apenas para uma atuação mais qualificada do MPU, mas também para o amadurecimento do debate sobre acolhimento de migrantes e refugiados no Brasil.



João Akira Omoto

Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério
Público da União

FGV DAPP, OBMigra e UFRR

Este relatório é produto do esforço de pesquisadores da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, unidade que possui dentre suas linhas de atuação a preocupação com a imigração como vetor de desenvolvimento do país, tendo apresentado contribuições relevantes para a política migratória brasileira e o debate público sobre migrações ao longo da sua existência; do Observatório das Migrações Internacionais da Universidade de Brasília, que busca ampliar o conhecimento sobre os fluxos migratórios internacionais no Brasil, mediante estudos teóricos e empíricos, e apontar estratégias para a inovação social de políticas públicas dirigidas às migrações internacionais; e da Universidade Federal de Roraima, única universidade federal no estado e que acaba de completar 30 (trinta) anos de existência em 2019, sendo também a única instituição do norte do país a possuir uma Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVm), parceria entre o ACNUR e instituições acadêmicas no Brasil.

Trata-se do resultado de um trabalho de pesquisa que se caracteriza pela interdisciplinaridade. Diante da complexidade e da dinâmica do fenômeno migratório, seria ingênuo acreditar que apenas um tipo de saber traria suficiente compreensão sobre seus efeitos na realidade local de Roraima. Por essa razão, acreditamos na complementaridade e nas especificidades de diferentes sa-

beres - a Economia, a Estatística, a Demografia, o Direito, a Sociologia, a Comunicação, entre outros - para uma melhor compreensão dos fenômenos sociais.

Além disso, o trabalho se caracteriza pela integração da equipe de pesquisadores envolvidos. Essa integração, que foi crucial para a produção de um relatório consistente em um tempo relativamente curto, está asentada no reconhecimento mútuo das expertises de cada centro, seja com a capacidade de análise de dados quantitativos, seja com uma longa experiência com o tema das migrações, ou ainda com o conhecimento da realidade local através da interação direta com os fenômenos estudados.

Convidamos o leitor a se debruçar sobre os achados deste documento, que deve trazer um pouco de luz ao debate sobre os efeitos da migração venezuelana para o Brasil, um debate fortemente influenciado por informações de procedência duvidosa. Aguardamos ansiosamente, ainda, pelos comentários, sugestões e críticas, que servirão ao constante aprimoramento das análises. Só assim, por meio da consolidação de evidências empíricas robustas, que políticas públicas eficazes podem ser propostas e discutidas no país, visando aproveitar cada vez melhor as potencialidades geradas pela imigração.

Marco Aurelio Ruediger
Diretor da FGV DAPP

Ana Lucia Guedes
Coordenadora acadêmica da FGV DAPP

Wagner Oliveira
Pesquisador da FGV DAPP

Leonardo Cavalcanti
Coordenador científico do OBMigra

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira
Coordenador estatístico do OBMigra

Gustavo da Frota Simões
Professor Adjunto da UFRR

João Carlos Jarochinski Silva
Professor Adjunto da UFRR



Resumo executivo

Este relatório se propõe a levantar um conjunto de evidências para uma melhor compreensão da realidade socioeconômica do estado de Roraima diante do fluxo venezuelano. Trata-se de uma análise minuciosa de dados quantitativos complementada por análises qualitativas, incluindo entrevistas com atores-chave da economia do estado e da resposta aos fluxos migratórios.

O estudo tem por objetivo levantar evidências que possam contribuir para o debate, afastando possíveis narrativas baseadas em especulação. O estudo não se propõe a medir precisamente os efeitos causais do fluxo venezuelano na economia de Roraima, mas sim analisar o comportamento recente de indicadores baseados em dados oficiais para qualificar o debate.

Após uma contextualização do fenômeno e da estrutura econômica de Roraima, são apresentadas evidências no campo da demografia, da atividade econômica, das finanças públicas, do mercado de trabalho e do acesso a serviços públicos. Ao final, apresenta-se uma estimativa do saldo fiscal dos refugiados¹ e imigrantes venezuelanos no Brasil.

O estado de Roraima, onde se dá a maior parte do fluxo de refugiados e imigrantes venezuelanos para o Brasil, é marcado pelo isolamento, pela

baixa diversificação de sua economia – muito focada no setor público –, e por diversas dinâmicas migratórias ao longo de sua história.

Entre 2013 e dezembro de 2019, **264 mil venezuelanos solicitaram refúgio ou residência no Brasil, a grande maioria entrando por Roraima** (BRASIL, 2020b). O fluxo começou a se intensificar em 2016, mas foi em 2018 que de fato atingiu números bastante elevados.

A baixa capacidade de absorção da economia de Roraima e a magnitude dos fluxos deu origem a uma **resposta conjunta do governo federal e de instituições humanitárias** – através da **Operação Acolhida**, que já autorizou mais de R\$ 500 milhões para assistência emergencial desde abril de 2018 no orçamento da União. Uma das principais iniciativas – **a política de interiorização** – já beneficiou 27 mil venezuelanos (BRASIL, 2020b).

A real ordem de grandeza do volume de venezuelanos no Brasil é provavelmente próxima do que é obtido através dos registros de regularização, uma vez que há diversas possibilidades de acesso à documentação já consagradas no país. **A população migrante encontra-se majoritariamente na idade ativa, representando, portanto, um impacto visível na pirâmide etária de Roraima.**

¹ O presente documento considerará como refugiados tanto os solicitantes de refúgio como os que já foram reconhecidos como tal.

Não se verificam, no entanto, mudanças relevantes nas taxas de natalidade e mortalidade de Roraima, o que está associado ao perfil demográfico da população da Venezuela.

No que diz respeito à atividade econômica, de 2016 para 2017, quando os fluxos venezuelanos já eram realidade **o crescimento observado do PIB de Roraima foi de 2,3%, enquanto, na média dos estados brasileiros, foi de 1,4%.** Com base no cálculo de um índice de diversificação econômica observou-se um **aumento do grau de diversificação em Roraima de 2017 para 2018 da ordem de 8%,** o que não foi verificado para o resto da região Norte ou para a média dos estados brasileiros.

Entre 2017 a 2018, Roraima destacou-se como o **estado com o maior aumento de área plantada (28,9%),** ficando bem acima do segundo colocado (Paraíba, com 10,3%). No mesmo período, o Brasil como um todo sofreu uma redução de 0,6%. Já os dados relativos ao setor de serviços não indicam uma melhora substancial e particular do estado de Roraima no período em que aumentam os fluxos venezuelanos, o que é corroborado pela análise da arrecadação de ISSQN. No entanto, por questões metodológicas, é possível que os dados disponíveis não estejam captando a atividade de novas unidades no local.

O comércio varejista em Roraima vem crescendo ao longo do tempo, mas a tendência é reforçada em 2018 e 2019. Essa variação no comportamento, ainda que não seja tão anormal quando comparada com o restante da série, parece ser um fenômeno específico da realidade de Roraima, não sendo visto da mesma forma no resto do país

No que tange ao comércio exterior, mesmo retirando o ouro da pauta de exportações de Roraima, possivelmente influenciado por questões de garimpo ilegal, **o valor exportado pelo estado cresceu de forma muito particular em 2019.** Isso provavelmente tem mais a ver com a situação da Venezuela do que propriamente com os fluxos migratórios, mas de todo modo, isso pode gerar efeitos multiplicadores locais.

As entrevistas realizadas permitiram observar a existência de uma **economia humanitária** em Roraima, composta pela atuação de uma série de organismos nacionais e internacionais que lidam com os refugiados e imigrantes e acabam por movimentar a economia, sem que isso apareça, necessariamente, de forma explícita nos dados.

Como uma possível consequência do comportamento da atividade econômica, observa-se um **expressivo aumento da arrecadação de ICMS em Roraima entre o final de 2018 e o primeiro semestre de 2019, chegando a um patamar de 25%.** Esse descolamento é um indício de que o consumo de bens e serviços no estado cresceu de forma diferenciada em comparação com outros estados, dado que não foram detectadas mudanças significativas de alíquota nesse período.

Por outro lado, **a taxa de desemprego aumenta consideravelmente no estado de Roraima em 2018 e 2019, algo que não se observa no resto do Brasil.** Um dos reflexos é o aumento da extrema pobreza no estado. No entanto, considerando a análise da atividade econômica, não é possível descartar a hipótese de que esse efeito é meramente mecânico, devido à contagem dos venezuelanos que chegam, em grande parte, desempregados e vulneráveis.

A movimentação dos refugiados e imigrantes venezuelanos no mercado formal de trabalho apresenta, em geral, saldos positivos. Sua integração se dá sobretudo em serviços como restaurantes e lanchonetes, além do comércio varejista e alguns setores industriais como construção. Em outros estados, há também a inserção em frigoríficos, o que revela uma tendência parecida com os haitianos.

Os salários médios de brasileiros (incluindo naturalizados) em Roraima não mudam significativamente no período em que aumenta o fluxo venezuelano. Na verdade, entre 2017 e 2018, a tendência é de aumento da média salarial. Nesse sentido, não parece haver evidência, a princípio, de que o fenômeno migratório tenha afetado negativamente os salários de brasileiros em Roraima.

Uma dimensão importante analisada no relatório é o acesso a serviços públicos. No que tange à assistência social, apesar do aumento de famílias cadastradas no CadÚnico em Roraima e do ligeiro aumento da população de rua, **não há registro de aumentos significativos no número de atendimentos em CRAS e CREAS** no período de intensificação dos fluxos venezuelanos em Roraima.

No que tange à oferta de serviços de saúde, registra-se uma **tendência descendente para os atendimentos ambulatoriais realizados pelos municípios de Roraima** no período em que os refugiados e imigrantes chegam com maior intensidade, enquanto que para os de responsabilidade do estado, há ligeiro aumento. Já as internações registram um aumento a partir de 2016, mas em patamares semelhantes ao que ocorreu em outros estados. Tais dados são originários das próprias secretarias estaduais e municipais de saúde.

Em relação à educação, **registra-se um aumento considerável das matrículas em Roraima, mas apenas em alguns níveis**, como é o caso do ensino infantil. Mas esse aumento **não parece ser atribuível integralmente aos venezuelanos**.

Por fim, numa perspectiva de médio/longo prazo, foi realizado um exercício de estimação das receitas e despesas governamentais correntes no Brasil de 2018 com os refugiados e imigrantes venezuelanos. Foi considerada a arrecadação de impostos sobre a renda e o consumo, contribuição previdenciária e tributação de investimentos do lado da receita. Do lado da despesa, considerou-se os gastos com saúde, educação, assistência social e sistema penitenciário.

O resultado indica que a contribuição fiscal dos imigrantes venezuelanos no Brasil em 2018 é da mesma ordem que os gastos correntes adicionais do Estado brasileiro (ambos da ordem de R\$ 100 milhões). A tendência ao longo do tempo é que as receitas aumentem (com a integração dos venezuelanos ao mercado de trabalho) e as despesas não cresçam na mesma proporção.

Não se leva em consideração nesse exercício as despesas emergenciais, pois não são consideradas “correntes”, o que exigiria uma conta sobre o fluxo de benefícios futuro, bem como os efeitos multiplicadores desse gasto, o que não é trivial de ser estimado.

O relatório indica uma série de possíveis direções em que o efeito potencialmente negativo do fluxo venezuelano sobre a economia de Roraima **pode ter sido parcialmente compensado por efeitos positivos**. Além disso, os dados indicam que, nos casos

em que há uma possível pressão adicional nos serviços públicos e no mercado de trabalho, a ordem de magnitude das mudanças nos indicadores não é, em geral, tão fora do comum para o estado, ao menos dentro do que foi possível apurar a partir dos dados oficiais disponíveis até o momento.

Aponta-se alguns direcionamentos para política pública como: a urgente necessidade do **re-forço à interiorização**, desde que assegurada a integração dos refugiados e imigrantes no seu novo local de destino; programas de **qualificação profissional** voltados tanto para a população migrante como para o poder público nos municípios que recebem os fluxos; aumento da ação da **rede de proteção social**, em especial a partir da promoção de ações de integração social nos locais de destino; e **ferramentas de monitoramento, avaliação e levantamento de informações** sobre os venezuelanos antes e após a interiorização, de modo a dar melhor capacidade de resposta à emergência dos fluxos de refugiados e imigrantes e **aproveitar as potencialidades econômicas advindas da integração** plena dos venezuelanos ao mercado de trabalho local.

1. Introdução

Compreender os efeitos dos fluxos de refugiados e imigrantes no país de destino não é uma tarefa fácil. É, na verdade, um problema de pesquisa que permeia a literatura acadêmica, sobretudo em Economia aplicada. Por se tratar de um fenômeno complexo, dificilmente esses efeitos são unidirecionais. Consequências positivas e negativas são possíveis do ponto de vista do local de destino, de modo que a tarefa de isolar os dois tipos de efeito não é nada trivial.

Como se sabe, a realidade da Venezuela no período recente tem obrigado muitos cidadãos venezuelanos a buscar alternativas em outros países. O Brasil tem sido escolhido como destino – mesmo não figurando entre as primeiras opções – como mostram os registros administrativos, sobretudo a partir de 2018. E a porta de entrada principal é a fronteira com o estado de Roraima, na região Norte do Brasil, um estado pequeno e com uma economia bastante restrita.

Diante de um repentino influxo de refugiados e imigrantes, os possíveis efeitos negativos são amplamente mencionados no debate público: aumento da competição no mercado de trabalho, que poderia reduzir o potencial de empregabilidade de nativos e mesmo os salários, aumento da demanda por serviços públicos básicos como saúde e educação, entre outros. Esse tipo de argumentação apresenta como base teórica um modelo que mantém fixas a oferta de vagas de

trabalho, a atividade econômica e a capacidade estatal, de modo que a resposta a um choque de demanda geraria efeitos negativos. Muito do que se propaga em termos de informação no debate público se assenta nesse tipo de premissa.

Por outro lado, os possíveis efeitos positivos são pouco mencionados. A atividade econômica, a capacidade estatal e a oferta de vagas de trabalho não estão fixas na realidade. Na verdade, elas podem responder aos choques: a maior demanda por bens e serviços por parte de imigrantes e refugiados e de novos atores atuando localmente a partir da resposta governamental e das instituições internacionais pode implicar em uma resposta positiva por parte das firmas, que poderiam realizar investimentos e aumentar sua capacidade produtiva. O resultado disso seria a melhora dos índices de atividade econômica e a abertura de postos de trabalho que poderiam, em última instância, ser ocupados pelos próprios refugiados e imigrantes. Do ponto de vista fiscal, a arrecadação extra advinda desse fenômeno poderia fazer frente aos gastos adicionais com os serviços públicos. Tudo isso sem falar em outros efeitos de longo prazo relacionados ao aumento da diversidade do país de destino.

Este relatório se insere nessa discussão e se propõe a levantar um conjunto de evidências para uma melhor compreensão da realidade do estado de Roraima diante do fluxo venezuelano.

Trata-se de uma análise exploratória de dados quantitativos complementada por análises qualitativas, incluindo entrevistas com atores-chave da economia do estado e da resposta aos fluxos imigratórios e de refugiados.

O documento é a consolidação de esforços realizados ao longo dos últimos quatro meses de 2019 por um conjunto de pesquisadores da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP), do Observatório das Migrações Internacionais da Universidade de Brasília (OBMigra) e da Universidade Federal de Roraima (UFRR), em uma iniciativa apoiada pelo

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

O trabalho não se propõe a testar relações de causa e efeito, mas busca trazer mais informações para o debate de forma qualificada e embasada nos registros oficiais, buscando desfazer narrativas baseadas em mera especulação. Além disso, o estudo tenta fazer algumas inferências sobre o saldo fiscal dos imigrantes e refugiados venezuelanos no Brasil. A estrutura do documento contém, além desta introdução, a seguinte subdivisão:

- **Seção 2** – Contextualização do fluxo venezuelano em Roraima: seção que apresenta o contexto em que se dá a análise socioeconômica, a realidade sócio-histórica do estado de Roraima e os números dos fluxos, incluindo insumos da pesquisa qualitativa;

- **Seção 3** – Análise de indicadores socioeconômicos de Roraima: seção que traz resultados exploratórios das análises dos indicadores socioeconômicos e sua consolidação com os resultados da pesquisa qualitativa nas seguintes áreas temáticas: demografia, mercado de trabalho, atividade econômica, acesso a serviços e indicadores sociais e finanças públicas;

- **Seção 4** – Estimativa do saldo fiscal dos imigrantes e refugiados venezuelanos: apresentação da metodologia e resultados do cálculo do saldo fiscal dos venezuelanos para 2018 no Brasil;

- **Seção 5** – Considerações Finais: conclusões principais do estudo e recomendações de política pública.

- **Referências bibliográficas**, seguidas pelo **Apêndice**, que contém o detalhamento de metodologias utilizadas no documento, a lista de acrônimos e a lista de figuras, tabelas e quadros.

2. Contextualização do fluxo venezuelano em Roraima

Nesta seção, apresenta-se uma contextualização do fenômeno migratório dos venezuelanos em Roraima a partir da observação direta dos pesquisadores e de uma descrição sócio-histórica da realidade do estado de Roraima, trazendo ainda registros administrativos migratórios decorrentes das solicitações de refúgio e de residência, bem como informações sobre o processo de interiorização

no âmbito da Operação Acolhida. Todas as análises que se seguirão no relatório dependem, de certa forma, dessa contextualização, uma vez que se busca compreender se, no intervalo de tempo imediatamente posterior ao aumento dos fluxos de migrantes e refugiados, há diferenças sensíveis nas tendências dos indicadores apresentados.

2.1 Realidade sócio-histórica de Roraima

O estado de Roraima, localizado no extremo setentrional do Brasil, possui uma dinâmica econômica marcada por sua distância em relação aos centros de poder político e econômico do Brasil. Além disso, está inserido em uma região de difícil circulação - o espaço amazônico - configurando-se, ainda, em uma região fronteira, o que, no caso brasileiro, representa uma dinâmica de isolamento, constituindo-se na periferia do Estado nacional.

Nos tempos coloniais, a região era povoada por povos indígenas, os quais possuem até os dias atuais uma grande expressão em termos populacionais e de importância para dinâmicas de ocupação e de preservação ambiental para a região.

O interesse colonial na região era diminuto, levando a um cenário em que a presença europeia na localidade era dominada por religiosos em missões ou exploradores buscando encontrar riquezas capazes de justificar a presença mais efetiva da empresa colonial na região.

Com a independência do Brasil, a região não modificou seu status e permaneceu como um local de baixa vinculação com o restante do território brasileiro. Os governos imperiais mantiveram o interesse em garantir esse território para si e por meio disso tentaram, sem grande sucesso, criar mecanismos que assegurassem a presença de pessoas com alguma vinculação com as autori-

dades nacionais. Destaca-se, no século XIX, que Roraima se torna um local em que pessoas processadas judicialmente deveriam cumprir penas de desterro, assegurando a prática de alguma atividade econômica na região – em particular, a pecuária -, além da presença de não indígenas no território. A comunicação com o restante do território era escassa e realizada, basicamente, por meio da navegação fluvial pelos rios da região.

O ciclo da borracha no final do século XIX, que foi tão impactante para a ocupação de parte do território amazônico, não trouxe maiores consequências para Roraima, uma vez que a seringueira, árvore que oferecia o látex para a borracha, não tem presença expressiva na região mais ao norte do atual estado, em que a vegetação de lavrado não possui exemplares dessa espécie. Portanto, quando do primeiro grande processo de ocupação amazônica por não indígenas, Roraima não teve grandes alterações em sua dinâmica, mantendo uma predominância de atividades pecuárias com baixíssima presença populacional.

Já no século XX, as dinâmicas de ocupação e integração do território amazônico fizeram com que Roraima se tornasse foco de algum grau de atenção, principalmente durante os governos militares. A ideia de proteção do território brasileiro fez com que algumas iniciativas fossem adotadas para melhorar a defesa do local por meio da presença mais efetiva de setores militares. Ações de infraestrutura foram realizadas, como a construção de estradas e da Base Aérea de Boa Vista, transformando

a localidade em um polo de atração - ainda muito incipiente - mas já desenvolvendo a dinâmica de intervenção no espaço, o qual ocorreria predominantemente por meio de investimentos públicos, vinculados ao governo central.

Porém, mesmo essa dinâmica não foi suficiente para transformar significativamente a realidade regional, tanto que a área que hoje é o atual estado possuía em toda a sua extensão territorial apenas dois municípios, com uma população bastante pequena. Isso só começa a se alterar nos anos 1970, quando políticas de atração de população são levadas a cabo pelas autoridades, por meio de incentivos para a chegada de pessoas. Essas políticas são viabilizadas por meio de empregos públicos e, posteriormente, nos anos 1980, pelo garimpo, que traz um montante populacional inédito para o espaço a ponto de viabilizar a demanda de certos setores políticos para a consolidação de Roraima como estado em 1988.

Além do funcionalismo público e do garimpo, as atividades pecuárias permaneceram como relevantes para a região - em um viés extensivo -, assim como a chegada de levas migratórias² para a produção agrícola, principalmente por meio de ações de colonização em diversas partes do estado. Portanto, resta evidente que as dinâmicas migratórias, muitas delas incentivadas pelos poderes públicos, fazem parte da lógica de desenvolvimento e ocupação do estado.

Com a proibição do garimpo³, as possibilidades de inserção nas carreiras públicas, tanto federais,

² Neste caso, trata-se de migrações dentro do território nacional, não necessariamente envolvendo cidadãos de outros países.

³ O garimpo jamais deixou de ser uma atividade expressiva na região, mesmo sendo feito de forma irregular.

como nas do estado recém-criado e dos municípios que também surgiram, fizeram com que a população tivesse um grande crescimento absoluto. No entanto, frente à dinâmica demográfica brasileira, a população continuou a ser pouco expressiva, a ponto de o estado continuar a ser o menor do país em termos populacionais. Isso decorre da dificuldade de integração com o restante do território, visto que a principal opção de transporte é o aéreo, o que é bastante custoso, além do fato de que a rodovia mais importante da região, que leva até Manaus, não possuir conexão com o restante do território nacional.

O isolamento era tamanho que, quando do asfaltamento dessa rodovia (BR 174), optou-se pelo asfaltamento em direção à fronteira com a Venezuela, a qual dista por volta de 220 km da capital do estado, Boa Vista, em detrimento dos 760 km em direção a Manaus, pois a dinâmica econômica e de busca por remediar esse isolamento aproximava o estado das localidades fronteiriças.

Percebe-se, portanto, que Roraima possui uma dinâmica econômica bastante incipiente, constituída a partir da predominância dos órgãos estatais no desenvolvimento da região, os quais fariam a distribuição de riquezas por meio do pagamento de salários e serviços aos que lá se encontram com atividades vinculadas a esses organismos.

Tal realidade levou à constituição de uma rede de serviços para atender parte da demanda desse setor, notadamente dos servidores públicos de todos os níveis federativos, mas sem incidir na confi-

guração de uma grande capacidade produtiva no estado, visto que ainda hoje o setor industrial é bastante reduzido. Já o setor agropecuário, com mais lastro e tradição e com alguns significativos avanços em termos de negócio nos últimos anos – como o reconhecimento do estado como livre da febre aftosa – não possui capacidade de se tornar um elemento capaz de suplantar em importância o papel que a chamada “economia do contracheque”⁴ exerce. O setor primário oferece poucos empregos e, na maioria das vezes, com baixos salários, além do fato de que boa parte de sua produção atende demandas regionais. Além disso, as experiências vinculadas à agricultura familiar encontram dificuldades na geração de renda e fixação da população no campo. Ainda, há outros potenciais do estado são pouco explorados e também não se configuram em grandes geradores de renda, como o meio ambiente e a enorme diversidade cultural existente na localidade.

Percebe-se, portanto, que os refugiados e imigrantes venezuelanos adentram ao território brasileiro em uma localidade com baixa capacidade de inserção econômica, ainda mais em um contexto recessivo como o que o Brasil tem vivido desde 2015, em que até mesmo os importantes investimentos públicos, os quais sempre foram elementos impulsionadores da economia em Roraima, estão escassos. Essa contextualização é importante para compreender melhor a dinâmica de indicadores mais recentes do estado do Roraima e como eles respondem às mudanças recentes na região.

⁴ Expressão informal que faz referência à dependência da economia local em relação às remunerações de servidores públicos.

2.2 O fluxo venezuelano para Roraima

O fluxo de pessoas oriundas da Venezuela para Roraima faz parte do contexto de intensa saída de pessoas do país sul-americano em virtude da grave crise social e econômica que tem caracterizado os últimos anos naquela localidade. O número de indivíduos que deixam a Venezuela já é contabilizado como algo entre 4 e 5 milhões de pessoas⁵, o que o torna o fluxo mais volumoso dos últimos três anos, conseguindo ultrapassar o local que detinha o domínio desse ranking, a Síria.

Os fluxos têm como destino principal os países da América do Sul. Esse fluxo é inédito em termos regionais devido ao expressivo volume de pessoas que “está migrando”⁶ nesse momento pela região da América do Sul na busca por garantir a sua sobrevivência e daqueles que dependem dos resultados desse fluxo, o que faz com que esse movimento tenha um conteúdo de sucessivos projetos migratórios que se realizam a cada etapa vencida pelos refugiados e imigrantes.

Esse grande contingente humano tem desafiado as localidades de destino e trânsito, como é o caso do Brasil e, em particular, do estado de Roraima, em virtude não só do próprio aumento populacional, como também pelas próprias características dessa mobilidade. Os fluxos decorrem, tipicamente, de eventos na origem que afetam di-

retamente as condições de sobrevivência dos habitantes da Venezuela, levando-os a migrar, em uma perspectiva que pode ser classificada como um fluxo migratório forçado, já que os venezuelanos partem em busca de assegurar condições para manter a sua sobrevivência.

É importante ressaltar que a política migratória do Brasil, em relação aos fluxos oriundos da Venezuela, favorece a regularização da integralidade dos refugiados e imigrantes, seja qual for a estratégia dos indivíduos para regularização no país. Isso faz com que os números apurados sobre a imigração regular sejam bastante representativos da realidade dos fluxos. Além disso, com edições de normas administrativas para facilitar o acesso via solicitação de residência, as autoridades brasileiras responsáveis pela política migratória, aplicando de forma inédita a definição ampliada da Declaração de Cartagena, optaram por reconhecer a condição de refugiados dos venezuelanos, a partir do princípio da grave violação dos direitos humanos (AGÊNCIA BRASIL, 2019). Essa decisão facilitará as análises dos processos, simplificando as deliberações favoráveis à concessão do status de refugiado.

De 2013 a meados de 2019, 176.136 venezuelanos regularizaram sua entrada no Brasil através

⁵ O ACNUR (2019) atesta que o número de refugiados e migrantes venezuelanos no mundo é de 4,5 milhões.

⁶ O objetivo aqui é destacar uma dinâmica de hiper mobilidade (IORIO e PEIXOTO, 2011) que vem marcando os fluxos migratórios contemporâneos, em que as pessoas não realizam apenas um movimento focado entre uma origem e um destino, mas diversos movimentos, os quais têm se adaptado a diferentes fatores, dentre os quais se destaca a possibilidade de inserção laboral ou obtenção de alguma renda.

de dois tipos de status migratório: 122.758 solicitantes de refúgio (**Tabela 1**) e 59.648 solicitantes de residência (**Tabela 2**). Como é possível observar, a estratégia principal para obter a regularização foi a busca pelo reconhecimento como refugiado, conforme o Departamento de Polícia Federal (2019a, 2019b).

A **Tabela 1** apresenta o volume de solicitações efetivadas em cada município de Roraima, destacando-se Pacaraima, que é a principal porta de entrada desses fluxos, com mais de 110 mil pe-

didos (90,1%). Ao longo da série analisada, Boa Vista ocupa a terceira posição (5,2 mil pedidos), atrás de Bonfim (6,9 mil solicitações). Por outro lado, os dados de solicitação de residência, na **Tabela 2**, indicam, em boa medida, o município de residência dos venezuelanos. Desse modo, Boa Vista acolheu, ao longo dos anos observados, 42.216 pedidos de residência (79,1%) e Pacaraima 8.762 (16,2%). Nos demais municípios, exceto Bonfim no aspecto da solicitação de refúgio, a contribuição é residual.

Tabela 1. Número de solicitações de refúgio de venezuelanos por ano, segundo município de solicitação em Roraima, 2013 - 2019 (janeiro a julho)

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 (Jan-jul)	Total
Pacaraima	2	0	1	2.149	15.681	61.501	31.313	110.647
Bonfim	0	0	0	396	930	1.385	4.168	6.879
Boa Vista	0	1	2	600	2.101	1.368	1.092	5.164
Rorainópolis	0	0	0	0	6	9	3	18
Normandia	0	0	0	2	0	15	1	18
Alto Alegre	0	0	0	0	5	5	3	13
Amajari	0	0	0	0	5	0	0	5
Mucajá	0	0	0	0	0	3	0	3
Caracaraí	0	0	0	0	2	1	0	3
Uiramutã	0	0	0	0	0	1	1	2
São Luiz	0	0	0	0	1	0	1	2
Iracema	0	0	0	0	0	1	1	2
Cantá	0	0	0	0	1	1	0	2
Caroebe	0	0	0	1	0	0	0	1
Total	2	1	3	3.148	18.732	64.290	36.583	122.759

Fonte: Solicitações de refúgio, Departamento de Polícia Federal (2019a). Elaboração própria.

Tabela 2. Número de registros migratórios de venezuelanos, por ano, segundo município de residência - Roraima, 2013 - 2019 (janeiro a junho)

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 (Jan-Jun)	Total
Boa Vista	26	83	282	1.525	8.591	20.828	10.881	42.216
Pacaraima	6	21	42	80	368	5.765	2.480	8.762
Rorainópolis	0	0	1	7	34	222	201	465
Mucajaí	0	1	0	5	29	226	135	396
Cantá	0	0	0	4	30	155	69	258
Alto Alegre	0	2	2	8	55	127	31	225
Bonfim	0	0	0	5	11	125	75	216
Amajari	0	0	0	0	14	113	76	203
Caracaraí	0	0	0	2	12	111	67	192
Iracema	0	0	0	5	11	82	21	119
Caroebe	0	0	0	1	9	54	54	118
São João da Baliza	0	0	0	0	5	63	40	108
São Luiz	0	0	0	0	2	23	23	48
Uiramutã	0	0	0	0	2	20	5	27
Normandia	0	0	1	0	1	18	5	25
Total	32	107	328	1.642	9.174	27.932	14.163	53.378

Fonte: SisMigra, Departamento de Polícia Federal (2019b). Elaboração própria.

Esse é o quadro em Roraima, local em que, desde 2015, verifica-se um aumento da presença de pessoas oriundas da Venezuela em seu território. Em um primeiro momento, o fluxo predominante era pendular, no qual as pessoas cruzavam a fronteira com o Brasil em busca de produtos e serviços em decorrência da escassez na Venezuela. Nessas ocasiões, alguns chegavam a realizar pequenos trabalhos no território brasileiro, mas a maioria ainda possuía algum poder de compra com recursos oriundos da Venezuela, pois o poder aquisitivo da moeda venezuelana não tinha sido, ainda, esfacelado pela inflação que atinge o país nos últimos cinco anos. Depois de obterem os produtos e até serviços que desejavam, a maioria retornava para seus locais de origem.

Já em um segundo momento, a crise econômica venezuelana impactou diretamente esse tipo de mobilidade, em virtude do já salientado declínio do poder de compra desses migrantes pendulares em decorrência da forte e constante desvalorização do Bolívar Venezuelano (moeda da Venezuela). A partir de 2016, com esse quadro, nota-se o significativo aumento da fixação dessas pessoas no território brasileiro, principalmente em Roraima, estado em que se localiza a maior parte da fronteira entre os dois países e onde se encontra a estrada que é a principal ligação entre os dois territórios. Desde 2016, o número de chegadas vem aumentando, assim como o saldo de pessoas que permanecem no Brasil ou saem deste para outras localidades que não a fronteira entre Brasil e Venezuela.

2.3 A resposta governamental brasileira

O expressivo quantitativo de chegadas ao território brasileiro resultaria, por si só, em dificuldades na recepção e posterior integração dessas pessoas oriundas da Venezuela. O fato da principal localidade de entrada desses refugiados e imigrantes se dar em um estado com uma população pequena e pouco dotado de serviços e indústria acaba afetando de forma significativa as possibilidades de inserção laboral e empreendedorismo, limitando os potenciais de crescimento que esse fluxo oferece.

Os anos de 2016 e 2017 demonstraram essa dinâmica de sobrevivência. Antes da efetiva atuação governamental brasileira – principalmente por parte da União, que se dá em 2018 –, o número de pessoas residindo nas ruas, o aumento da informalidade e outros quadros sociais, demonstraram algumas demandas dessas pessoas e fizeram com que se estabelecessem medidas no sentido de pensar a emergência dessa realidade.

Tal quadro fez com que ocorresse um aporte bastante expressivo de recursos por parte do governo federal em um cenário de recessão econômica no país e de redução de investimentos públicos, assim como trouxe recursos diversos de organizações internacionais, outros países e de entidades da sociedade civil envolvidas com essa resposta. Essas medidas

e intervenções no espaço de Roraima ocorrem de diversas maneiras, notadamente em questões relativas ao abrigo, ao oferecimento de refeições e mantimentos, assim como cuidados de saúde.

No âmbito da resposta brasileira aos fluxos venezuelanos, é fundamental contextualizar os investimentos públicos realizados através da Operação Acolhida. Tais despesas foram autorizadas através da Medida Provisória nº 823/2018 (BRASIL, 2018e), da Medida Provisória nº 857/2018 (BRASIL, 2018f), do Decreto nº 9.709/2019 (BRASIL, 2019a), e da Medida Provisória nº 880/2019 (BRASIL, 2019b). No orçamento federal, as despesas são autorizadas através da ação “Assistência Emergencial e Acolhimento Humanitário de Pessoas” vinculada ao Ministério da Defesa.

Segundo dados do Senado Federal (2019), e já atualizando com o deflator do IPCA (IBGE, 2019d)⁷, o valor total autorizado pela Operação Acolhida até outubro de 2019 foi de R\$ 504,09 milhões. Destes, R\$ 482,07 foram empenhados até então (95,6% do autorizado) e R\$ 342,25 milhões foram desembolsados de fato (67,9% do autorizado e 71% do empenhado)⁸. Para se ter uma ideia, a despesa empenhada total, em 2018, pelo governo do estado de Roraima, é da ordem de R\$ 3 bilhões, de modo

⁷ Para detalhes sobre a metodologia, ver o Apêndice I deste documento.

⁸ O autorizado refere-se ao valor previsto na dotação orçamentária acrescido de créditos adicionais, suplementares ou extraordinários. O empenhado é a parte desse valor que já foi reservada para fazer frente a algum gasto especificado pela nota de empenho, sendo a fase em que se considera a despesa executada (por critério de competência). O pago é o montante de fato desembolsado, associado a uma ordem bancária expedida pelo governo federal. Adicionamos ainda os restos a pagar pagos - valores que foram empenhados em um ano mas pagos apenas em outro ano - para estimar os desembolsos totais até o momento.

que as despesas da Operação Acolhida representam mais de 15% desse valor⁹.

Ainda que nem toda a despesa esteja sendo gasta de fato de Roraima, grande parte dos recursos são utilizados para lidar com os fluxos venezuelanos que ocorrem majoritariamente nesse estado. Além disso, os gastos são voltados principalmente para custeio e investimentos, sendo que as principais rubricas de gasto são serviços de pessoa jurídica e materiais de consumo. Desse modo, é razoável supor que tais gastos têm um efeito multiplicador na economia local.

Dentre as ações da Operação Acolhida, vale destacar o processo de interiorização dos venezuelanos presentes no estado de Roraima. A partir da coordenação do Ministério da Defesa, através da Operação Acolhida, o governo federal, promove o traslado dos refugiados e imigrantes para outros municípios do país, com o apoio de agências das Nações Unidas, de governos estaduais e municipais e de parceiros da sociedade civil (OIM, 2018). Simões (2017), através de pesquisa realizada junto aos refugiados e imigrantes, já haviam apontado o interesse da maior parcela dos venezuelanos em se interiorizar.

Em maio de 2018, o primeiro relatório trimestral apresentava alguns números do trabalho da Operação Acolhida, que se desenrolava muito timidamente no aspecto relacionado à interiorização (CASA CIVIL, 2018). Até aquele momento, tinham sido interiorizados 527 venezuelanos, que foram levados para as cidades de São Paulo, Cuiabá e Manaus. O volume

de venezuelanos reemigrados no território brasileiro chegou, em novembro de 2018, a 3.171, de acordo com relatório da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2019b). Naquela ocasião eram 30 as cidades que acolheram esse coletivo. Em março de 2019, a cifra de venezuelanos interiorizados alcançou o número de 5.482 pessoas, tendo como destinos 84 cidades localizadas em 17 unidades da federação.

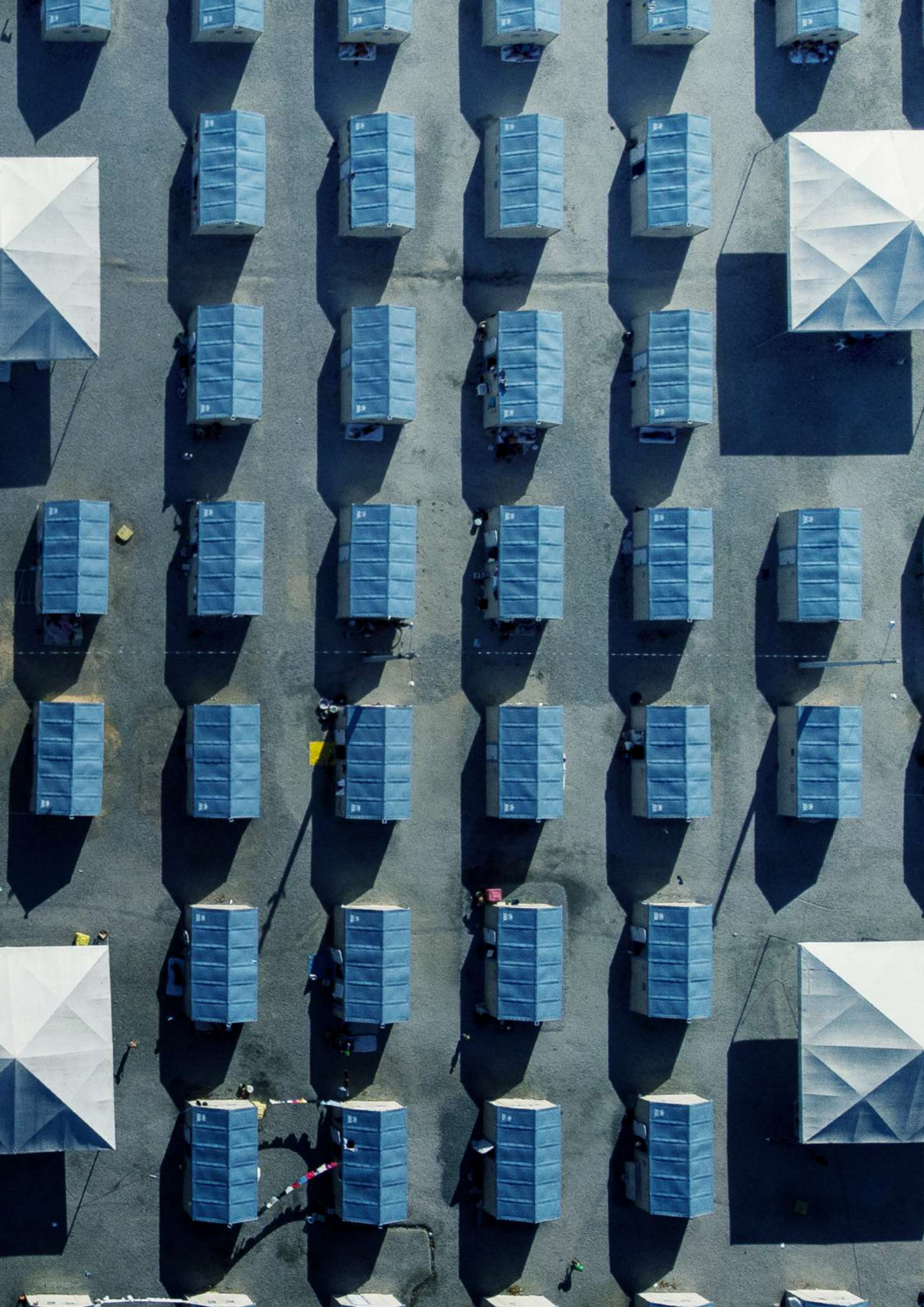
Dados do informe divulgado pela OIM para setembro reportam que 16.611¹⁰ venezuelanos se beneficiaram pela interiorização, sendo 10.743 apoiados pelo governo federal e organismos internacionais e os demais 5.868 pela sociedade civil (OIM, 2019b). Apenas o estado do Amapá não recebeu venezuelanos por meio da Operação Acolhida. São Paulo figura como a principal unidade da federação de destino (23%). Ao todo, até o mês de setembro de 2019, cerca de 300 cidades, distribuídas por 25 estados e o Distrito Federal, tinham acolhido os refugiados e imigrantes. Os dados retratam também o perfil dos venezuelanos interiorizados: 57% são homens, 33% menores de idade, 78% migraram em companhia de familiares e 62% na modalidade abrigo.

Não obstante o espalhamento espacial dos destinos dos venezuelanos, o processo, quase dois anos após instaurado, se desenvolve em um ritmo ainda aquém do desejado, sobretudo do ponto de vista da baixa capacidade de Roraima e seus respectivos municípios em proporcionar o acolhimento adequado aos crescentes fluxos, que representam elevado percentual da sua população.

⁹ O multiplicador de gastos do governo em momentos de recessão econômica no Brasil, segundo estimativas de Grudtner e Aragon (2017), pode variar de 1,11 a 2,59 dependendo do horizonte temporal.

¹⁰ Esse número já teria ultrapassado 20.000 segundo o relatório mais recente, de outubro de 2019 (OIM, 2019a). No entanto, este relatório não apresenta todas as informações que constavam nos relatórios anteriores sobre o destino desses refugiados e imigrantes. Informações mais recentes publicadas no website da Operação Acolhida (BRASIL, 2020b) registram 27 mil venezuelanos beneficiados.





3. Análise dos indicadores socioeconômicos de Roraima

Nesta seção são apresentadas análises de diversos indicadores socioeconômicos para o estado de Roraima, de modo a explorar possíveis evidências de mudanças de comportamento fora do comum, que poderiam estar potencialmente correlacionadas com o aumento do fluxo venezuelano. O objetivo não é traçar inferências causais propriamente ditas, mas levantar informações que podem sinalizar em determinadas direções ou afastar possíveis hipóteses sobre a realidade local.

Dois recursos adotados nesse sentido são: a exploração das tendências das séries temporais, buscando mudanças pouco usuais e a análise comparada com outras unidades de análise, seja

a média dos demais estados brasileiros, a região Norte ou alguns estados selecionados para comparação segundo o comportamento de uma série de indicadores no período pré-intensificação dos fluxos venezuelanos. Mais detalhes sobre a escolha desses estados podem ser visualizados no **Apêndice I**, em que constam as notas metodológicas do relatório.

Sempre que possível, os achados quantitativos são complementados com trechos de entrevistas e análises qualitativas realizadas no campo. A seção é subdividida nos seguintes temas: demografia, atividade econômica, finanças públicas, mercado de trabalho, e acesso a serviços públicos.

3.1 Demografia

O fluxo venezuelano em Roraima, desde seus primeiros sinais de intensificação entre 2015 e 2016, foi marcada por uma narrativa que buscava dar uma dimensão dos volumes dos fluxos migratórios bem superior ao que sinalizavam as evidências empíricas do fenômeno (OLIVEIRA, 2019). As autoridades locais afirmavam, no período de 2015 a 2017, que cerca de 300 venezuelanos ingressavam por dia

ao país através da fronteira norte do estado, sendo que a partir de 2018 essa cifra teria chegado a 500 pessoas, discurso que passou a ser adotado também pelas autoridades no nível federal (AGÊNCIA BRASIL, 2019; G1, 2018). Caso esses números de fato se verificassem de forma sistemática na realidade local, haveria aproximadamente 690 mil venezuelanos em território nacional. Isso evidencia

que, provavelmente, as saídas não estavam sendo contabilizadas e os movimentos pendulares para acesso aos serviços e ao comércio estavam sendo desprezados nessas avaliações.

Ao longo desses anos as cifras utilizadas no debate público sobre a presença venezuelana em Roraima variaram bastante. Os volumes atribuídos não eram, contudo, baseados em nenhuma fonte segura e vinham sempre acompanhados da argumentação que a “onda migratória” acabava por pressionar o mercado de trabalho, os serviços de saúde, assistência social e educação, estrangulando a capacidade de resposta de atendimento dos órgãos estaduais e municipais, sobretudo em Boa Vista e Pacaraima.

Antes de entrar propriamente na análise sobre o impacto demográfico que o fluxo venezuelano acarretou em Roraima, apresenta-se duas evidências do descompasso entre a narrativa e os números de registros administrativos e pesquisas de campo: a) o Sistema de Tráfego Internacional (STI) informa que entre 2015 e novembro de 2019 foram registrados 712,2 mil movimentos de entrada e 465,6 mil de saídas de venezuelanos, por todos os postos de fronteira do país, resultando em um saldo de 246,6 mil movimentos (DPF, 2020a)¹¹; b) quando, em 2018, as autoridades municipais em Boa Vista estimavam que existiriam entre 40 a 80 mil venezuelanos na cidade, uma pesquisa realizada pela própria prefeitura enumerou 25 mil imigrantes (incluindo refugiados) daquela nacionalidade (G1, 2018).

A análise desses números é importante em um contexto em que o uso de informações potencialmente discrepantes pode ter fundamentado, em algum momento, determinadas ações políticas como o pedido de fechamento da fronteira com a Venezuela. Além disso, episódios de agressão aos refugiados e imigrantes, ocorridos em Boa Vista e Pacaraima, podem também ter sido motivados, em alguma medida, por uma percepção da realidade baseada em números que não condizem com os fenômenos observados.

Recorrendo-se aos registros administrativos, há indícios mais claros de que os dados oficiais se aproximam mais da realidade. No período de janeiro de 2015 a novembro de 2019, foram registradas 79.425 solicitações de residência (DPF, 2019) e 132.040 solicitações de refúgio (DPF, 2020b), totalizando 211.465 pedidos de regularização de venezuelanos no país. Como no início dos fluxos a principal estratégia de regularização ocorria via pedido de refúgio, não é improvável que com a flexibilização das regras para as solicitações de residência alguns imigrantes tenham recorrido aos dois mecanismos para se regularizarem no país¹². Assim, para o mesmo período, ao se associar essas duas modalidades de regularização migratória ao saldo positivo dos movimentos observados no STI (246,6 mil movimentos) têm-se uma boa aproximação da presença venezuelana no território nacional.

Esses números seriam passíveis de dois possíveis questionamentos, a saber:

¹¹ É preciso reiterar que são registros de movimentos e não de pessoas, ou seja, a mesma pessoa pode ter entrado e saído do país mais de uma vez.

¹² Estima-se que sejam aproximadamente 7 mil casos de duplicação de solicitações de refúgio e residência.

i. Haveria um volume expressivo de venezuelanos em situação irregular, que não tenham sido registrados na fronteira e muito menos realizado qualquer pedido de regularização junto às autoridades brasileiras?

Uma resposta plausível é que os venezuelanos, em geral, não teriam motivo para não buscarem regularizar sua situação no Brasil. Desde que os movimentos se intensificaram, sobretudo a partir de 2016, as autoridades brasileiras procuraram criar mecanismos que facilitassem a acolhida regular desses refugiados e imigrantes.

Nesse sentido, foram editadas medidas tais como a Resolução Normativa (RN) 126, concedendo residência temporária por dois anos, em 02 de março de 2017. Posteriormente, com a nova Lei de Migração – Lei n 13.445, de 24 de maio de 2017 (BRASIL, 2017b), e sua posterior regulamentação, através do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017 (BRASIL, 2017a), foi criada a Portaria Interministerial n° 9, de 14 de março de 2018 (BRASIL, 2018a), buscando-se um novo marco jurídico que permitisse continuar recebendo de forma regular os venezuelanos. Em fevereiro de 2018, o governo federal editou a Medida Provisória n° 820 de 2018 (BRASIL, 2018b)¹³, instituindo o “Comitê Federal de Assistência Emergencial para Acolhimento de Pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária”.

Mais recentemente, em julho de 2019, o Conselho Nacional para os Refugiados (CONARE) aplicou, de forma inédita, a definição ampliada da Declaração de Cartagena, decidindo reconhecer a condição de refugiados

dos venezuelanos a partir do princípio da grave violação dos direitos humanos (AGÊNCIA BRASIL, 2019). Enfim, não haveria estímulos ou barreiras que levassem à opção pela permanência em situação irregular.

ii. Indaga-se se esses mais de 200 mil venezuelanos estariam, em maior medida, em Roraima, pressionando os serviços públicos?

Levando-se em conta as projeções do IBGE, que indicam uma população, em 2019, de aproximadamente 600 mil pessoas no estado (IBGE, 2019b), ter-se-ia, nesse caso, um venezuelano para cada três habitantes na unidade da federação. Por mais que sejam muitos quando comparados aos residentes no estado, essa relação estaria longe de representar um terço da população local.

Ainda recorrendo aos números do IBGE para auxiliar na resposta, a população imigrante projetada para Roraima seria de aproximadamente 60 mil pessoas. Dessa forma, a proporção seria de um décimo, algo mais razoável, não obstante ser um percentual bastante elevado. Reforçando a argumentação, cabe ressaltar que as próprias autoridades locais estimam que cerca de 100 mil venezuelanos estejam residindo no estado. Ademais, os processos de interiorização, sejam os realizados de forma autônoma, sejam aqueles conduzidos pela Operação Acolhida, que já interiorizou cerca de 20 mil refugiados e imigrantes (OIM, 2019a), fazem com que os venezuelanos procurem outras unidades da federação para se fixarem no país.

Isso não significa minimizar o impacto do fluxo da imigração venezuelana em Roraima. A pirâmide

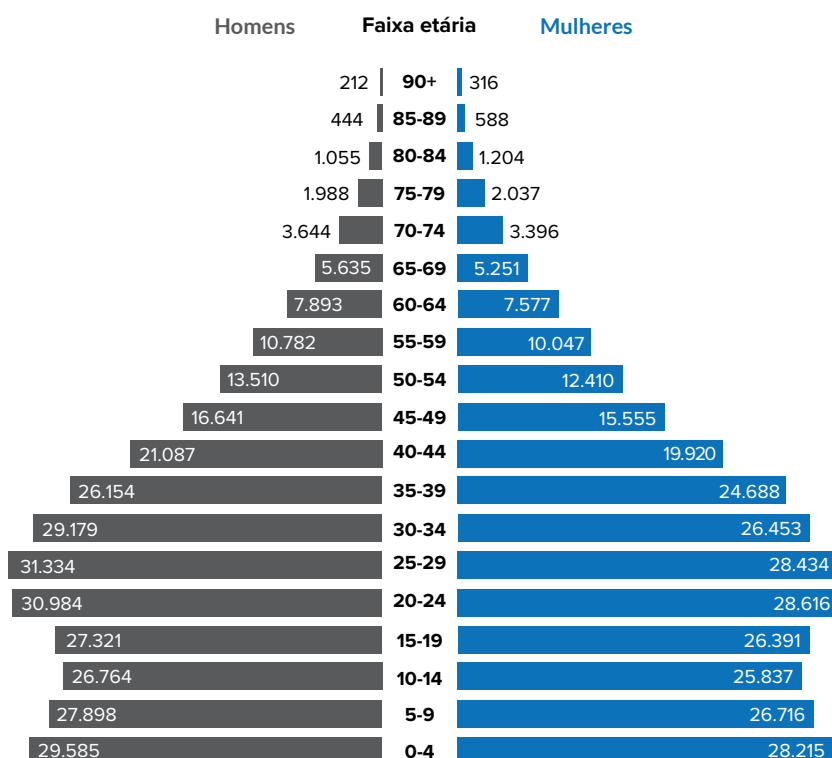
¹³ Posteriormente convertida na Lei n° 13.684, de 21 de junho de 2018 (BRASIL, 2018c).

etária para 2019 reflete a força desses fluxos na estrutura da população roraimense, sobretudo nas idades adultas jovens (15 a 44 anos) e nos menores de 10 anos, conforme mostra a **Figura 1**.

Assim, não há que se negar os reflexos demográficos produzidos pela dinâmica migratória recente,

mas relativizá-los, buscando apreendê-los a partir das evidências empíricas. Nesse sentido, os dados produzidos pelos órgãos gestores dos registros administrativos sobre migração e solicitações de refúgio e pelo produtor das estatísticas oficiais do país estariam mais próximos à realidade.

Figura 1. Pirâmide etária de Roraima (2019)



Fonte: IBGE (2019b), Projeção da população por sexo e idades simples, em 1º de julho - 2010/2060. Elaboração própria.

Para além da imigração, a dinâmica populacional do estado também poderia estar sendo afetada pelas outras componentes – natalidade e mortalidade. Esses indicadores, implícitos na projeção do IBGE, acabam por refletir a inércia demográfica, uma vez incorporados os fluxos. Desse modo, os dados dos Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações

sobre Mortalidade (SIM), ambos produzidos pelo Ministério da Saúde (2019c, 2019d) servem de parâmetros para tal aferição. O senso comum esperaria um aumento expressivo do número de nascimentos e óbitos, no mínimo, na mesma magnitude da proporção dos fluxos. Contudo, levando-se em consideração os dados disponíveis até 2017, não foi isso que se observou.

Como mostra a **Tabela 3**, os nascimentos se mantiveram praticamente estáveis¹⁴ nos municípios de Roraima, o que levou à redução da Taxa Bruta de

Natalidade (TBN), uma vez que a população, no denominador do indicador, seguiu aumentando, como mostra a **Tabela 4**.

Tabela 3. Nascidos vivos, por ano, segundo município de residência da mãe - Roraima, 2011 a 2017

Município	2013	2011	2012	2014	2016	2015	2017	Total
Boa Vista	635	6.253	6.358	6.755	6.749	6.719	7.043	40.512
Alto Alegre	601	341	600	563	620	550	526	3.801
Rorainópolis	422	388	422	442	542	527	563	3.306
Uiramutã	459	367	432	466	509	518	445	3.196
Caracaraí	424	349	425	393	381	414	407	2.793
Normandia	381	341	319	376	428	442	415	2.702
Pacaraima	351	286	327	340	357	361	380	2.402
Bonfim	327	286	312	325	365	355	377	2.347
Cantá	335	306	315	362	315	327	352	2.312
Amajari	307	259	308	298	331	339	355	2.197
Mucajá	351	309	270	299	308	341	309	2.187
Caroebe	151	145	138	154	145	139	183	1.055
Iracema	147	100	173	156	138	169	154	1.037
São João da Baliza	120	123	116	117	104	117	122	819
São Luiz	80	89	84	67	83	91	106	600
Total	5.091	9.942	10.599	11.113	11.375	11.409	11.737	71.266

Fonte: SINASC (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019c). Elaboração própria.

Tabela 4. Indicadores demográficos segundo ano - Roraima, 2010-2019

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
TBN¹	22,6	22,5	21,9	21,9	21,8	21,1	21,2	21,2	20,8	20,4
TBM²	5,5	5,4	5,4	5,3	5,2	5,2	5,2	5,1	5,1	5,0

Fonte: IBGE (2018a), Projeção da população do Brasil e unidades da federação por sexo e idade para o período 2010-2060. Elaboração própria.

Notas: (1) TBN = Taxa Bruta de Natalidade; (2) TBM = Taxa Bruta de Mortalidade.

¹⁴ A queda observada no ano de 2016 ocorreu em praticamente todo o território nacional e foi atribuída à postergação da maternidade em função da disseminação do vírus da zika e o nascimento de bebês com microcefalia.

Em relação aos óbitos, apresentados na **Tabela 5**, deve ser ressaltada a melhoria ocorrida no SIM neste período, que ampliou sua cobertura. Uma evidência disso é que a Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) calculada para Roraima com estes dados – que não é a mesma apresentada na **Tabela 4** – em 2011 era de 3,4 óbitos para cada mil pessoas, passando a 4,1 em 2015, algo que não tem explicação fática na elevação da mortalidade. Além disso, o aumento observado em 2017 em relação a 2016,

apesar de ser significativo do ponto de vista absoluto, não implicou em uma variação expressiva da TBM, tendo em vista o aumento da população em função dos fluxos venezuelanos. Os dados disponíveis sinalizam a estabilização da TBM em 2016 e a elevação para 4,5, em 2017. Neste caso, mesmo que o aumento de nível do indicador tenha decorrido em função dos fluxos, o que é pouco provável, estaria dentro do intervalo de variação típico do indicador.

Tabela 5. Óbitos, por ano, segundo município de residência do falecido - Roraima, 2011-2017

Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Boa Vista	1.073	1.162	1.234	1.215	1.351	1.398	1.545	8.978
Alto Alegre	60	98	129	100	102	110	134	733
Rorainópolis	72	86	74	85	104	100	132	653
Caracará	61	71	86	89	95	106	93	601
Mucajá	56	49	80	74	54	65	85	463
Cantá	46	57	40	58	68	62	82	413
Amajari	22	54	66	51	58	58	67	376
Bonfim	32	23	47	55	45	44	69	315
Pacaraima	45	35	33	31	37	36	51	268
Uiramutã	34	24	27	43	30	38	51	247
Caroebe	39	32	33	27	31	26	39	227
Normandia	17	31	19	39	33	43	40	222
Iracema	15	18	32	33	35	29	25	187
São João da Baliza	11	29	24	26	26	24	23	163
São Luiz	12	14	21	27	22	17	24	137
Total	1.595	1.783	1.945	1.953	2.091	2.156	2.460	13.983

Fonte: SIM (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019d). Elaboração própria.

Dessa forma, argumenta-se que a falta de evidências do impacto dos fluxos venezuelanos no comportamento da natalidade e mortalidade era esperado, ao menos por dois aspectos que devem ser levados em consideração. O primeiro deles diz respeito à relação entre a estrutura por idade e sexo dos refugiados e imigrantes e os óbitos. Como já mencionado, predominam pessoas nas idades de 15 a 44 anos, ciclo da vida em que as

taxas específicas de mortalidade são mais baixas. O segundo está relacionado ao histórico dessas pessoas, que chegam de um país onde, em 2016, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era superior ao do Brasil (0,767), os níveis de fecundidade são próximos ao nível de reposição (2,2 filhos por mulher) e a esperança de vida é de 75,4 anos (OLIVEIRA, 2019).

Dessa forma, por mais que a situação econômica e social na Venezuela tenha se deteriorado, não haveria razões que levassem a um aumento da mortalidade e muito menos da fecundidade, sendo perfeitamente plausível a observação de que não são notados incrementos significativos nos volumes de nascimentos e óbitos em Roraima no período pós intensificação dos fluxos. Reitera-se, no entanto, que os dados disponíveis permitem aferir tais fenômenos de forma completa apenas até o ano de 2017.

Esses resultados sinalizam que, apesar do razoável aumento no contingente populacional, em razão dos impactos acarretados pelos fluxos de entrada, os indicadores demográficos associados à qualidade de vida da população não foram substancialmente afetados até 2017.

Quais seriam as consequências de um aumento demográfico da ordem de 10% a 15%, em um período de 4 anos, sendo a principal componente contribuinte a imigração? Uma primeira dimensão a ser considerada é a da possível pressão sobre os serviços públicos de saúde, educação e assistência social, além do acesso à moradia e ao mercado de trabalho. Sem dúvida, enfrentar esses desafios demanda uma infraestrutura que possivelmente não está disponível em Roraima, em particular no que tange à oferta de políticas habitacionais e de empregos, dado que a unidade da federação detém apenas 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, com o serviço público concentrando cerca de 50% do valor adicionado bruto do estado (IBGE, 2019c).

Do ponto de vista dos possíveis benefícios resultantes dos fluxos venezuelanos, o fato de serem compostos, primordialmente, por pessoas em idade de trabalhar, com parte expressiva delas – cerca de 70%

– com nível médio e superior completo (SIMÕES, 2017), favorece a oferta de força de trabalho, sem os custos da formação escolar, demandando apenas o aprendizado do idioma nativo. Além disso, a estrutura etária dos refugiados e imigrantes pode contribuir para a mitigação do processo de envelhecimento populacional, como atesta a observação da **Figura 1**. Contudo, também seria necessário contar com uma estrutura econômica que pudesse aproveitar melhor as potencialidades proporcionadas pelos fluxos.

Por fim, as evidências empíricas apresentadas, ao menos em relação à dinâmica demográfica, não permitem corroborar narrativas que amplificam os números sobre os fluxos venezuelanos, possibilitando trazer o debate para um patamar mais próximo da realidade. Pode-se dizer que, fora aqueles associados diretamente à imigração, os indicadores demográficos não sofreram mudanças importantes. As taxas de fecundidade e de mortalidade mantiveram, pelo menos até 2017, comportamento bastante semelhante aos observados antes da intensificação dos fluxos.

3.2 Atividade econômica

Além dos efeitos mais imediatos que os fluxos venezuelanos podem ter gerado em aspectos demográficos ou mesmo no mercado de trabalho e nos serviços públicos, como se verá adiante, é possível imaginar que alguns efeitos indiretos sobre a atividade econômica possam também ter ocorrido. A conjunção de diversos fatores pode ter gerado algum tipo de contribuição positiva para o desempenho econômico local.

Nesse sentido, algumas hipóteses plausíveis são: primeiro, a demanda por bens e serviços de venezuelanos, sejam os que vêm até a fronteira, sejam os que de fato migram e buscam melhores condições no Brasil, gera uma resposta das firmas locais, que aumentam a produção, reduzem a capacidade ociosa, e eventualmente investem novos recursos, contratam novos trabalhadores, expandem suas operações, etc; segundo, a resposta governamental através da Operação Acolhida injeta recursos do orçamento federal no estado de Roraima por meio de um conjunto de ações, além de estimular a migração de brasileiros para a localidade, o que também aumenta a demanda por bens e serviços; terceiro, as instituições humanitárias internacionais se instalam no local e, com isso, geram tanto oferta de postos de trabalho quanto demanda por bens e serviços. Há, possivelmente, outras hipóteses razoáveis nesse sentido.

A percepção de quase a totalidade dos entrevistados nas pesquisas qualitativas deste projeto (cuja metodologia é detalhada no **Apêndice I**) é a

de que os fluxos venezuelanos têm ajudado economicamente e de forma positiva o estado e as cidades de Boa Vista e Pacaraima. Os entrevistados afirmam que há mais contratação de mão de obra de refugiados e imigrante, mais circulação de serviços e mercadorias, e um incremento em gastos inédito em Roraima, fruto da ajuda humanitária.

A esse respeito, o representante do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) assim declara sobre suas impressões:

“Roraima é o estado que, por exemplo, é a única capital do estado (sic) que as companhias aéreas operam com tarifas de alta temporada durante todo o ano, e eles mesmos falam isso. Os hotéis sempre muito lotados, o mercado imobiliário com aluguéis muito altos por conta que há um déficit de moradia no estado. O crescimento de carros e motoristas de aplicativos, então isso tudo... Novos empreendimentos de comércio na cidade. Acho que isso, de certa forma, impactou e muito principalmente o serviço, alguns serviços que atendem esse grande contingente de pessoas que estão trabalhando na Operação Acolhida. E é claro, além de todas as pessoas que estão envolvidas na resposta, existe um grande número de pessoas, vindo da Venezuela, que tem condições de se manter aqui em boas casas, com seus carros, utilizando todo o comércio, etc e tal.”

Por essa razão, além de fazer uma introdução a respeito de aspectos mais gerais sobre a estrutura econômica do estado de Roraima, esta seção apresenta uma análise do comportamento de alguns indicadores de atividade econômica – em particular, dos setores da agropecuária, do comércio, dos serviços e do comércio exterior¹⁵ – que podem ter, de alguma forma, reagido localmente (em Roraima) aos novos fluxos e à resposta brasileira diante do aumento desses fluxos. Além disso, é mencionada a chamada economia humanitária derivada da atividade de diversos organismos nacionais e internacionais em Roraima.

Vale destacar que, não só nesta seção, como em todo o relatório, faz-se uso de análises comparadas com outros estados, em especial Rondônia, Sergipe e Piauí. Essas três unidades da federação foram escolhidas por minimizarem a distância euclidiana com relação com a Roraima em um conjunto de indicadores socioeconômicos antes do período de intensificação dos fluxos venezuelanos. Ou seja, são estados, em geral, similares a Roraima em características observáveis. Mais detalhes sobre essa metodologia se encontram no **Apêndice I**.

3.2.1 A economia de Roraima

A economia roraimense é estruturada em torno do setor de serviços, responsável por 79% do PIB estadual¹⁶, como mostra a **Figura 2**. Esse valor se manteve estável ao longo da década, de acordo com o Sistema de Contas Regionais do IBGE (2017). Dentro deste setor, os serviços públicos são majoritários, compondo 55% do setor e 43% da economia estadual como um todo, de longe a mais significativa atividade econômica do estado conforme definido pelo IBGE. Apesar de ainda estar atrás da sua contrapartida pública, os serviços privados de Roraima passaram de uma fatia de 32% do PIB para 36%, sendo liderados

pela atividade de comércio e reparação de veículos e motocicletas, responsável por 33% do setor de serviços e 12% da economia.

A indústria de Roraima compõe 15% do PIB estadual, tendo sofrido a principal redução relativa ao longo dos últimos dez anos. A área de construção lidera o setor, sendo responsável por 59% de toda a atividade industrial, porém sofreu uma contração de 10% entre 2016 e 2017. Atrás do setor de construção, a área de provisão de energia, gás, água e esgoto é a segunda maior produtora industrial de Roraima, com 27% da atividade

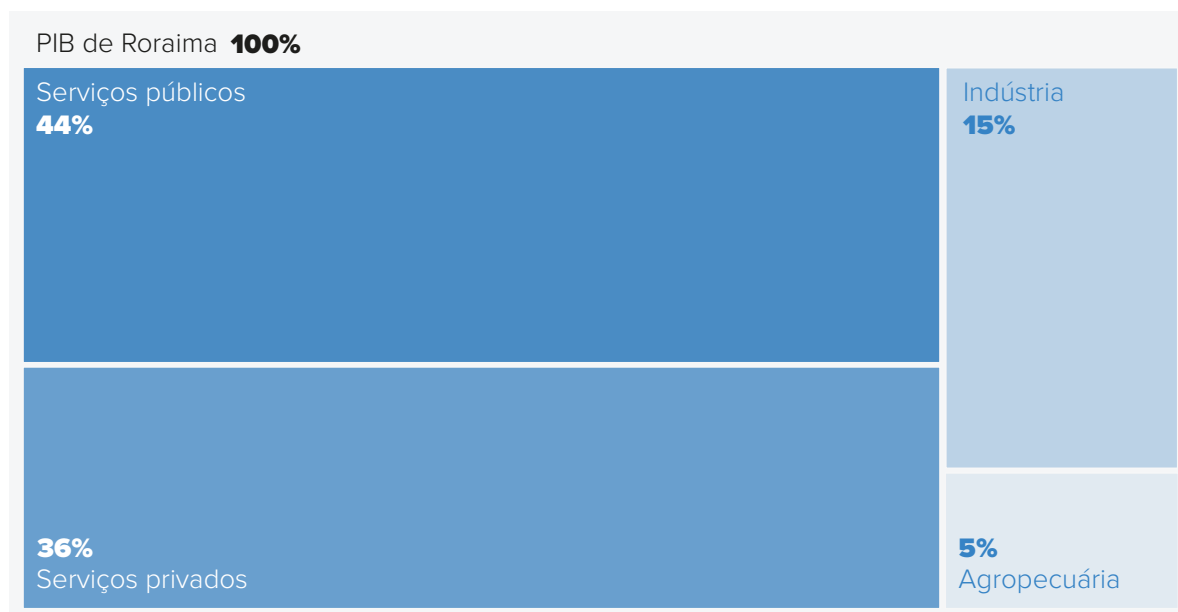
¹⁵ Vale destacar que não foram incluídas análises de indicadores ou resultados industriais devido à escassez de dados. A Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, que produz indicadores atualizados similares aos utilizados nas seções de serviços e comércio, não inclui o estado de Roraima, enquanto que a mais recente edição da Pesquisa Industrial Anual (PIA), no momento de confecção deste relatório, é de 2017, não abrangendo todo o período de interesse para nosso estudo.

¹⁶ Considerou-se o Valor Bruto da Produção (VBP).

industrial. As indústrias de transformação e extração, somadas, correspondem a 13% da indústria roraimense. Embora seja o menor setor da eco-

nomia de Roraima, a agropecuária quase triplicou seu valor de produção entre 2007 e 2017, aumentando sua fatia do PIB de 3% para 5%.

Figura 2. PIB de Roraima pelo Valor Bruto da Produção (VBP) de acordo com o setor (2017)



Fonte: IBGE, 2017. Elaboração própria.

De 2016 para 2017, quando os fluxos venezuelanos já eram realidade em Roraima, o crescimento observado do PIB de Roraima foi de 2,3%, enquanto na média dos estados brasileiros foi de 1,4%. Em termos per capita, os valores são praticamente equivalentes – 0,7% e 0,6% respectivamente. Vale destacar que o crescimento em Roraima já tem sido maior do que a média brasileira pelo menos desde 2012, uma vez que a recessão no estado parece ter tido menos força do que na média dos estados.

Os setores que mais puxaram o crescimento de 2016 para 2017, ponderando-se pelo seu tamanho relativo na economia, foram, respectivamente, o setor de administração pública; as atividades

profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; e o comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas. As atividades imobiliárias foram importantes para explicar o resultado de 2016, mas foram pouco relevantes em termos de crescimento em 2017.

A indústria roraimense, apesar de pequena relativamente, apresenta alguns indícios mais recentes de melhora, como pode ser visto na **Seção 3.4** sobre mercado de trabalho. A maior contratação de trabalhadores em 2019, em especial trabalhadores refugiados e imigrantes, é um indício de que a indústria – mais especificamente o setor de construção – apresenta uma dinâmica de recuperação, o que

pode acabar gerando efeitos multiplicadores nos demais setores da economia.

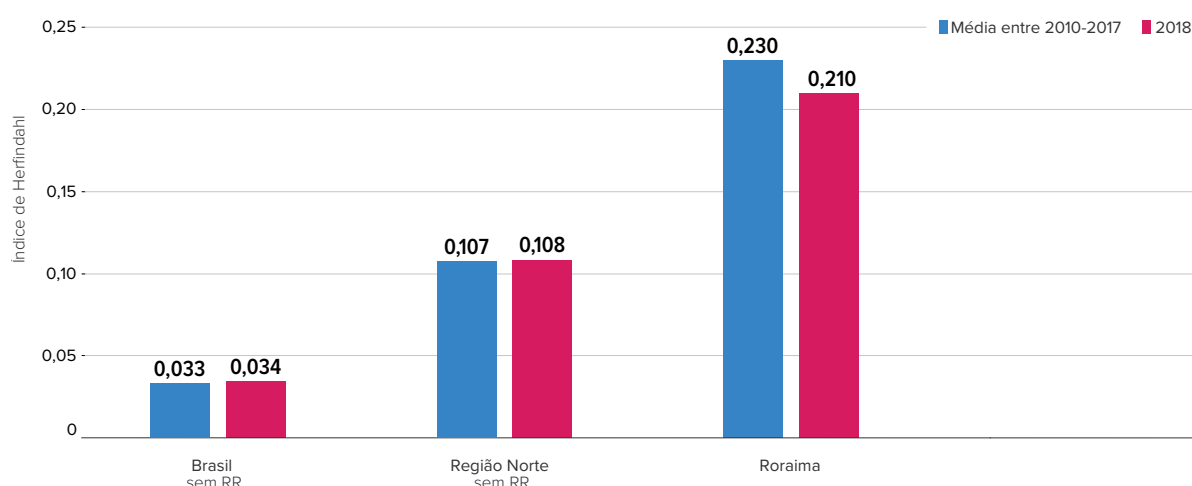
Há ainda evidências de que a economia de Roraima tenha se tornado mais diversificada no período recente. Para tentar aferir quantitativamente o grau de diversificação econômica de Roraima, foi elaborado um Índice de Herfindahl adaptado para medir a concentração em setores de atividade econômica ao invés do grau de concentração de mercados em determinadas empresas, objeto para o qual esse tipo de índice foi originalmente concebido (HERFINDAHL, 1950). A metodologia do índice, baseada no trabalho de Ellison e Glaeser (1997), está detalhada no **Apêndice I**.

Elaborado a partir dos vínculos formais de trabalho obtidos a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) por setor de atividade econômica, o índice foi calculado anualmente para o estado de

Roraima, a região Norte (sem o estado de Roraima) e o Brasil (também sem o estado). Suas grandezas em termos absolutos não possuem significado econômico relevante, mas é possível comparar diferentes unidades ao longo do tempo. Quanto mais próximo de zero, mais diversificada é a economia e quanto mais próximo de um, mais especializada em poucos setores é a economia.

A **Figura 3** mostra que, em geral, a economia de Roraima é bem menos diversificada que a economia brasileira como um todo ou mesmo em comparação com a região Norte, o que era esperado dada a elevada concentração de trabalhadores no setor público do estado. No entanto, o ano de 2018 representou uma queda no índice para Roraima que não foi verificada na região Norte como um todo nem na tendência nacional, o que significa que a economia se tornou mais diversificada.

Figura 3. Índice de Herfindahl para Roraima, Brasil e região Norte, 2010-2018

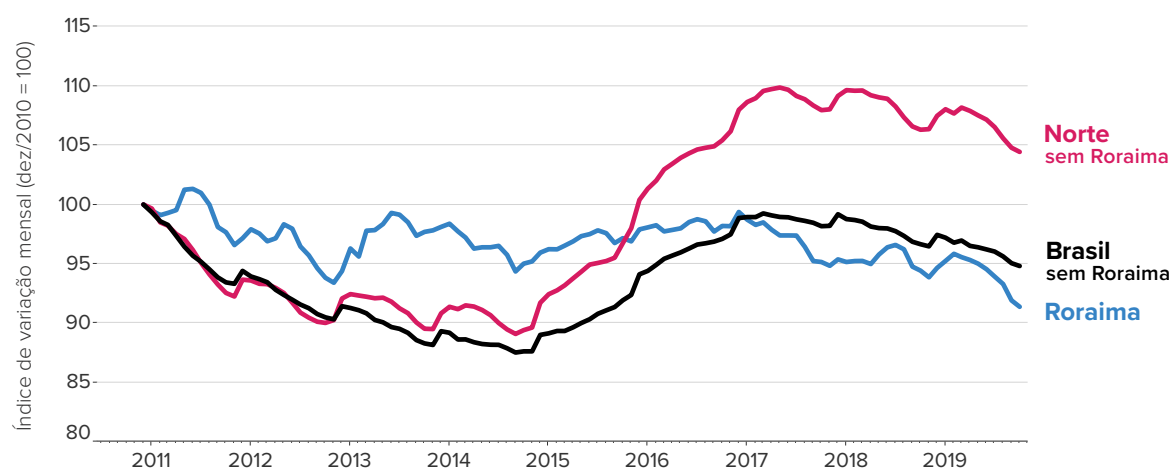


Fonte: RAIS (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a). Elaboração própria.

Em termos percentuais, o aumento de diversificação de Roraima foi de 9% comparando-se a média de 2010 a 2017 com o valor de 2018 (8% na comparação 2017 e 2018), enquanto no Brasil houve queda de diversificação de 3,4% e, na região Norte, de 1,2%, ainda que, em termos absolutos, essas mudanças são muito pouco significativas. Na comparação entre 2017 e 2018, tanto o Brasil quanto a região Norte registraram aumento de diversificação, mas em magnitudes relativas menores do que Roraima.

Para se ter uma noção do grau de diversificação econômica de Roraima em um período mais recente, o exercício também foi feito utilizando os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Os resultados são similares em ordens de grandeza, mas a variação mensal permite explorar resultados mais recentes. A **Figura 4** traz a variação dos indicadores para Roraima, Brasil e região Norte, tendo por mês-base dezembro de 2010, de modo a colocar todas as unidades com o mesmo parâmetro de comparação.

Figura 4. Variação do Índice de Herfindahl para Roraima, Brasil e região Norte dezembro de 2010 (mês-base) a outubro de 2019



Fonte: CAGED (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019b). Elaboração própria.

O gráfico sugere que a região Norte teve uma diminuição considerável do grau de diversificação no período que coincide com a recessão vivenciada no Brasil, que também verifica tendência similar. A partir de 2017, o grau de diversificação volta a aumentar em todas as localidades. Enquanto isso, Roraima apresenta aumento da diversificação em 2018 (condizente com a análise acima), que continua em 2019, mas com um comporta-

mento que parece mimetizar o que ocorre no Brasil e na região Norte.

Ainda que não seja possível associar diretamente esse aumento de diversificação medido pelo Índice de Herfindahl com os efeitos indiretos dos fluxos venezuelano, há indícios de que a reação da economia local às novas demandas pode ter tido efeitos positivos. As próximas seções buscam, a partir de

informações mais atualizadas sobre a economia de Roraima, verificar se alguns dos indicadores comumente utilizados para atividade econômica sofre-

ram alterações consideráveis após o momento em que os fluxos aumentam.

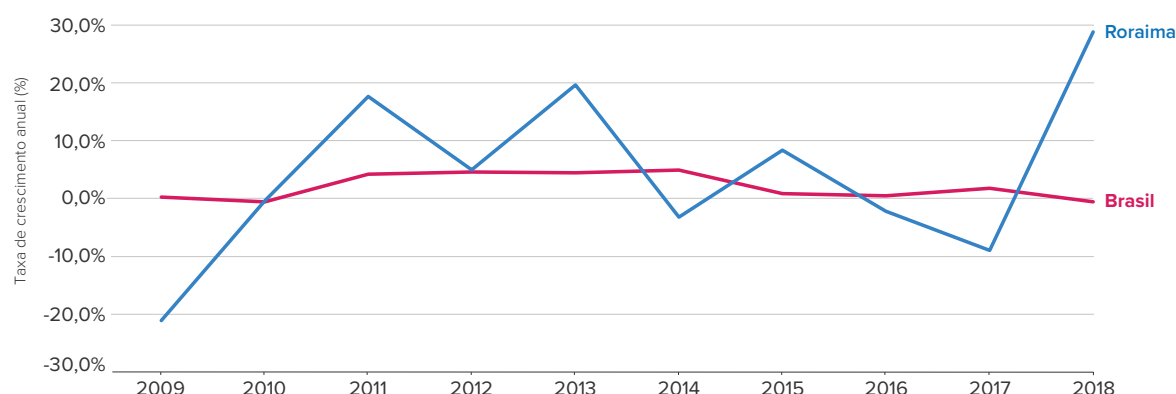
3.2.2 Agropecuária

Para analisar o comportamento do setor agropecuário de Roraima, no período de 2008 a 2018, utilizam-se três pesquisas do IBGE (2018b, 2018c, 2018d): Produção Agrícola Municipal (PAM), Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) e Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM).

Em relação à taxa de crescimento anual da área plantada ou destinada à colheita, ao contrário do comportamento nacional que se manteve estável nos últimos 10 anos, o estado de Roraima apresentou diversas oscilações no período de 2008 a 2018 (**Figura 5**). No contexto nacional recente, o estado de Roraima mantém uma participação de

apenas 0,1% na área plantada de lavouras temporárias e permanentes. No entanto, entre 2017 a 2018, Roraima destacou-se como o estado com o maior aumento de área plantada (28,9%), ficando bem acima da segunda posição, ocupada pela Paraíba com um crescimento de 10,3%. No mesmo período, o Brasil como um todo sofreu uma redução de 0,6%. Em relação aos municípios, Iracema foi o município com maior crescimento entre 2017 a 2018 (167,6%), seguido de Alto Alegre (61,2%) e Mucajaí (42,3%). Comportamento similar, em termos de tendência, é observado para a área colhida que, por motivos de clima e outros fatores, é ligeiramente menor do que a área plantada.

Figura 5. Taxa de crescimento anual da área plantada ou destinada à colheita Brasil e Roraima, 2008 - 2018

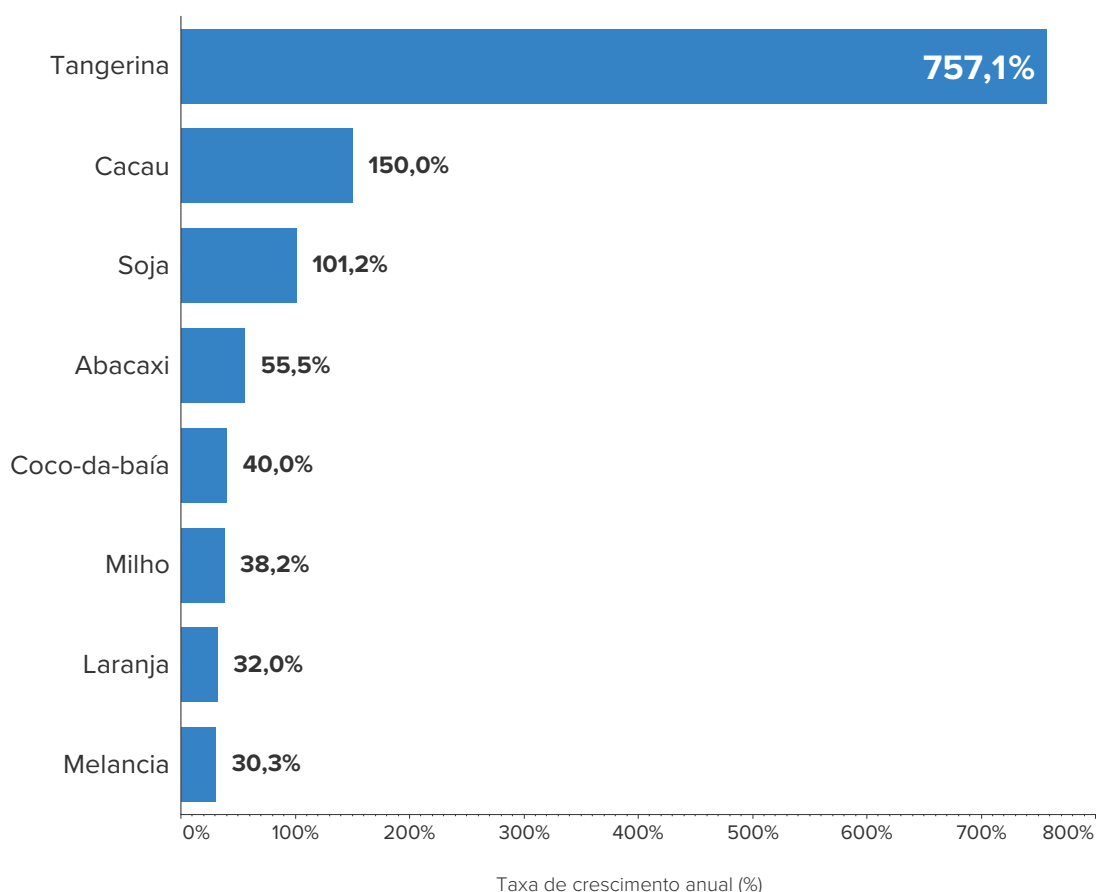


Fonte: PAM/IBGE (2018b). Elaboração Própria.

Quanto ao valor obtido com a produção em 2018 (R\$432,1 mil), Roraima participou com apenas 0,1% do total nacional e apresentou uma perda de 18,4% em relação ao ano anterior (R\$529,8 mil). Este resultado se contrapõe ao cenário nacional, pois considerando o valor total dos mesmos produtos encontrados em Roraima, o Brasil teve um crescimento de 8,3%. O produto que mais contribuiu no valor da produção do estado foi a soja, com 29,3%, seguido da banana com 19,5% e do arroz (12,6%).

Entre 2017 a 2018, observou-se oito produtos de lavouras temporárias e permanentes que tiveram suas plantações aumentadas em mais de 30%, como mostra a **Figura 6**. A tangerina apresentou o maior crescimento, passando de 14 para 120 hectares plantados, seguida do cacau (em amêndoa), que passou de 12 para 30 hectares, e a soja (em grão) que ocupava 18.725 hectares em 2017 e chegou a 37.670 no ano seguinte. No ano de 2018, cinco produtos concentravam 81,1% do total da área plantada estadual. A soja teve destaque ocupando sozinha 32,1% do território destinado às lavouras.

Figura 6. Percentual do crescimento da área plantada de 2017 a 2018, por produtos, Roraima



Fonte: PAM/IBGE (2018b). Elaboração Própria.

A economia de Roraima e o fluxo venezuelano

Em relação à quantidade produzida na extração vegetal, a castanha-do-pará é o produto com maior destaque no último ano, apresentando contínuos crescimentos anuais desde 2015, chegando a representar 6,5% da produção nacional em 2018. Os municípios responsáveis por essa produção foram: Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz (IBGE, 2018c).

Em relação à pecuária, ao se comparar a quantidade de animais e produtos derivados do ano de 2018 em relação a 2015, percebe-se que os maiores crescimentos do estado se devem a aquicultura, em especial ao matrinxã (234,8%) e aos alevinos (340%). Os rebanhos de suínos e de caprinos também apresentaram significativos aumentos, 157% e 118%, respectivamente. Todos esses cresceram acima da média nacional no mesmo período analisado, conforme a **Tabela 6**.

Tabela 6. Percentual de crescimento da pecuária, Brasil e Roraima

Tipos de Produção	2015 a 2018		2017 a 2018	
	Brasil	Roraima	Brasil	Roraima
Alevinos (Milheiros)	26,8	340,0	14,2	-5,6
Matrinxã (Quilogramas)	-61,6	234,8	11,9	7,3
Suíno - total	4,1	157,1	0,2	1,2
Caprino	11,2	118,0	4,3	2,7
Galináceos - total	10,7	35,9	2,9	30,4
Ovos de galinha (Mil dúzias)	17,9	29,0	5,4	10,7
Equino	3,6	22,9	4,4	0,8
Ovino	2,9	3,4	1,8	1,2
Bovino	-0,8	2,8	-0,7	3,8
Tambaqui (Quilogramas)	-25,0	-3,9	-5,3	9,8
Leite (Mil litros)	-2,2	-3,9	1,6	-1,1
Mel de abelha (Quilogramas)	11,9	-23,0	1,6	13,0
Bubalino	1,4	-26,0	1,1	-24,2
Vacas ordenhadas (Cabeças)	-22,5	-56,1	-2,9	-10,9
Codornas	-11,2	-57,4	3,9	-24,6
Ovos de codorna (Mil dúzias)	-22,4	-71,2	-2,1	9,5

Fonte: PPM/IBGE (2018d). Elaboração Própria.

De forma geral, percebe-se que a área plantada ou destinada à colheita de Roraima se destacou no período mais recente em comparação aos demais estados. Houve um significativo crescimento na produção de

castanha-do-pará e em alguns itens da pecuária. Esse crescimento atípico pode estar associado, direta ou indiretamente, ao movimento migratório, às condições climáticas ou à expansão da soja. Em relação aos pos-

síveis impactos econômicos dos fluxos venezuelanos, o representante da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA-RR), ao falar das feiras livres, assim afirma:

“O primeiro impacto é que as várias pessoas que tem banca, que tem estrutura lá, contrataram migrantes venezuelanos para trabalhar. Um segundo impacto é a demanda desses nessas feiras, que aumentou esse consumo de produtos primários.”

Há ainda que se destacar que parte dos impactos do aumento de demanda no estado podem ser sentidos em outros estados que vendem produtos para Roraima. Como não foi possível obter dados de comércio entre estados no Brasil, não será possível traçar inferências nesse sentido.

3.2.3 Serviços

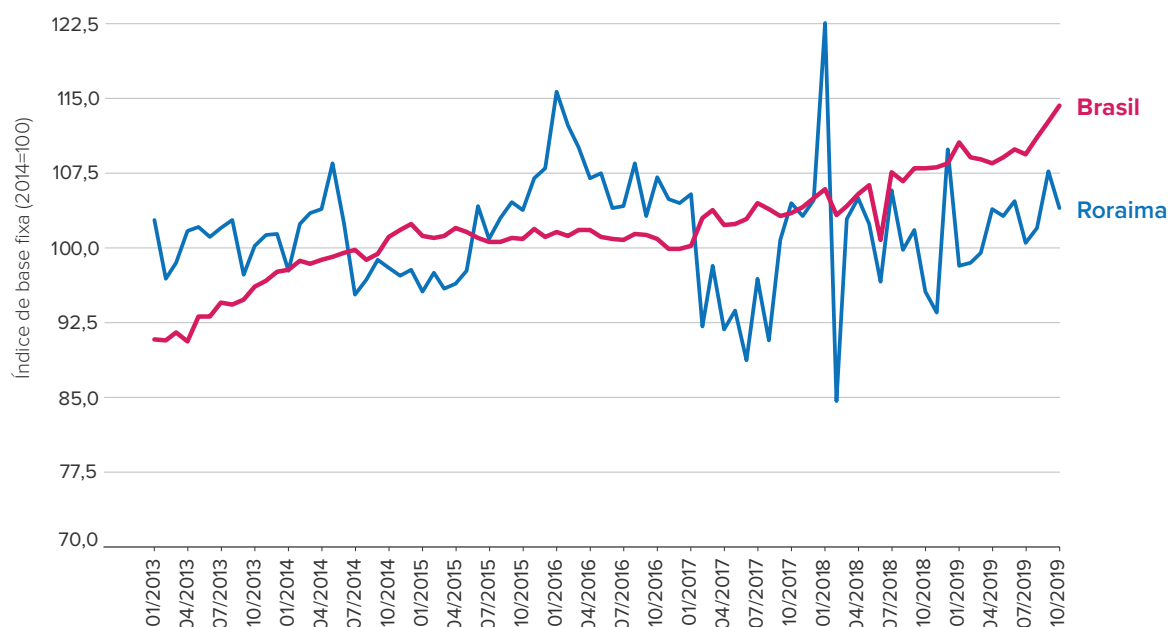
A fonte oficial de informações mais atualizada sobre o setor de serviços de Roraima é a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE, que provê um índice de performance do setor de serviços privado em cada unidade da federação e no Brasil (IBGE, 2019e). A limitação da PMS é a falta de informações desagregadas por subsetor, o que não nos permite enxergar os movimentos intrasetoriais, para os quais dependemos de fontes menos atuais como a Pesquisa Anual de Serviços (PAS) de 2017 ou as Contas Regionais de 2017 (IBGE, 2017).

Além disso, a PMS é baseada em uma população-alvo definida pela PAS, ou seja, pode não captar rápido o suficiente movimentações no setor de serviços que sejam baseadas na alteração da base de empresas locais, como a entrada de novas empresas ou o crescimento de empresas que anteriormente não teriam porte para serem incluídas na PMS. Essa reflexão é importante pois provavelmente o efeito indireto dos fluxos através da instalação de novas

organizações em Roraima não é captado integralmente pela PMS.

Analisando o índice de receita nominal da PMS (**Figura 7**), o setor de serviços vem tendo um desempenho positivo no Brasil desde 2017, sofrendo uma pontual desaceleração em meados de 2018, porém, em grande parte, sustentando uma taxa de crescimento próxima a 4% ao mês. Por outro lado, após dois anos de crescimento, 2017 foi um ano de queda para o setor de serviços em Roraima, seguido por uma recuperação no início de 2018. Notadamente, a volatilidade observada em Roraima é muito maior do que no Brasil como um todo, reflexo do fato de ser uma economia pequena e mais suscetível a choques diversos. Após um crescimento explosivo em janeiro e uma retração equivalente em fevereiro, o ano de 2019 se apresenta menos volátil que os anos anteriores, com uma tendência de recuperação alinhada com a observada no resto do país.

Figura 7. Índice de base fixa da receita nominal do setor de serviços em Roraima e no Brasil, (2014 = 100; jan/2013-ago/2019)



Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços (IBGE, 2019e). Elaboração própria.

Em contraste com os três estados de comparação, o desempenho de Roraima em 2018 e, principalmente, 2019, foi o melhor, apesar de não ter acompanhado o índice brasileiro. Durante 2018, o desempenho do Piauí manteve um nível similar com menor grau de volatilidade, conseguindo acompanhar o resto do país, porém sofreu uma queda contínua no ano seguinte, tendo uma diferença de quase 7 pontos para Roraima em outubro de 2019. Tanto Rondônia quanto Sergipe tiveram um índice de serviços majoritariamente abaixo da base referente a 2014, um desempenho inferior aos outros dois estados de comparação.

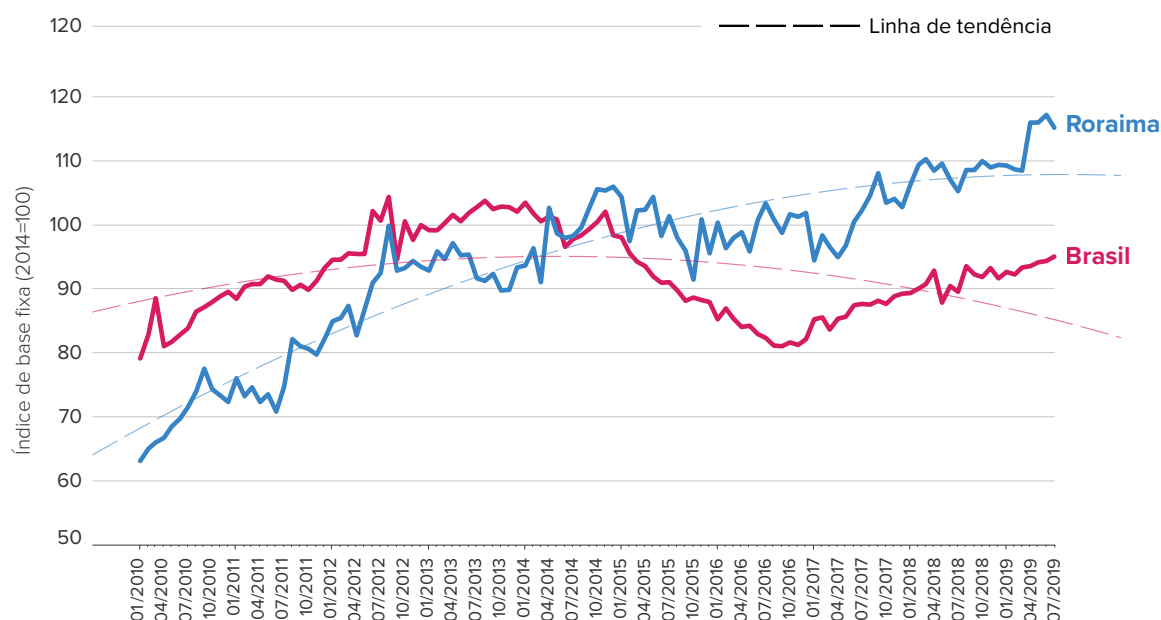
Nesse sentido, é difícil separar o componente desse movimento que tem a ver com a recuperação vivenciada no país como um todo do componente idiossincrático de Roraima, que vivencia o forte influxo de venezuelanos. Não é possível observar, neste caso, um comportamento muito particular da economia de Roraima em relação ao resto do Brasil. De fato, os dados do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) apresentados na **Seção 3.3** corroboram esta avaliação, dado que Roraima apresentou um crescimento de arrecadação inferior aos demais estados da federação, comparando os anos de 2017 e 2018.

3.2.4 Comércio

Algumas tendências sobre o setor de comércio em Roraima podem ser observadas a partir da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE (2019f). Analisando o comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de Veículos, motos, partes

e peças e de Material de construção, nota-se que ao longo dos meses, Roraima, que estava abaixo do nível nacional, cresceu superando o valor do Brasil (Figura 8).

Figura 8. Volume de vendas do varejo ampliado com ajuste sazonal, Brasil e Roraima, 2010-2019 - Índice de base fixa (2014=100)

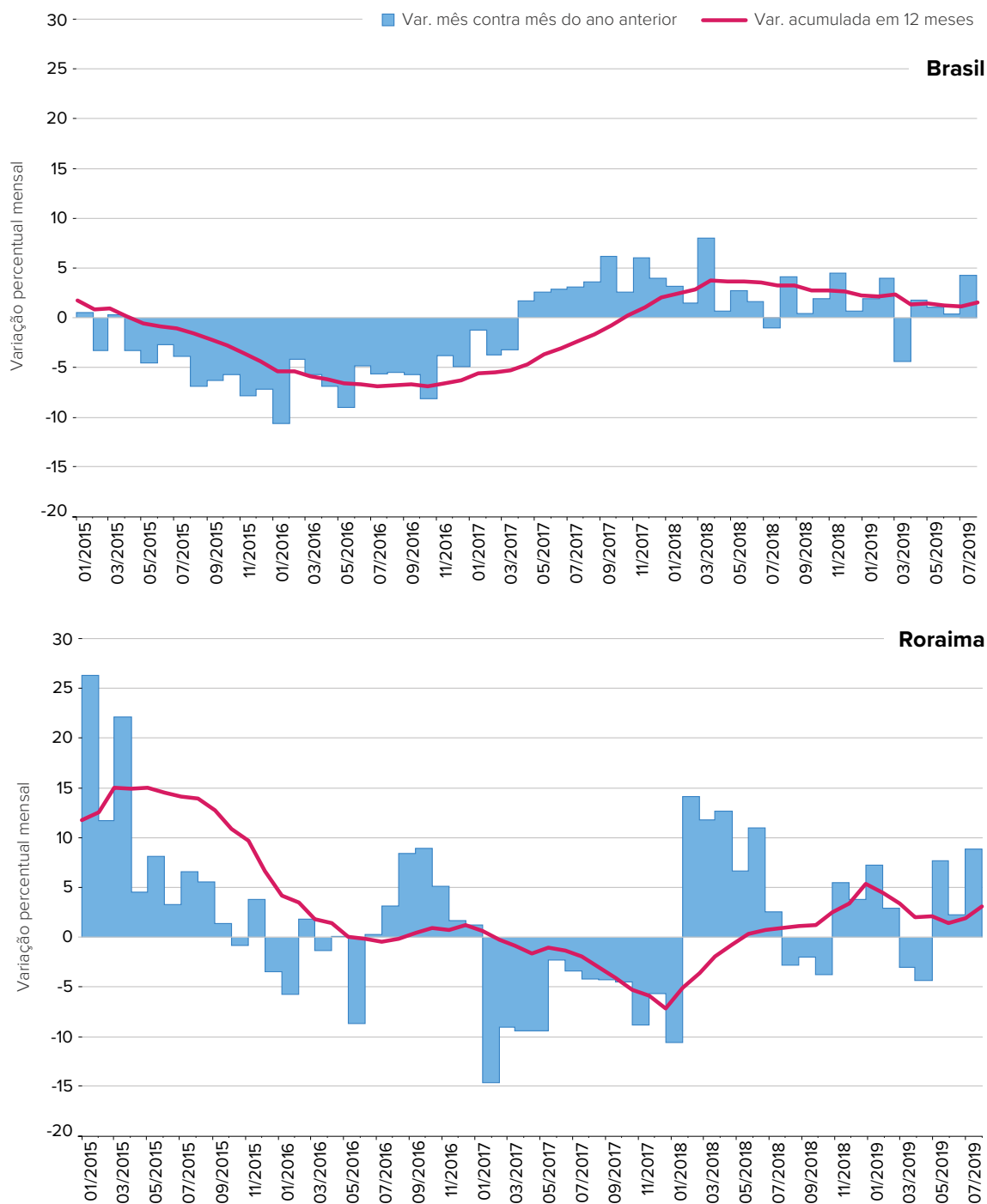


Fonte: PMC - IBGE (2019f). Elaboração própria.

No período mais recente, o país apresentou tendência de queda com uma leve retomada nos últimos meses, enquanto a tendência roraimense foi crescente ao longo do tempo. As linhas de tendência apontam uma redução no caso brasileiro, enquanto para Roraima indicam um crescimento. O período final de 2017 mostra um leve aumento

e, em 2018, a série permanece em patamar mais elevado, ainda dando indícios de crescimento. Esse resultado se reflete, ainda, na receita nominal de vendas. O índice dessazonalizado de Roraima apresenta-se acima do nível do nacional, com uma tendência de crescimento ao longo de todo o período.

Figura 9. Volume de vendas do varejo - Variação mês contra mês do ano anterior e variação acumulada em 12 meses, Brasil e Roraima, 2015-2019



Fonte: PMC - IBGE (2019f). Elaboração própria.

A **Figura 9** mostra a variação do volume de vendas do varejo do mês contra o mesmo mês do ano anterior e a variação acumulada em 12 meses no Brasil e em Roraima. Ao longo do período, no caso brasileiro, percebe-se claramente que o comportamento da série é bem delimitado, tendo um momento claro de redução e outro de crescimento, ainda que oscilante. No caso de Roraima, é possível perceber que a variação tem um comportamento menos demarcado. O ano de 2018 inicia uma série de variações positivas em relação ao ano anterior após uma longa sequência negativa. Essa mudança de direção no sinal da variação do indicador chama a atenção, pois ocorre justamente no ano de 2018, marcado pelo

aumento considerável no número de entradas de venezuelanos em Roraima, e quando tem início a Operação Acolhida.

Em síntese, através da análise das informações acerca do setor de comércio em Roraima foi possível perceber o comércio varejista vem crescendo ao longo do tempo, com uma tendência que é reforçada nos anos de 2018 e 2019. Essa variação no comportamento, ainda que não seja tão anormal quando comparada com o restante da série, parece ser um fenômeno específico da realidade de Roraima, não sendo visto da mesma forma no resto do país.

3.2.5 Comércio exterior

No que tange ao comércio internacional, Roraima não se destaca perante os demais estados. Ao longo de todo o período, o estado não representou nem 1% das exportações ou importações brasileiras. Analisando o período entre 1997-2018, as exportações e importações roraimenses mostram uma leve tendência de aumento ao longo dos anos.

Em relação aos produtos exportados, a **Tabela 7** mostra que, no biênio 2018-2019, o ouro foi o principal deles e a soja, o segundo. Enquanto no biênio anterior – e considerando apenas os onze primeiros meses de 2017 –, o ouro foi pouco exportado ao longo de todo o período, a soja foi representativa no comércio do estado. A exportação de sa-

bões chama a atenção devido ao seu crescimento acentuado entre os dois períodos considerados.

A forte presença do ouro na pauta de exportação de Roraima no período mais recente pode estar em alguma medida associada a recentes notícias sobre atuação de garimpo ilegal no estado de Roraima, tendo em vista que o estado não possui registros de minas para garimpo legal (G1, 2019; THE GUARDIAN, 2020). Esse fato foi também mencionado em entrevista com representante da Secretaria de Estado de Planejamento, Indústria e Comércio de Roraima (SEPLAN-RR).

Tabela 7. Valor exportado por Roraima (em US\$) segundo produto, 2016-2019

Produtos	2016-2017	2018-2019	Variação (%)
Ouro em formas semimanufaturadas, para uso não monetário	306.488	32.599.679	10.537
Soja mesmo triturada	31.554.410	30.254.140	-4
Arroz em grãos, inclusive arroz quebrado	6.977.172	15.753.766	126
Açúcar refinado	5.385.530	8.635.033	60
Óleo de soja refinado	929.489	6.350.272	583
Sabões, produtos e preparações, para limpeza	128.795	5.435.274	4.120
Preparações para elaboração de bebidas	366.355	3.126.380	753
Margarina, exceto margarina líquida	86.217	2.835.743	3.189
Demais produtos manufaturados	3.064.740	19.300.719	530
Demais produtos	6.348.163	16.068.761	153
Total	55.147.359	140.359.767	20.047

Fonte: SECEX / Comex Stat (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019e). Elaboração própria.

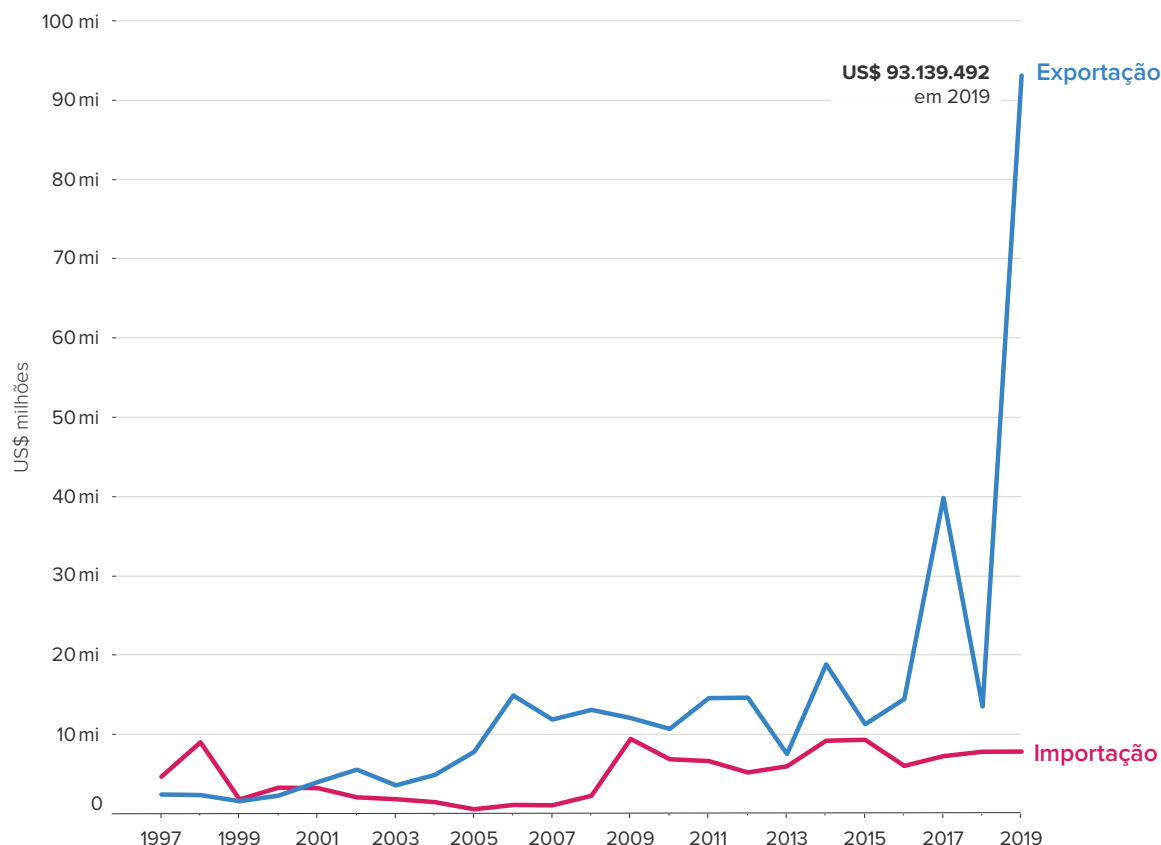
Para tentar retirar o efeito pontual do ouro sobre os resultados do comércio exterior de Roraima, as análises que se seguem removem esse produto da pauta de exportações e importações. O objetivo é verificar se, mesmo sem a influência pontual do ouro, a balança comercial do estado se comporta de modo distinto no período recente. Buscando compreender o período mais recente e identificar algum tipo de tendência no período de janeiro a novembro do ano atual em comparação aos demais, optou-se por observar o comércio do estado comparando apenas o acumulado dos onze meses de cada ano, período para o qual se dispõe de dados para o ano de 2019. Essas informações encontram-se na **Figura 10**.

As importações, entre 2018 e 2019, apresentaram aumento discreto. Em 2019, até o mês de novembro, Roraima importou o equivalente a US\$ 7,9 mi-

lhões, representando menos de 1% das importações brasileiras. Esse comportamento não é atípico para o estado, que ao longo de todo o período, sempre teve importações poucos expressivas diante do cenário nacional.

Já as exportações de 2019 cresceram consideravelmente em relação aos onze meses do ano anterior. Em 2019, as exportações de Roraima (sem contar o ouro) alcançaram o valor de US\$ 93,1 milhões. No mesmo período de 2018, atingiram o valor de US\$ 13,6 milhões, o que representou um aumento de 586%. Um crescimento de tal magnitude não foi observado nem a nível nacional – que, na verdade, apresentou diminuição - e nem em outra unidade da federação. Depois de Roraima, o estado que mais cresceu em relação às exportações entre janeiro e novembro de 2018 e 2019 foi o Rio Grande do Norte, com 46,5%.

Figura 10. Valor das exportações e importações, Roraima, janeiro a novembro, 1997-2019



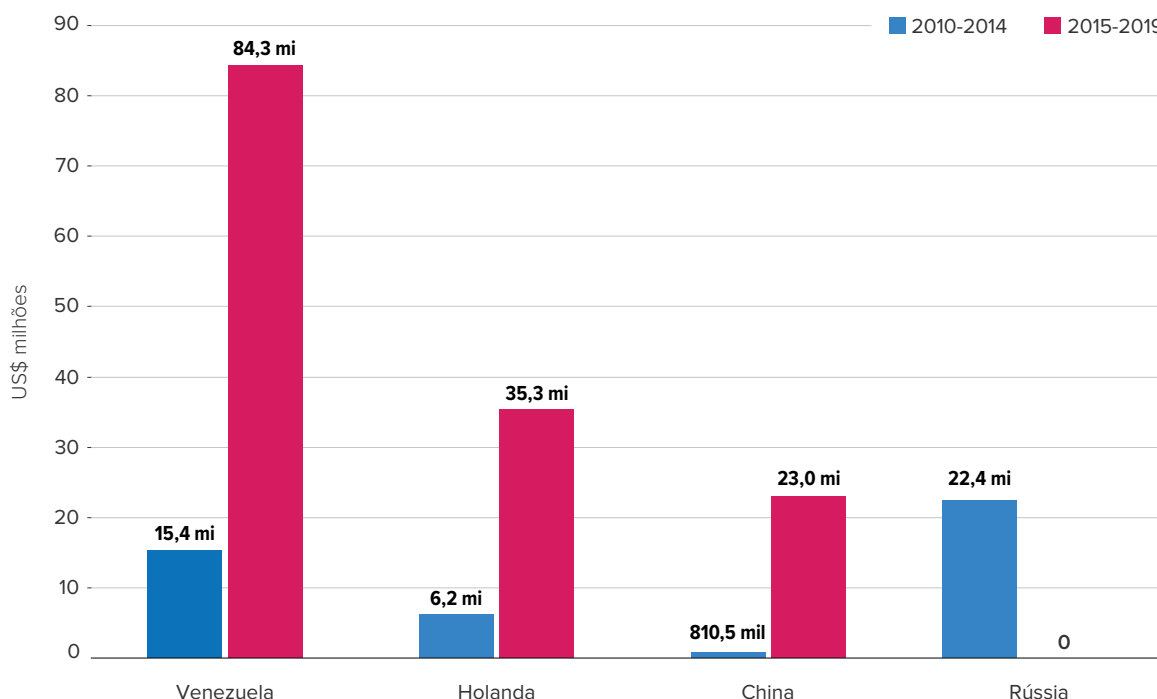
Fonte: SECEX / Comex Stat (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019e). Elaboração própria.

Buscando compreender melhor o comportamento dos indicadores de Roraima nas esferas analisadas, buscou-se comparar com as unidades da federação selecionadas pela metodologia de similaridade segundo a distância euclidiana (ver **Apêndice I**). Ao longo de toda a série, apesar de Roraima ser o estado que menos exportou, chama a atenção que há uma inversão em 2019, em que Roraima passa o estado de Sergipe.

Analisando as exportações de Roraima entre os anos de 2010 e 2019, nota-se que, entre os prin-

cipais destinos dos produtos do estado estão Venezuela, Holanda, China e Rússia, que equivalem a quase 70% do valor total das exportações entre esses anos. Esses países são apresentados na **Figura 11**, que traz o valor total exportado por Roraima para cada país em dois períodos distintos: 2010-2014 e 2015-2019, sendo que no ano final dos dois períodos, foram consideradas apenas as informações até novembro para permitir comparabilidade.

Figura 11. Valor exportado (em US\$ milhões) segundo país de destino, Roraima, 2010-2019



Fonte: SECEX / Comex Stat (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019e). Elaboração própria.

Destaca-se o aumento considerável da participação da Venezuela nas exportações: saindo de 31,5% na média 2016-2017 para 46,7% em 2018-2019. Ou seja, a dependência da Venezuela nas exportações roraimenses aumenta no período recente, o que é um possível reflexo do aumento da demanda por bens e serviços no país vizinho, que passou por uma série de crises de abastecimento.

Através da análise da **Tabela 8**, nota-se que, em 2018 e 2019, os produtos mais exportados para o país sul-americano citado foram os demais produtos

manufaturados e arroz em grãos. Juntos, esses produtos representam mais de metade das exportações do estado para a Venezuela no último período considerado, que foi de US\$ 65,5 milhões. Os produtos que apresentaram substancial crescimento foram sabões, produtos e preparações para limpeza e margarina. Essa forte relação com a Venezuela não é observada nos estados de comparação. O Piauí apresentou um aumento de suas exportações para o país, mas em uma ordem de grandeza bastante inferior (US\$ 3 milhões em valor exportado entre 2018 e 2019).

Tabela 8. Valor exportado (em US\$) para a Venezuela por produto, Roraima, 2016-2019

Produto	2016-2017	2018-2019	Variação (%)
Arroz em grão, inclusive arroz quebrado	6.976.167	15.565.672	12.313
Açúcar refinado	5.385.530	8.625.691	6.016
Óleo de soja refinado	901.594	6.184.443	58.595
Sabões, produtos e preparações para limpeza	117.562	5.342.862	444.472
Preparações para elaboração de bebidas	366.355	3.096.392	74.519
Margarina, exceto a margarina líquida	85.417	2.689.351	304.850
Açúcar de cana em bruto	89.723	1.958.288	208.259
Demais produtos manufaturados	2.832.467	17.934.966	53.319
Demais produtos	633.073	4.104.373	54.833
Total	17.387.888	65.502.038	1.217.176

Fonte: SECEX / Comex Stat (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019e). Elaboração própria.

Os resultados da análise do comportamento do comércio exterior para o estado de Roraima indicam que há mudanças repentinas consideráveis no período recente. No entanto, essas mudanças parecem estar mais relacionadas ao contexto da própria Venezuela do que propriamente com os

fluxos migratórios. De todo modo, há evidências concretas de que a atividade econômica roraimense pode ter tido resultados positivos a partir de sua relação comercial com o país vizinho, mesmo que a integralidade desses resultados não sejam absorvidos pela economia de Roraima.

3.2.6 A economia humanitária

Além dos dados apresentados sobre atividade econômica em diversos setores, há uma dimensão difícil de captar a partir dos dados, que é a economia gerada pela atuação local de uma série de organismos nacionais e internacionais. Tais instituições iniciaram ou ampliaram suas atividades locais como resposta ao fluxo venezuelano, como pode ser observado a partir das entrevistas.

Diante da necessidade de arcar com a resposta emergencial, alguns entrevistados afirmam que a chegada de instituições internacionais tem sido benéfica ao estado e que, sem isso, o estado de Roraima não teria condições de lidar sozinho com a nova realidade. Segundo um dos representantes da SEPLAN-RR:

“(...) É... a gente estaria numa situação mais complicada, eu digo assim, o orçamento público, se não fosse ajuda da... vamos dizer, da ONU. A ONU tá lá em cima, vamos dizer, um guarda-chuva que abarca o ACNUR e não sei outros órgãos. A gente estaria numa situação muito mais complicada se não fossem esses órgãos”.

Essa economia humanitária, no entanto, faz mais do que simplesmente aliviar custos do governo, ajudando outras instituições como ONGs, por exemplo, a contratar serviços, produtos, injetando mais recursos na economia. Nesse sentido, as ONGs declaram, por meio de seus entrevistados, que esses recursos servem justamente para isso. Embora não saibam precisar o montante, isso pode ser atestado na fala da representante do SJMR:

“Por exemplo, quando o escritório começou aqui eram só duas pessoas contratadas e o resto era... quer dizer... voluntários ou estagiários. Agora, por exemplo, nossa equipe cresceu muito, o espaço... a gente tá inclusive entrando numa obra, atualmente, porque precisamos de mais espaços para organizar os atendimentos... E... precisamos também adquirir novos serviços como, por exemplo, serviços de transporte, que antes não precisávamos, mas agora precisamos para poder movimentar os migrantes, organizar alguns eventos e outras coisas”.

Embora essa fala seja pertinente e reverberada por outros funcionários de ONGs, as entrevistas não conseguiram extrair dados mais significativos sobre esse aumento orçamentário e o impacto na produção de serviços, contratação de mão de obra, compra de produtos, todos eles atrelados, de certa forma, ao movimento de imigrantes e refugiados. É importante destacar que, além desses serviços de atendimento humanitário e de contratação de pessoal em Roraima, pode ter havido um aumento na compra de passagens aéreas para efeitos de reunião familiar e interiorização, seja com recursos próprios ou adquiridos pelas organizações internacionais.

Outros campos mencionados foram os de grupos populacionais com vulnerabilidades específicas, como as mulheres, homossexuais e outros, de mandato sobretudo de agências internacionais especializadas como ONU Mulheres e UNFPA. A ONU Mulheres faz um papel de crédito e de empreendedorismo feminino, conforme menciona o representante:

“Nos primeiros DTMs¹⁷ a interiorização não era desagregada, a gente sabia o total de pessoas que eram interiorizadas. A gente não sabia quantos eram mulheres, quantos eram homens e em quais modalidades. E aí, a gente pressionou muito para conseguir a desagregação e quando conseguimos a gente identificou o que já percebemos, na verdade, mas que precisava de dado para comprovar. Que era a ausência de oportunidade de vaga de trabalho para as mulheres no âmbito da interiorização. Aqui, como implementação direta, a gente trabalha com CBI, que é o Cash-Based Intervention, linkado ao empoderamento econômico, então as mulheres recebem um auxílio financeiro... tem duas modalidades, uma delas é quando a mulher recebe o auxílio financeiro e faz uma mentoria para abertura de negócios

pelo SENAC¹⁸. A gente fez uma parceria e contratou o SENAC para fazer esse papel. Então elas passaram três meses tendo a mentoria, e nesses três meses elas recebiam uma vez por mês o auxílio financeiro.”

No geral, conforme relatado, há manifestações de projetos e de recursos sendo injetados para a implementação de programas de agências internacionais, governo federal e ONGs. Esses recursos provêm, na maioria dos casos, do próprio governo federal (Operação Acolhida por intermédio do Exército) ou por recursos de agências internacionais, normalmente provenientes do próprio orçamento da ONU ou de doações de países centrais, como Japão, Canadá, EUA e países da União Europeia.

3.3 Finanças públicas

Nesta seção são apresentadas evidências de variações não usuais de indicadores que compõem as receitas e despesas do estado de Roraima, bem como do conjunto dos municípios. Os dados sugerem que há um aumento considerável tanto da arrecadação estadual em Roraima quanto do gasto público municipal.

A análise de dados de receitas do setor público é relevante para atender aos objetivos deste projeto

por pelo menos duas razões. Primeiro, como mencionado anteriormente, parte das análises econômicas que poderiam ser realizadas observando indicadores como o PIB ou as contas regionais encontram-se limitadas pela ausência de dados mais recentes. Uma forma de complementar esse diagnóstico seria observando o comportamento de indicadores de arrecadação tributária que, muitas vezes, respondem diretamente à dinâmica da

¹⁷ Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM, em inglês) é uma metodologia que faz parte das pesquisas realizadas pela Organização Internacional para as Migrações (OIM).

¹⁸ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

atividade econômica. Segundo, as próprias variações de arrecadação refletem alterações na dinâmica demográfica local pois tanto o consumo quanto o mercado de trabalho são impactados em alguma medida pela presença de refugiados e imigrantes, sobretudo os que estabelecem residência no estado e os que conseguem se inserir no mercado de trabalho.

Na perspectiva dos impostos, vale destacar que grande parte da arrecadação estadual depende do Imposto sobre Consumo de Mercadorias e Serviços (ICMS), um tributo que responde diretamente a variações no consumo local¹⁹. A análise da sua dinâmica comparando o estado de Roraima com a situação dos demais estados permite identificar se há alguma variação diferencial relevante, levando em conta que não houve mudanças particulares da alíquota de ICMS em Roraima no período estudado²⁰. Tal variação poderia ser atribuída a mudanças no perfil e na dimensão do consumo no estado que, em parte, pode ter respondido à presença de refugiados e imigrantes.

A **Figura 12** a seguir mostra o crescimento real da arrecadação de ICMS no estado de Roraima em comparação com a média dos demais estados na década, levando em conta a comparação do mês contra o mesmo mês do ano anterior. Plotamos ainda barras horizontais com as médias anuais. O

gráfico mostra que a receita de ICMS cresce proporcionalmente mais em Roraima do que nos demais estados pelo menos desde 2012, mas sem nunca ultrapassar 10%.

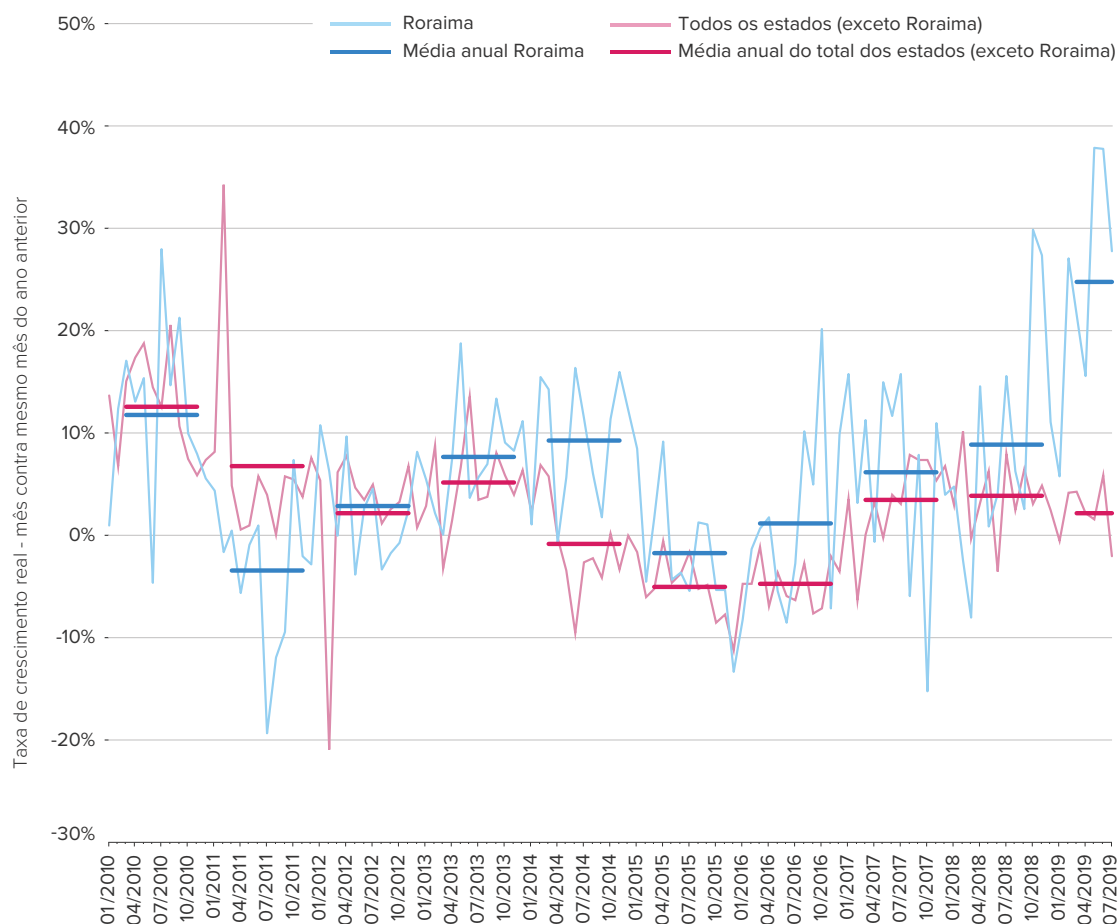
No entanto, há um expressivo aumento entre o final de 2018 e o primeiro semestre de 2019, chegando a um patamar de 25%, sendo que o distanciamento da média geral é o maior da série apresentada. Esse descolamento é um indício de que o consumo de bens e serviços no estado cresceu de forma diferenciada em comparação com outros estados, algo que pode guardar relação com a chegada massiva de venezuelanos no estado sobretudo a partir de 2018.

O aumento da arrecadação de impostos pode contribuir para a autonomia do governo estadual para gastos públicos, um indicador utilizado para acompanhamento das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Tendo isso em vista, vale destacar que o percentual do orçamento do estado de Roraima financiado por impostos cobrados internamente saiu de 20,7% em 2016 para 23% em 2017 e 23,1% em 2018, conforme apurado a partir de dados do Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro (Siconfi) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Economia (2019f).

¹⁹ O ICMS responde à atividade econômica com uma determinada elasticidade possivelmente menor que 1. Segundo Marques Júnior e Oliveira (2015), o fato de que os consumidores destinam parte de sua renda à poupança explica o fato de que, quando a renda aumenta, nem tudo é convertido em consumo, o que reflete em um aumento proporcionalmente menor do ICMS, por exemplo.

²⁰ Nenhuma mudança relevante foi detectada na análise do regulamento oficial do ICMS do estado de Roraima e suas modificações posteriores (RORAIMA, 2019).

Figura 12. Taxa de crescimento real (mês contra mesmo mês do ano anterior) da receita de ICMS, Roraima e total dos estados (exceto Roraima), jan/10 a jul/19



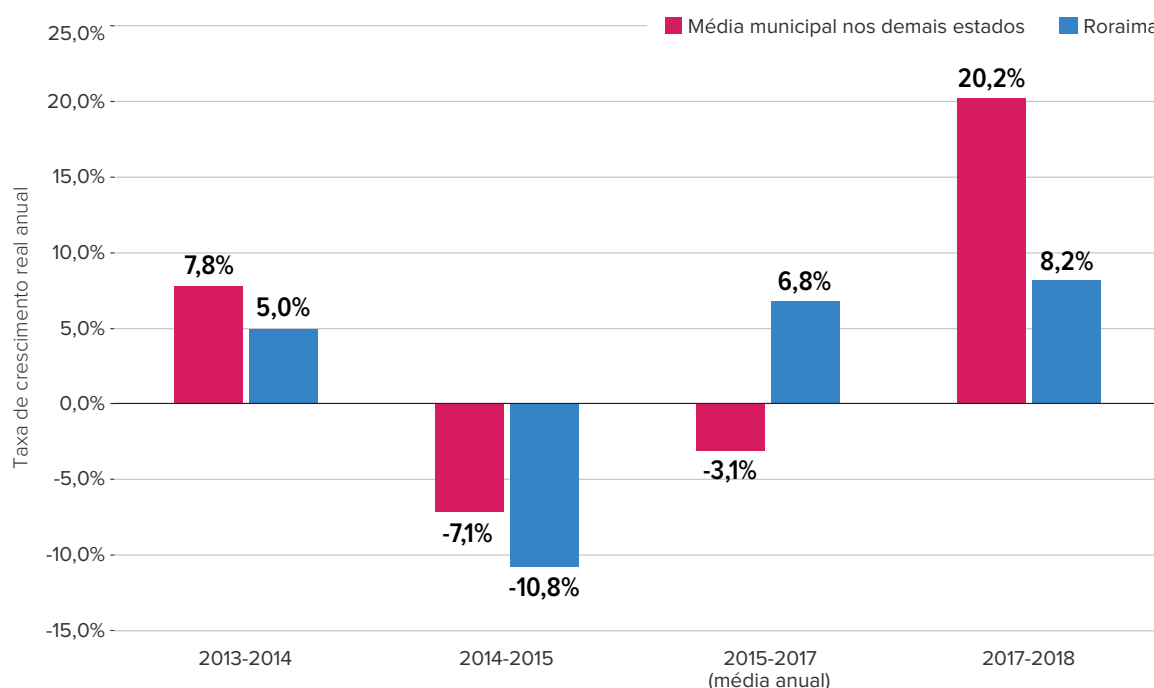
Fonte: BCB (2019). Elaboração própria.

Outro imposto que tende a responder de forma quase que imediata à atividade econômica é o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), um tributo municipal que incide sobre serviços diversos como segmentos de saúde, educação, transportes, informática, comunicação,

serviços imobiliários, cultura e lazer, serviços financeiros, consultoria, entre outros²¹. A **Figura 13** compara a arrecadação agregada dos municípios do estado de Roraima com a arrecadação média de municípios dos demais estados.

²¹ A Lei Complementar nº 1.223 de 29 de dezembro de 2009 apresenta os setores em que o ISSQN incide no município de Boa Vista - RR, por exemplo (BOA VISTA, 2009).

Figura 13. Taxa de crescimento real da receita de ISSQN, média dos municípios de Roraima²² e do total dos estados (exceto Roraima), 2013-2018²³



Fonte: Siconfi/STN (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019f) Elaboração própria.

A análise do gráfico sugere que, apesar de Roraima ter tido uma queda considerável na arrecadação de ISSQN dos seus municípios em 2015, o crescimento em 2016 e 2017 foi positivo, enquanto que a média dos demais estados brasileiros foi negativa. Entre 2017 e 2018, no entanto, o crescimento em Roraima foi aquém da média nacional, o que

sugere que o setor de serviços não necessariamente respondeu de forma direta ao acréscimo de demanda esperado a partir do fluxo venezuelano. Esta análise está de acordo com os resultados obtidos a partir da PMS do IBGE na **Seção 3.2.3**. Em conjunto, esses dados sugerem que o efeito econômico desses fluxos em Roraima, se existente,

²² Foram considerados apenas os municípios que apresentam dados para toda a série estudada, a saber: Amajari, Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Caroebe, Mucajaí, Pacaraima, Rorainópolis e São João da Baliza. Esses municípios, somados, representam aproximadamente 97% da despesa municipal total em Roraima no período.

²³ Os dados obtidos através do Siconfi apresentam um valor consideravelmente menor para a soma dos municípios de Roraima no ano de 2016 (R\$ 5,3 milhões, enquanto que em 2015 foi de R\$ 61,1 milhões e, em 2017, de R\$ 78,9 milhões). Como este número não parece plausível em termos de ordem de grandeza, preferimos calcular a diferença entre 2015 e 2017 e dividir por dois para obter uma média anual de crescimento do período.

teria sido mais concentrado em comércio de bens do que no aumento da atividade de serviços, pelo menos em um primeiro momento.

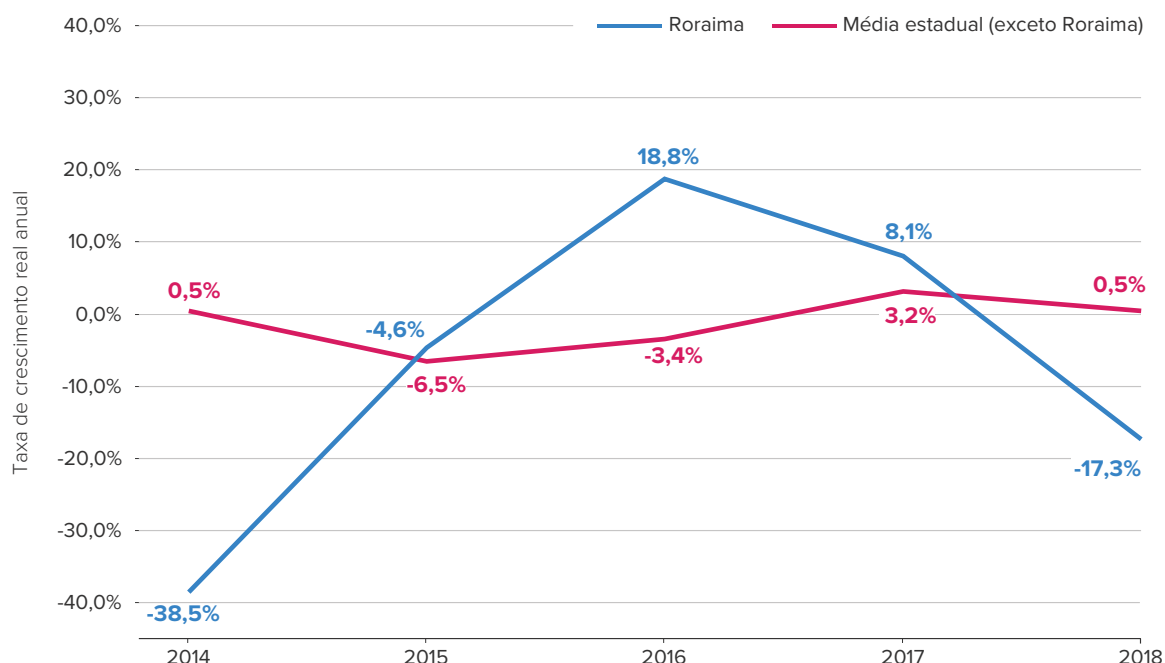
Além de olhar para as receitas, podemos analisar as despesas públicas no período em busca de evidências de algum comportamento fora do usual. Isso se deve ao fato de que um argumento comum relacionado aos potenciais efeitos de choques de imigração no local de destino refere-se ao aumento de demanda por serviços públicos. No caso dos refugiados, a população muitas vezes chega ao país tendo deixado tudo para trás e sem recursos financeiros. É esperado, então, que serviços oferecidos pelo Estado como educação, saúde e assistência social tenham um aumento de demanda no curto prazo²⁴.

Em busca de evidências sobre esse potencial efeito, analisamos os dados de despesa por função de estados e municípios. Utilizamos o critério de despesas empenhadas para analisar a dinâmica do gasto público, tendo em vista que este é o critério utilizado para apuração da execução orçamentária no Brasil (BRASIL, 1964). No que se refere aos estados, comparamos a dinâmica dos empenhos realizados pelo governo do estado de Roraima com a média dos demais estados brasileiros no período de 2013 a 2018.

A **Figura 14** a seguir mostra que, apesar da despesa ter crescido em um ritmo maior em Roraima em comparação com os demais estados em 2016 e 2017, houve um decréscimo em 2018 que não ocorre na média nacional. Nesse sentido, não há uma evidência muito clara de que o estado teria ampliado seus gastos no momento de maior fluxo de refugiados e imigrantes até então.

²⁴ Uma formulação teórica político-econômica sobre a relação entre fluxos migratórios e políticas redistributivas e bem-estar social é oferecida por Razin, Sadka e Suwankiri (2009).

Figura 14. Taxa de crescimento real da despesa estadual empenhada (exceto intraorçamentária²⁵), Roraima e total dos estados (exceto Roraima), 2014-2018



Fonte: Siconfi/STN. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019f) Elaboração própria.

Ao observar a despesa por função, o padrão da **Figura 14** é muito semelhante para despesas em educação, saúde e assistência social, que poderiam ser mais sensíveis ao aumento dos fluxos. Já no caso da segurança pública, de responsabilidade do estado, Roraima apresentava um crescimento bastante superior à média nacional até 2017 - 9,4 pontos percentuais acima, em média, entre 2014 e 2017 - mas apresentou decréscimo da despesa empenhada em 2018 de -7,6%, enquanto a média dos demais estados teve acréscimo de 1,3%. Esse decréscimo, no entanto, não

impidiu que a despesa com segurança pública aumentasse consideravelmente sua parcela do orçamento de Roraima, passando de 9,6% em 2013 para 11,7% em 2018.

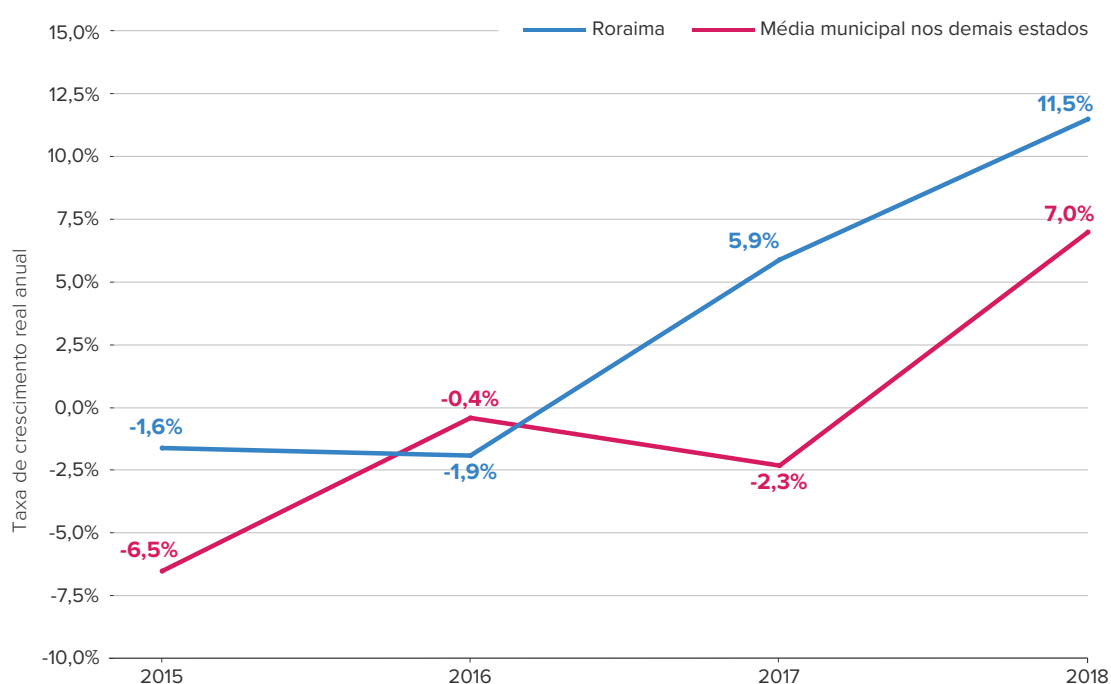
O padrão observado para as despesas municipais, no entanto, é bastante distinto. Na **Figura 15**, apresentamos a taxa de crescimento das despesas empenhadas da soma dos municípios de Roraima comparando com a soma dos municípios dos demais estados. Como se pode observar, os municípios de Roraima tiveram um decréscimo da

²⁵ Segundo o Manual Técnico de Orçamento 2020 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019g, p.11), "operações intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do mesmo ente federativo. Não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas remanejamento de receitas entre seus órgãos". Despesas cujas fontes de recurso são receitas intraorçamentárias são retiradas da análise para evitar dupla contagem.

despesa maior do que a média nacional em 2016, mas essa tendência se reverteu em 2017, quando os municípios do estado de Roraima tiveram, em conjunto, 5,9% de crescimento da despesa empenhada, enquanto que a média dos municípios

dos demais estados foi negativa. Em 2018, o padrão é mantido, com crescimento em Roraima 4,5 pontos percentuais maior do que nos municípios dos demais estados.

Figura 15. Taxa de crescimento real da despesa municipal empenhada (exceto intraorçamentária), média dos municípios de Roraima²⁶ e dos demais estados, 2015-2018



Fonte: Siconfi/STN (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019f). Elaboração própria.

O crescimento nas despesas de saúde e urbanismo explicam a maior parte do padrão observado na **Figura 15**. As despesas com educação nos municípios de Roraima cresceram 20,6% em 2017, mas caíram 0,9% em 2018. Já as despesas com assistência social caíram 19,5% em 2018 nos municípios

de Roraima, enquanto, nos demais estados, a despesa municipal cresceu em média 8,5%. As despesas com segurança pública - um componente que, diga-se de passagem, responde por cerca de 2% da despesa municipal média dos municípios brasileiros - cresceram 18,2% em 2018 no município de Boa Vista, 15,2 pontos

²⁶ Foram considerados apenas os municípios que apresentam dados para toda a série estudada, a saber: Amajari, Boa Vista, Bonfim, Caroebe, Mucajaí, Pacaraima, Rorainópolis, e São João da Baliza. Esses municípios, somados, representam aproximadamente 90% da despesa municipal total em Roraima no período.

percentuais acima da média dos municípios dos demais estados. Esse fato pode estar relacionado com concursos públicos realizados para a guarda municipal de Boa Vista que foram destravados no mesmo período²⁷.

As evidências apresentadas em relação às despesas sugerem que, se houve algum efeito dos fluxos

venezuelanos no gasto público local, esse efeito seria visível apenas para despesas municipais, mas não estaduais. No caso dos municípios, mais de 70% dos valores apresentados correspondem apenas ao município de Boa Vista, mas o padrão de elevação das despesas em 2017 e 2018 também é visível em outros municípios como Bonfim, Mucajaí e Pacaraima.

3.4 Mercado de trabalho

Uma das dimensões mais exploradas acerca dos efeitos da imigração no local de destino é a do mercado de trabalho, em especial na literatura microeconômica. Dentre as questões usualmente endereçadas, destaca-se a investigação sobre a validade de previsões teóricas de modelos de equilíbrio parcial tais como o efeito substituição de mão de obra nativa por mão de obra imigrante ou refugiada e o possível efeito negativo nos salários de nativos em decorrência da maior competição no mercado de trabalho. A literatura explorando tais mecanismos é vasta e, tipicamente, não encontra evidências robustas acerca de tais previsões teóricas, a não ser em subgrupos muito particulares da população (FRIEDBERG e HUNT, 1995), o que favorece previsões relacionadas a modelos de equilíbrio geral com complementaridade no mercado de trabalho.

Considerando especificamente situações em que um elevado fluxo de migrantes para uma localidade específica ocorre em um curto espaço de tempo,

há oportunidades para identificar o efeito causal da imigração sobre o mercado de trabalho local, mas as evidências são muitas vezes conflitantes. Como exemplo, no clássico exame do efeito do Êxodo de Mariel – um grande contingente de cubanos que chegaram na Flórida em 1980 – sobre o mercado de trabalho de Miami, o trabalho seminal de Card (1990) mostra que não houve um efeito negativo considerável no mercado de trabalho para nativos, o que é explicado, em grande parte, pela demanda por trabalho de baixa qualificação por indústrias locais naquele período. Mais recentemente, o assunto gerou evidências distintas entre os trabalhos de Borjas (2017) e Peri e Yasenov (2019).

Nesse sentido, na visão de Dustmann, Schönberg e Stuhler (2016), as evidências aparentemente contraditórias da literatura derivam de diferentes pressupostos teóricos e diferentes coeficientes estimados. Não é claro, assim, que os efeitos da imigração sobre o mercado de trabalho local sejam necessariamente negativos.

²⁷ Dados consultados a partir do Portal da Transparência de Boa Vista atestam que o crescimento dos valores pagos da folha salarial da segurança pública no município, em termos reais, foi de 5,1% em 2018. O crescimento foi ainda maior em 2019, chegando a 9,5% (BOA VISTA, 2020).

Tendo por pano de fundo essa literatura, essa seção faz um exame exploratório da dinâmica do mercado de trabalho local em Roraima. Na primeira subseção, analisamos os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua trimestral do IBGE, que nos permite compreender tendências agregadas - tanto do mercado de trabalho formal quanto informal. Na segunda subseção, analisamos os registros administrativos do mercado formal de trabalho a partir da ligação entre as bases da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da base de dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do Ministério da Economia (2019a; 2019b; 2019c), nos quais é possível distinguir entre a dinâmica do mercado de traba-

lho por nacionalidade, algo que não é possível nas pesquisas amostrais. Nesta subseção, são apresentadas algumas análises comparativas de Roraima com outros estados utilizando a RAIS e o CAGED.

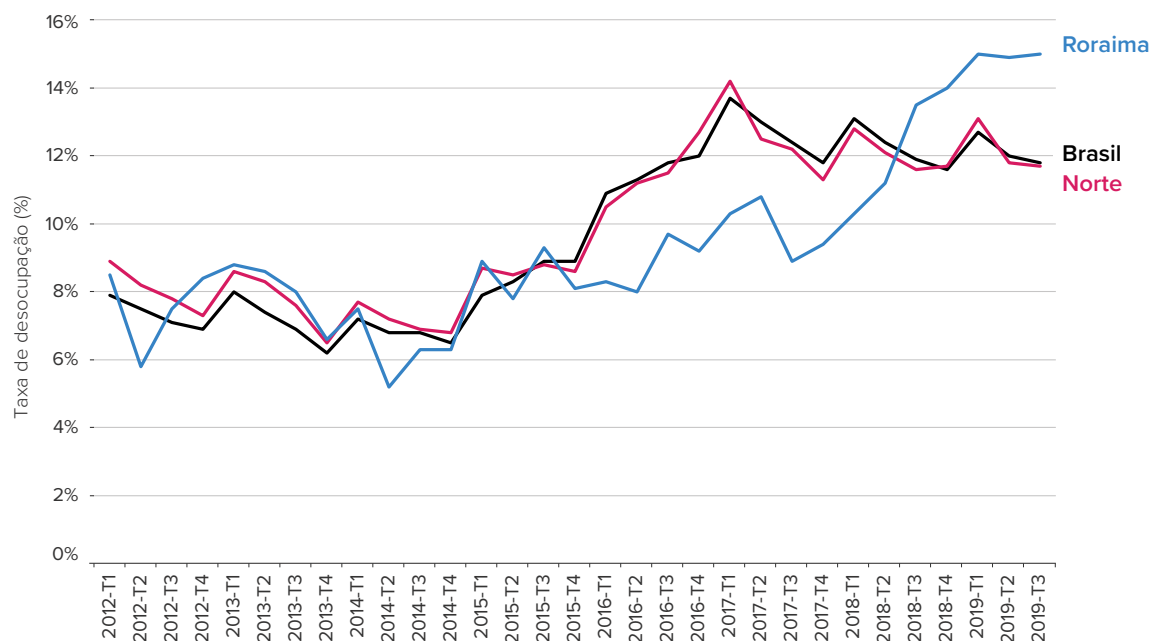
Busca-se, com isso, apresentar um diagnóstico do mercado de trabalho em Roraima antes e depois do aumento dos fluxos de venezuelanos. Além disso, busca-se entender em que medida mudanças de tendência podem ser atribuídas apenas a um efeito “mecânico” - aumento da força de trabalho e, em particular, da população desocupada apenas pelo maior contingente de venezuelanos nessa situação - ou se de fato podem ter relação com alguma mudança na situação do mercado de trabalho de nacionais.

3.4.1 Análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua

O Brasil passa, pelo menos desde 2015, por uma deterioração das condições do mercado de trabalho que parece ter se estabilizado no período mais recente, porém sem regredir a patamares pré-2015. Para evitar efeitos de sazonalidade, comparando as taxas registradas no terceiro trimestre de cada ano, observa-se um aumento de 5,6 pontos percentuais entre 2014 e 2017 e uma queda de 0,6 percentual entre 2017 e 2019. Hoje, o Brasil possui em torno de 12 milhões de pessoas desempregadas. As difíceis condições econômicas do país, aliadas às constantes instabilidades políticas e a um cenário internacional não muito auspicioso estão por trás desse diagnóstico.

Todavia, as tendências para o estado de Roraima são distintas do que se observa no agregado. Observando os mesmos pontos analisados no parágrafo anterior, vemos que o aumento entre 2014 e 2017 em Roraima foi menor, de 2,6 pontos percentuais, enquanto, entre 2017 e 2019, Roraima apresentou um aumento de 6,1 pontos percentuais na sua taxa de desemprego, totalizando 8,7 entre 2014 e 2019. A **Figura 16** a seguir demonstra de forma mais clara a diferença nas tendências observadas em Roraima e no Brasil como um todo, revelando que, a partir da segunda metade de 2017, Roraima vivencia um crescimento acentuado da sua taxa de desemprego, ultrapassando os valores observados no agregado.

Figura 16. Taxa de desocupação (%), Brasil, Região Norte e Roraima, 2012-T1 a 2019-T3



Fonte: Pnad contínua trimestral / IBGE (2019b). Elaboração própria.

Essa tendência também não é observada na região Norte como um todo, de modo que se trata de um fenômeno particular do estado de Roraima. Considerando que os dados mais recentes da Pnad são do terceiro trimestre de 2019, a **Tabela 9** traz os valores registrados no terceiro trimestre de cada ano

desde 2012 até 2019 para o Brasil, o estado de Roraima, a região Norte e os três estados de comparação: Piauí, Sergipe e Rondônia. Os dados reforçam a ideia de que o crescimento contínuo a partir de 2017 parece ser um fenômeno particular de Roraima.

Tabela 9. Taxa de desocupação (%), Brasil, Região Norte, Roraima e estados de comparação, terceiro trimestre – 2012 a 2019

Região	2012-T3	2013-T3	2014-T3	2015-T3	2016-T3	2017-T3	2018-T3	2019-T3
Brasil	7,1	6,9	6,8	8,9	11,8	12,4	11,9	11,8
Norte	7,8	7,6	6,9	8,8	11,5	12,2	11,6	11,7
Roraima	7,5	8,0	6,3	9,3	9,7	8,9	13,5	15,0
Rondônia	5,9	4,5	4,1	6,7	8,5	8,1	8,6	8,2
Piauí	6,1	7,4	6,1	7,6	9,4	12,0	12,3	12,7
Sergipe	10,4	10,0	9,0	8,6	14,2	13,6	17,5	14,7

Fonte: Pnad contínua trimestral / IBGE (2019b). Elaboração própria.

A tendência de aumento do desemprego em Roraima ocorre exatamente no momento em que aumenta a presença de venezuelanos no estado, o que sugere algum tipo de associação entre esses dois fenômenos. No entanto, não é possível distinguir o quanto desse aumento decorre de uma piora das condições de trabalho locais ou do simples aumento da força de trabalho desocupada composta pelos próprios venezuelanos, dado que a Pnad não distingue por nacionalidade.

De fato, como esperado, a força de trabalho roraimense aumenta em uma velocidade mais elevada a partir de 2017, mas, como parte desse contingente é composto por venezuelanos – em grande parte, sem ocupação em um primeiro momento – há um aumento mais que proporcional da população desocupada, o que pode implicar em uma elevação “mecânica” do desemprego. Uma evidência nesse sentido é que a taxa de participação no mercado de trabalho, ou seja, a proporção da população economicamente ativa em relação à população em idade de trabalhar, também cresceu em Roraima desde 2017, saindo de 60,8% para 62,7% em 2019, um valor próximo ao observado no agregado (62,1%).

Tendências similares são visualizadas também para a população subutilizada da força de trabalho, isto é, além da população desocupada, a população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial²⁸. A taxa composta de subutilização da força de trabalho – população subutilizada como proporção da força de trabalho ampliada, que inclui a potencial – saiu de 14,8% no Brasil no terceiro trimestre de 2014 (17% em Roraima)

para 23,9% (22,6% em Roraima) em 2017, chegando, no terceiro trimestre de 2019, a 24% (29,6% em Roraima).

A análise não detectou efeitos de mudança de composição muito significativos entre a população desempregada de Roraima. Foram analisadas as dimensões de gênero, idade e escolaridade disponíveis na Pnad. Vale destacar, no entanto, que os padrões observados são muito similares quando observamos a taxa de desocupação em subgrupos como a parcela da população que possui entre 18 e 24 anos ou entre 25 e 39 anos e a parcela da população que possui ao menos o ensino médio completo, perfil este que coincide com o observado para os refugiados e imigrantes venezuelanos (SIMÕES, 2017).

Há que se destacar que há um ligeiro aumento da proporção de pessoas desocupadas adultas (entre 18 e 59 anos) em Roraima que não se verifica no Brasil como um todo. Por exemplo, olhando para a média anual da proporção de adultos entre a população desocupada, observa-se uma estabilidade em torno de 88% e 89% para o Brasil, enquanto, para Roraima, a proporção oscila deste patamar para mais de 92% de 2017 em diante. Essa evidência sugere que há um aumento mais que proporcional de pessoas desocupadas em idade ativa, coincidindo novamente com o perfil dos venezuelanos.

Para observar se há evidências de uma possível alteração da média salarial em Roraima que possa estar em alguma medida correlacionada com o fluxo migratório, observamos, na **Figura 17**, o rendimento médio real habitual do trabalho²⁹, comparando Roraima com a média

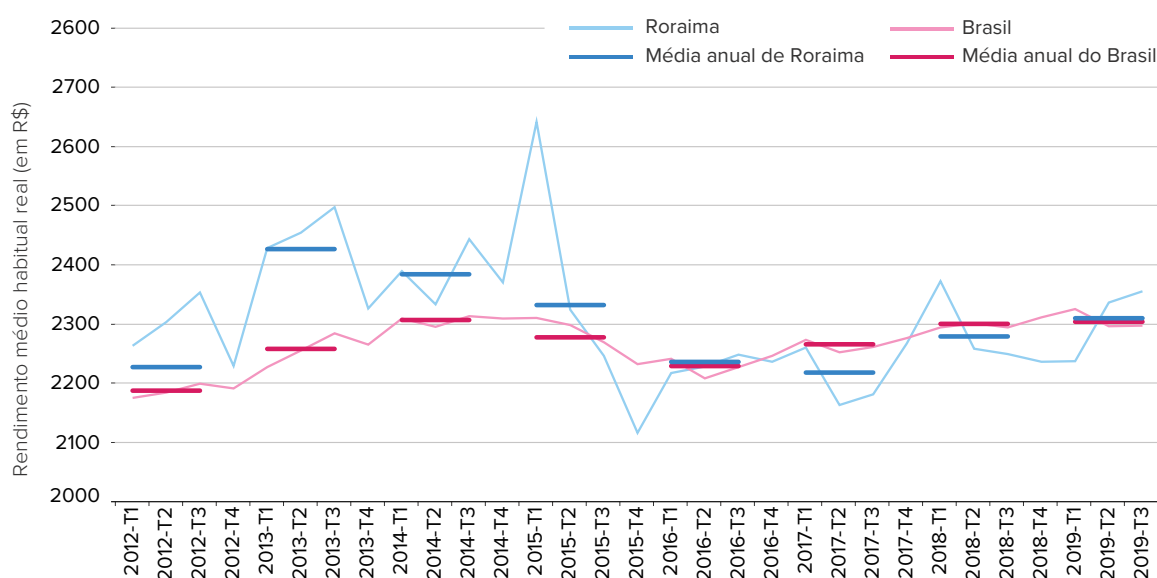
²⁸ Para mais detalhes, ver IBGE (2016b).

²⁹ Mais precisamente, trata-se do rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.

nacional no mesmo período. Busca-se observar se, descontado o efeito da inflação, os salários se alteram

significativamente após o período em que os venezuelanos começam a chegar em massa em Roraima.

Figura 17. Rendimento médio real habitual do trabalho, Brasil e Roraima, 2012-T1 a 2019-T3



Fonte: Pnad contínua trimestral / IBGE (2019c). Elaboração própria.

O gráfico mostra que, até 2015, o rendimento médio em Roraima era, em geral, maior do que a média brasileira em cerca de 4%. A partir do momento em que a economia entra em recessão, o rendimento do estado se aproxima da média nacional, passando a ser, em média, menor do que no Brasil como um todo em 2017. A partir daí, volta a tendência de aproximação entre estado e país, de modo que, em 2019, os rendimentos médios são praticamente iguais. De modo geral, as diferenças são relativamente pequenas. Mesmo no momento de maior dissimilaridade entre as duas

séries, que foi no primeiro trimestre de 2015, a diferença é de R\$ 300,00.

Não é possível descartar a hipótese de que os salários estão em geral menores na economia de Roraima no período recente e que isso pode estar relacionado, por exemplo, ao fato de que os salários típicos dos venezuelanos empregados são baixos, tendo em vista sua condição de refugiados. No entanto, a principal mudança na série ocorre entre 2015 e 2017, período anterior à intensificação do fluxo venezuelano. A mudança

coincide com o momento em que o país entra em recessão, o que joga contra a ideia da influência dos venezuelanos ter sido significativa.

Em síntese, a análise dos dados da Pnad não oferece evidências claras de efeitos negativos dos fluxos venezuelanos sobre o mercado de trabalho local, em especial ao se observar a dinâmica do rendimento médio. A taxa de desemprego aumenta consideravelmente em um período que coincide com o aumento do fluxo de venezuelanos, mas é difícil afirmar que tal modificação te-

ria afetado os brasileiros de forma significativa, tendo em vista que grande parte desse aumento pode resultar de um efeito mecânico da entrada de um maior contingente de pessoas desempregadas no estado. Além disso, boa parte dos empregos de brasileiros em Roraima está associado ao serviço público, que passa ao largo de efeitos de competição no mercado de trabalho. A análise dos registros administrativos poderá complementar a evidência encontrada até aqui, discriminando vínculos no mercado formal de trabalho entre estrangeiros e nacionais.

3.4.2 A movimentação dos venezuelanos no mercado de trabalho formal

A análise da movimentação (fluxo de admissões e desligamentos) dos venezuelanos no mercado formal de trabalho no estado de Roraima foi realizada a partir dos dados do CAGED, registro administrativo do Ministério da Economia que permite o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho, sendo utilizado tanto por estudiosos do tema, quanto por formuladores de políticas públicas na elaboração de ações governamentais. Os dados, desagregados no nível municipal, permitem analisar diferentes variáveis que são cruciais para entender a empregabilidade dos imigrantes e refugiados, como por exemplo: escolaridade, sexo, atividade econômica, ocupações específicas, salário médio no momento da admissão, entre outras (SIMÕES, CAVALCANTI e PEREDA, 2019).

Além disso, as informações disponíveis na RAIS são importantes subsídios para o acompanhamento das tendências do mercado de trabalho formal brasileiro.

Por ser um registro sobre as características dos trabalhadores, com informações disponibilizadas pelos empregadores, a RAIS possui grande riqueza de detalhes, sendo amplamente utilizada por pesquisadores e formuladores de políticas públicas em análises conjunturais e estruturais do mercado de trabalho (SIMÕES, CAVALCANTI e PEREDA, 2019).

A ligação entre essas duas bases e a base de dados de emissão de carteiras de trabalho (CTPS) representa um esforço metodológico, realizado pelos pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), que permite um tratamento estatístico adequado desses bancos de dados com vistas à harmonização e ao pareamento, permitindo analisar a movimentação dos trabalhadores venezuelanos com as respectivas admissões e desligamentos. Esse procedimento é documentado em mais detalhe no **Apêndice I**. Assim, com esse trabalho de pareamento

mento e criação de nova base, foi possível analisar os dados da movimentação conjuntural dos trabalhadores venezuelanos no Brasil e em Roraima.

A análise da movimentação de venezuelanos no mercado de trabalho formal está subdividida em quatro partes. Na primeira, analisamos as carteiras de trabalho emitidas para venezuelanos no Brasil. Na segunda parte, examinamos os dados mais gerais das admis-

sões e desligamentos de venezuelanos no Brasil. Na terceira parte, analisamos a movimentação dos venezuelanos no mercado formal de trabalho nos diferentes municípios de Roraima e a sua inserção em setores de atividade econômica na sociedade roraimense. Por fim, na quarta e última parte, fazemos uma comparação entre a inserção de venezuelanos e o comportamento geral da base de dados, que inclui todas as nacionalidades – inclusive os brasileiros e naturalizados.

3.4.2.1 A emissão de carteiras de trabalho para venezuelanos no Brasil

O fluxo venezuelano para o Brasil cresceu exponencialmente nos últimos anos e sua presença tem sido acompanhada de uma ampla inserção no mercado de trabalho. Segundo Simões (2017), foi a partir de 2016 que houve um expressivo número de venezuelanos chegando via fronteira norte do país, pela cidade de Pacaraima, no estado de Roraima. Da mesma forma que os chamados “novos fluxos migratórios” provenientes do sul global e iniciados a partir de 2010 - como é o caso dos imigrantes haitianos, senegaleses e bengalis, entre outros -, o fluxo venezuelano também é caracterizada pela diversificação e possui diferentes origens: geográficas, sociais, culturais, entre outras (SIMÕES, 2017).

A partir dessa caracterização temporal de chegada e incremento dos fluxos venezuelanos, os dados da CTPS revelam que, ao longo do período compreendido entre 2016 e outubro de 2019, foram emitidas 96.459 carteiras de trabalho para os trabalhadores venezuelanos (**Tabela 10**). As emissões de carteiras de trabalho constituem uma forma de verificar a pressão dos trabalhadores refugiados e imigrantes

sobre o mercado de trabalho, já que nem todos os que emitem o referido documento começam a trabalhar no mesmo momento. Portanto, uma demanda significativa por carteiras de trabalho pode sinalizar que determinada nacionalidade tem a intenção de, ao menos temporariamente, permanecer no país e se inserir no mercado de trabalho assalariado.

Entre 2017 e 2018, houve um crescimento de 88% do número de carteiras de trabalho emitidas para venezuelanos no Brasil, o que se deveu fundamentalmente ao expressivo aumento desse fluxo. Este movimento fica claro na distribuição destas carteiras emitidas pelo território nacional, com crescimento expressivo da participação de Roraima e Amazonas. Somente nos primeiros dez meses de 2019, 35.542 carteiras foram emitidas no estado de Roraima, seguidas de 6.792 no Amazonas, 1.128 no Paraná e 1.075 em São Paulo. Esses quatro estados são as unidades da federação que concentraram, nos primeiros dez meses de 2019, uma maior demanda por carteiras de trabalho para venezuelanos (**Tabela 10**).

Tabela 10. Número de carteiras de trabalho e previdência social emitidas para venezuelanos, por ano, segundo unidades da federação, Brasil, 2016 a out/2019

UF	2016	2017	2018	2019*
Roraima	152	6.320	28.550	35.542
Amazonas	115	1.036	5.032	6.792
Paraná	6	144	519	1.128
São Paulo	12	159	636	1.075
Santa Catarina	4	115	401	577
Rio Grande do Sul	3	86	306	564
Rondônia	1	35	243	474
Mato Grosso	0	18	191	404
Minas Gerais	1	70	174	351
Pará	1	23	136	307
Rio de Janeiro	25	168	297	256
Distrito Federal	2	62	122	233
Mato Grosso do Sul	0	7	44	192
Goiás	0	43	95	182
Bahia	1	18	161	105
Ceará	1	35	73	92
Acre	0	3	25	77
Pernambuco	2	23	54	73
Espírito Santo	0	13	34	45
Paraíba	1	3	17	33
Rio Grande do Norte	0	26	17	27
Maranhão	0	6	22	18
Alagoas	0	1	12	13
Tocantins	0	1	13	10
Amapá	1	0	6	7
Sergipe	0	8	35	5
Piauí	0	1	9	4
Não especificado	1.897	0	0	0
Total	2.225	8.424	37.224	48.586

Fonte: OBMIGRA (2019a) com base nos dados da CTPS, da RAIS e do CAGED (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a; 2019b; 2019c). Elaboração própria.

Nota: (*) o resultado para 2019 engloba os meses de janeiro a outubro.

Cabe apontar que os trabalhadores venezuelanos verificaram mudanças no padrão de emissão de carteiras de trabalho, que teve significativa elevação a partir de 2017, chegando, em

2018, a quase 54% do total das 68.986 carteiras de trabalho emitidas no Brasil para imigrantes e refugiados (**Tabela 11**).

Tabela 11. Número de carteiras de trabalho e previdência social emitidas para imigrantes, por ano, Brasil, segundo principais países de origem, 2016 a 2018

Principais Países	2016	2017	2018
Venezuela	2.225	8.424	37.224
República do Haiti	13.556	11.232	14.392
Argentina	1.569	1.477	1.568
Paraguai	1.382	1.181	1.295
Colômbia	1.031	1.147	1.326
Bolívia	1.286	1.109	1.028
Uruguai	868	882	970
Peru	926	814	793
Portugal	592	458	362
Senegal	363	550	252
Outros	8.265	8.441	9.776
Total	32.063	35.715	68.986

Fonte: OBMIGRA (2019a) com base nos dados da CTPS, da RAIS e do CAGED (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a; 2019b; 2019c). Elaboração própria.

Outra informação relevante está na análise do volume de carteiras de trabalho emitidas segundo status migratório (**Tabela 12**). De fato, entre 2017 e 2018, houve elevado crescimento de emissão de carteiras de trabalho para solicitantes de refúgio e

refugiados venezuelanos, que foram responsáveis por tornar essa categoria a de maior representatividade (52,7%) dentre as demais, inclusive, entre os trabalhadores migrantes permanentes (29,9%).

Tabela 12. Número de carteiras de trabalho e previdência social emitidas para imigrantes, por ano, Brasil, segundo status migratório, 2016 a 2018

Status migratório	2016	2017	2018
Solicitante de refúgio/refugiado	7.403	13.162	36.384
Permanente	22.840	19.878	20.619
Temporário	1.298	2.170	11.296
Fronteiriço	522	505	687
Total	32.063	35.715	68.986

Fonte: OBMIGRA (2019a) com base nos dados da CTPS, da RAIS e do CAGED (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a; 2019b; 2019c). Elaboração própria.

3.4.2.2 A movimentação de venezuelanos no mercado de trabalho brasileiro

Como apontado anteriormente, se as emissões de carteiras de trabalho constituem uma forma de verificar a pressão dos trabalhadores imigrantes e refugiados sobre o mercado de trabalho, o CAGED, por sua vez, analisa a dinâmica desses trabalhadores que já estão no mercado de trabalho formal, fornecendo, com isso, uma visão dinâmica e conjuntural do mesmo, a partir do movimento de admissões e desligamentos (SIMÕES, CAVALCANTI e PEREDA, 2019).

Ao analisar a movimentação dos venezuelanos no mercado de trabalho formal, uma informação que merece ser destacada se refere à dinâmica de admissões ao longo do período de 2016 a outubro 2019. Como pode ser notado pela **Tabela 13**, nesse

período houve ampliação do número de refugiados e imigrantes admitidos, que chegou ao seu ápice nos primeiros dez meses de 2019. Os desligamentos, por outro lado, seguiram trajetória inversa, o que proporcionou saldos positivos durante todo o período.

Esta dinâmica ganha contornos mais específicos quando a análise leva em consideração as unidades da federação. Cabe destacar, neste sentido, o crescimento das admissões e dos saldos positivos em praticamente todas as UFs no ano de 2018 e nos primeiros dez meses de 2019, conforme **Tabela 13**. Roraima, São Paulo e Santa Catarina tiveram o maior número de admitidos. No entanto, em termos de saldo positivo, Santa Catarina, São Paulo e Paraná tiveram os números mais expressivos.

Tabela 13. Movimentação de trabalhadores venezuelanos no mercado de trabalho formal, por ano de movimentação, segundo unidades da federação, Brasil, 2016 a out/2019

UFs	2016			2017			2018			2019*		
	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo
RR	360	155	205	1.289	581	708	2.261	1.133	1.128	2.453	1.538	915
SP	266	210	56	485	259	226	1.118	503	615	2.177	1.000	1.177
SC	59	39	20	176	72	104	625	255	370	2.043	601	1.442
AM	152	62	90	375	187	188	1.085	401	684	1.896	855	1.041
PR	75	41	34	169	90	79	597	224	373	1.852	739	1.113
RS	40	24	16	68	36	32	412	130	282	1.414	521	893
MS	4	3	1	3	4	-1	49	15	34	919	198	721
MG	32	21	11	55	32	23	192	69	123	721	249	472
MT	5	8	-3	10	5	5	173	64	109	527	234	293
RJ	125	149	-24	190	148	42	285	151	134	390	206	184
DF	15	12	3	42	22	20	104	42	62	312	121	191
GO	7	11	-4	29	15	14	108	31	77	261	119	142
RO	2	2	0	10	5	5	114	40	74	229	122	107
BA	9	10	-1	17	9	8	59	16	43	177	50	127
PE	8	8	0	17	10	7	41	20	21	165	46	119
CE	12	7	5	18	11	7	48	27	21	90	43	47
PB	3	1	2	2	2	0	43	9	34	77	44	33
PA	8	6	2	13	7	6	70	42	28	71	35	36
ES	6	3	3	10	7	3	26	15	11	57	25	32
RN	1	1	0	12	7	5	21	18	3	50	8	42
SE	0	1	-1	3	1	2	12	4	8	19	7	12
AL	0	0	0	2	1	1	6	3	3	13	3	10
MA	2	3	-1	2	1	1	9	7	2	12	5	7
AC	1	0	1	0	0	0	5	1	4	12	7	5
PI	2	1	1	2	4	-2	11	3	8	9	8	1
AP	1	2	-1	1	2	-1	4	1	3	8	5	3
TO	2	1	1	3	0	3	7	4	3	6	4	2
Total	1.197	781	416	3.003	1.518	1.485	7.485	3.228	4.257	15.960	6.793	9.167

Fonte: OBMIGRA (2019a) com base nos dados da CTPS, da RAIS e do CAGED (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a; 2019b; 2019c). Elaboração própria.

Nota: (*) o resultado para 2019 engloba os meses de janeiro a outubro.

Em relação aos municípios (**Tabela 14**), o maior quantitativo de admissões ocorreu nas capitais dos estados. Dentre os 10 principais municípios, apenas Dourados (MT) não é capital. Nos primeiros dez meses de 2019, as cidades de Boa

Vista (RR), Manaus (AM) e São Paulo (SP) tiveram, respectivamente, 1.996, 1.865 e 1.158 admissões, sendo as capitais do país com o maior número de venezuelanos admitidos.

Tabela 14. Movimentação de trabalhadores venezuelanos no mercado de trabalho formal, por ano de movimentação, segundo principais municípios, Brasil, 2016 a out/2019

Municípios	2016			2017			2018			2019*		
	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo
Boa Vista - RR	354	152	202	1.244	567	677	2.078	1.067	1.011	1.996	1.365	631
Manaus - AM	150	62	88	374	187	187	1.074	394	680	1.865	841	1.024
São Paulo - SP	167	125	42	228	160	68	651	298	353	1.158	581	577
Curitiba - PR	58	30	28	121	74	47	363	141	222	966	421	545
Dourados - MS	1	0	1	0	1	-1	2	1	1	716	131	585
Porto Alegre - RS	23	13	10	22	19	3	150	57	93	363	166	197
Brasília - DF	15	12	3	42	22	20	104	42	62	312	121	191
Florianópolis - SC	28	17	11	87	39	48	262	135	127	291	168	123
Cuiabá - MT	3	3	0	3	1	2	73	25	48	265	114	151
Rio de Janeiro - RJ	96	103	-7	145	112	33	202	99	103	256	136	120
Outros	302	264	38	737	336	401	2.526	969	1.557	7.772	2.749	5.023
Total	1.197	781	416	3.003	1.518	1.485	7.485	3.228	4.257	15.960	6.793	9.167

Fonte: OBMIGRA (2019a) com base nos dados da CTPS, da RAIS e do CAGED (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a; 2019b; 2019c). Elaboração própria.

Nota: (*) o resultado para 2019 engloba os meses de janeiro a outubro.

A economia de Roraima e o fluxo venezuelano

A dinâmica dos venezuelanos nos setores de atividade econômica revela uma forte movimentação em 2018 e um incremento considerável nos primeiros dez meses de 2019. Nesse período, as ativida-

des ligadas ao setor de restaurantes e ao comércio em geral registraram saldos crescentes na movimentação dos venezuelanos, conforme **Tabela 15**.

Tabela 15. Movimentação de trabalhadores venezuelanos no mercado de trabalho formal, por ano de movimentação, segundo principais atividades econômicas, Brasil, 2016 a out/2019

Atividades	2016			2017			2018			2019*		
	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo
Restaurantes e similares	144	71	73	355	212	143	674	373	301	1.195	656	539
Frigorífico - abate de suínos	1	1	0	3	0	3	10	4	6	945	132	813
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	66	38	28	227	98	129	404	181	223	702	378	324
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	81	45	36	188	107	81	375	190	185	616	339	277
Construção de edifícios	15	9	6	117	45	72	285	141	144	459	250	209
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	40	10	30	99	68	31	305	142	163	412	174	238
Hotéis	26	17	9	65	31	34	203	92	111	299	173	126
Padaria e confeitaria com predominância de revenda	15	10	5	41	22	19	143	63	80	259	130	129
Limpeza em prédios e em domicílios	23	14	9	49	25	24	133	46	87	212	137	75
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	24	17	7	71	31	40	189	86	103	199	142	57
Outros	762	549	213	1.788	879	909	4.764	1.910	2.854	10.662	4.282	6.380
Total	1.197	781	416	3.003	1.518	1.485	7.485	3.228	4.257	15.960	6.793	9.167

Fonte: OBMIGRA (2019a) com base nos dados da CTPS, da RAIS e do CAGED (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a; 2019b; 2019c). Elaboração própria.

Nota: (*) o resultado para 2019 engloba os meses de janeiro a outubro.

Nos primeiros dez meses de 2019, observa-se também uma forte movimentação nas atividades ligadas à indústria. Se, em 2016, praticamente não havia contratação de venezuelanos nesse setor, 2019 registrou uma intensa movimentação na atividade econômica frigorífico – abate de suínos. A presença venezuelana no final da cadeia produtiva do agronegócio, como os frigoríficos e os abatedouros, por exemplo, aproxima esta nacionalidade ao principal nicho laboral da nacionalidade com mais presença no mercado de trabalho formal brasileiro: os nacionais do Haiti.

De fato, ao longo da atual década, o final da cadeia produtiva do agronegócio, juntamente com a cons-

trução civil e o comércio foram os principais responsáveis pela contratação dos haitianos no mercado formal de trabalho brasileiro (CAVALCANTI e OLIVEIRA, 2016). Os dados do CAGED de 2019 revelam que, mais recentemente, os venezuelanos tendem a reproduzir uma inserção laboral em atividades semelhantes às ocupadas pelos haitianos, especialmente em 2018 e 2019. Os dados das atividades econômicas com mais movimentação de haitianos, conforme **Tabela 16**, mostram uma maior movimentação em atividades relacionadas à indústria (abates de aves e frigoríficos – abates de suínos), restaurantes e construção de edifícios.

Tabela 16. Movimentação de trabalhadores haitianos no mercado de trabalho formal, por ano de movimentação, segundo principais atividades econômicas, Brasil, 2016 a out/2019

Atividades	2016			2017			2018			2019*		
	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo
Abate de aves	1.176	2.613	-1.437	1.776	555	1.221	2.145	639	1.506	2.094	964	1.130
Frigorífico - abate de suínos	880	1.186	-306	1.768	332	1.436	1.457	343	1.114	1.884	829	1.055
Construção de edifícios	2.408	3.686	-1.278	2.047	1.884	163	1.793	1.763	30	1.769	1.557	212
Restaurantes e similares	1.389	1.907	-518	1.588	992	596	1.575	1.184	391	1.430	1.314	116
Limpeza em prédios e em domicílios	722	872	-150	524	425	99	681	450	231	610	584	26
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	267	433	-166	408	212	196	403	255	148	431	324	107
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	414	609	-195	445	272	173	397	296	101	389	328	61
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	520	622	-102	563	357	206	471	381	90	363	367	-4
Incorporação de empreendimentos imobiliários	414	549	-135	285	257	28	295	292	3	313	252	61
Cultivo de maçã	439	407	32	651	529	122	421	447	-26	175	212	-37
Outros	15.038	20.289	-5.251	16.344	10.529	5.815	17.537	12.045	5.492	16.445	13.047	3.398
Total	23.667	33.173	-9.506	26.399	16.344	10.055	27.175	18.095	9.080	25.903	19.778	6.125

Fonte: OBMIGRA (2019a) com base nos dados da CTPS, da RAIS e do CAGED (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a; 2019b; 2019c). Elaboração própria.

Nota: (*) o resultado para 2019 engloba os meses de janeiro a outubro.

3.4.2.3 A movimentação dos venezuelanos na sociedade roraimense

Como pode ser notado pela **Tabela 17**, até o ano de 2015, a movimentação de venezuelanos no mercado de trabalho formal nos diversos municípios de Roraima era muito reduzida, com saldos que não superaram a casa das dezenas. No entanto, a partir de 2016, e com o aumento do fluxo venezuelano para o Brasil, houve ampliação do número de migrantes admitidos, que chegou ao seu ápice no ano de 2018.

Para todos os anos, as admissões de venezuelanos em Roraima superaram os desligamentos, apresentando saldos positivos na contratação de venezuelanos. Entre janeiro e outubro de 2019, o saldo foi positivo (915), com 2.453 admissões contra 1.538 desligamentos. Cabe ressaltar que a intensidade das movimentações entre janeiro e outubro de 2019 sinaliza que este ano irá provavelmente superar a movimentação de venezuelanos registrados em 2018.

Tabela 17. Admissão e demissão de venezuelanos em Roraima, por ano, 2011 a out/2019

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019*	Total
Admitidos	17	29	27	48	111	360	1.289	2.261	2.453	6.595
Desligados	10	22	26	31	77	155	581	1.133	1.538	3.573
Saldo	7	7	1	17	34	205	708	1.128	915	3.022

Fonte: OBMIGRA (2019a) com base nos dados da CTPS, da RAIS e do CAGED (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a; 2019b; 2019c). Elaboração própria.

Nota: (*) o resultado para 2019 engloba os meses de janeiro a outubro.

Entre 2011 e 2016, a movimentação dos venezuelanos no mercado de trabalho formal era realizada praticamente na capital do estado, no município de Boa Vista, ainda que os saldos migratórios não superassem a casa das dezenas. Nesse período, os outros municípios não apresentavam movimentação de imigrantes e, quando tinham, era próxima a zero. A partir de 2017, houve um aumento considerável da contratação de venezuelanos em Boa Vista, além de movimentações

em outros municípios, como Pacaraima, Alto Alegre, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Iracema, Mucajaí, São João da Baliza e Rorainópolis. Nesses dez municípios com maior registro de movimentação de venezuelanos entre 2017 e outubro de 2019, as admissões de venezuelanos nessas localidades superaram os desligamentos, apresentando saldos positivos, conforme **Tabela 18**.

Entre 2011 e 2016, a movimentação dos venezuelanos no mercado de trabalho formal era realizada praticamente na capital do estado, no município de Boa Vista, ainda que os saldos migratórios não superassem a casa das dezenas. Nesse período, os outros municípios não apresentavam movimentação de venezuelanos e, quando tinham, era próxima a zero. A partir de 2017, houve um aumento considerável da contratação de vene-

zuelanos em Boa Vista, além de movimentações em outros municípios, como Pacaraima, Alto Alegre, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Iracema, Mucajaí, São João da Baliza e Rorainópolis. Nesses dez municípios com maior registro de movimentação de venezuelanos entre 2017 e outubro de 2019, as admissões de venezuelanos nessas localidades superaram os desligamentos, apresentando saldos positivos, conforme **Tabela 18**.

Tabela 18. Movimentação de imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho formal, por ano, segundo municípios de Roraima, 2017 a out/2019

Municípios	2017			2018			2019*		
	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo
Boa Vista	1.244	567	677	2.078	1.067	1.011	1.996	1.365	631
Pacaraima	10	4	6	47	9	38	155	52	103
Cantá	8	2	6	35	18	17	102	32	70
São João da Baliza	0	0	0	5	0	5	83	25	58
Rorainópolis	5	1	4	24	6	18	51	20	31
Bonfim	12	7	5	23	10	13	14	10	4
Mucajaí	2	0	2	25	15	10	19	12	7
Alto Alegre	3	0	3	16	4	12	9	6	3
Caracaraí	2	0	2	4	0	4	5	4	1
Amajari	2	0	2	1	2	-1	7	3	4
São Luiz	1	0	1	1	2	-1	3	6	-3
Iracema	0	0	0	1	0	1	3	2	1
Normandia	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Caroebe	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Uiramutã	0	0	0	1	0	1	0	1	-1
Total	1.289	581	708	2.261	1.133	1.128	2.453	1.538	915

Fonte: OBMIGRA (2019a) com base nos dados da CTPS, da RAIS e do CAGED (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a; 2019b; 2019c). Elaboração própria.

Nota: (*) o resultado para 2019 engloba os meses de janeiro a outubro.

Em relação ao perfil destes trabalhadores nos municípios de Roraima, no que se refere à escolaridade dos nacionais venezuelanos que tiveram movimentação no mercado de trabalho formal,

nos anos de maior pressão migratória (2017 a outubro 2019), 87% concluíram o ensino médio. Além disso, 8% concluíram o ensino superior, como mostra a **Tabela 19**.

Tabela 19. Movimentação de imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho formal, por ano, segundo escolaridade - Roraima, 2017 - outubro de 2019

Escolaridade	2017			2018			2019*		
	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo
Analfabeto	9	1	8	12	6	6	18	14	4
Fundamental incompleto	31	9	22	58	31	27	154	53	101
Fundamental completo	63	23	40	168	72	96	169	92	77
Médio incompleto	71	36	35	125	64	61	179	87	92
Médio completo	965	439	526	1.719	850	869	1.780	1.163	617
Superior incompleto	22	14	8	37	17	20	43	29	14
Superior completo	128	59	69	142	93	49	110	100	10
Total	1.289	581	708	2.261	1.133	1.128	2.453	1.538	915

Fonte: OBMIGRA (2019a) com base nos dados da CTPS, da RAIS e do CAGED (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a; 2019b; 2019c). Elaboração própria.

Nota: (*) o resultado para 2019 engloba os meses de janeiro a outubro.

Entre as atividades econômicas que mais admitiram esses trabalhadores nos diversos municípios de Roraima, entre 2017 e outubro de 2019, estão: Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios; Restaurantes e similares; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; e Construção de edifícios. Trata-se, portanto, de uma

movimentação concentrada no setor de serviços e na construção civil.

Dentre as ocupações que tiveram um maior número de contratações de venezuelanos nos municípios de Roraima, entre 2017 e outubro de 2019, destacam-se as ocupações estreitamente relacionadas com as atividades econômicas previamente citadas, conforme ilustram as **Tabelas 20 e 21** a seguir.

Tabela 20. Movimentação de imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho formal, por ano, segundo principais atividades econômicas - Roraima, 2017 - outubro de 2019

Principais atividades econômicas	2017			2018			2019*		
	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	188	78	110	260	134	126	218	207	11
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	68	52	16	203	97	106	178	77	101
Construção de edifícios	97	36	61	196	100	96	161	119	42
Restaurantes e similares	113	67	46	162	100	62	153	110	43
Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	8	5	3	5	2	3	110	32	78
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	102	56	46	104	67	37	103	74	29
Serviços de engenharia	0	0	0	27	12	15	95	38	57
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	31	9	22	63	29	34	55	52	3
Padaria e confeitaria com predominância de revenda	14	7	7	46	23	23	43	24	19
Comércio varejista de materiais de construção em geral	21	14	7	61	37	24	31	16	15
Outros	647	257	390	1.134	532	602	1.306	789	517
Total	1.289	581	708	2.261	1.133	1.128	2.453	1.538	915

Fonte: OBMIGRA (2019a) com base nos dados da CTPS, da RAIS e do CAGED (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a; 2019b; 2019c). Elaboração própria.

Nota: (*) o resultado para 2019 engloba os meses de janeiro a outubro.

Tabela 21. Movimentação de imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho formal, por ano, segundo principais ocupações - Roraima, 2017 - outubro de 2019

Principais ocupações	2017			2018			2019*		
	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo
Faxineiro	40	14	26	95	41	54	230	73	157
Servente de Obras	113	35	78	223	145	78	207	146	61
Repositor de Mercadorias	93	43	50	189	65	124	136	123	13
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	68	30	38	116	55	61	135	71	64
Zelador de Edifício	69	22	47	99	46	53	93	52	41
Vendedor de Comercio Varejista	54	23	31	75	41	34	84	52	32
Trabalhador da Manutenção de Edificações	45	11	34	88	32	56	69	41	28
Atendente de Lanchonete	81	44	37	76	59	17	68	55	13
Operador de Caixa	61	36	25	93	44	49	60	56	4
Cozinheiro Geral	35	26	9	74	35	39	60	57	3
Outros	630	297	333	1.133	570	563	1.311	812	499
Total	1.289	581	708	2.261	1.133	1.128	2.453	1.538	915

Fonte: OBMIGRA (2019a) com base nos dados da CTPS, da RAIS e do CAGED (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a; 2019b; 2019c). Elaboração própria.

Nota: (*) o resultado para 2019 engloba os meses de janeiro a outubro.

Por último, cabe ressaltar que os saldos observados entre 2017 e outubro de 2019 foram positivos para as atividades econômicas e as ocupações que mais admitiram esses trabalhadores nos diversos municípios de Roraima. Observa-se uma diver-

sificação da movimentação de venezuelanos no mercado de trabalho roraimense. Em 2018, e nos primeiros dez meses de 2019, constata-se uma maior capilaridade da movimentação laboral nos diferentes municípios de Roraima.

3.4.2.4 Análise comparativa entre venezuelanos e brasileiros

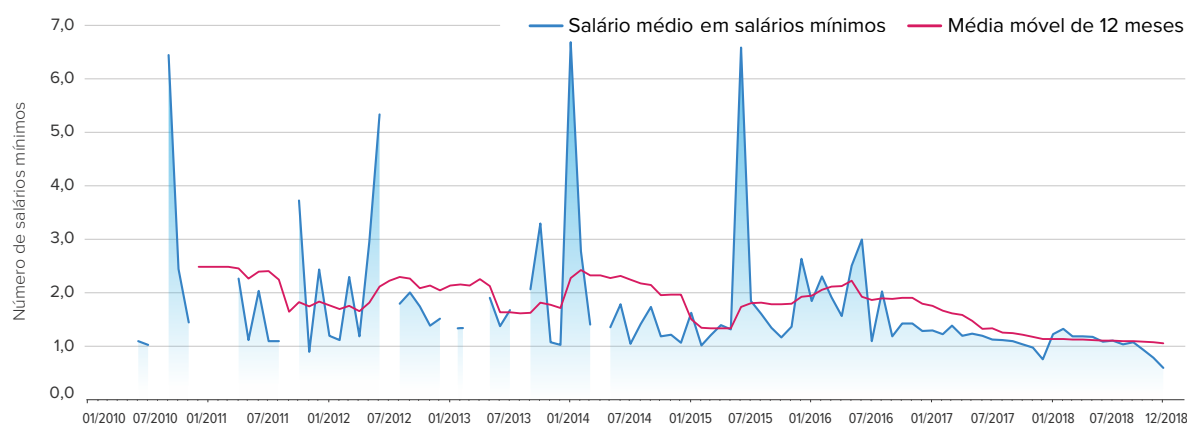
Nesta subseção, apresentamos uma breve análise da dinâmica de admissão de venezuelanos no estado de Roraima em comparação com o mercado de trabalho para brasileiros (incluindo os naturalizados), buscando evidências (ainda que meramente descritivas) de possíveis modificações associadas aos fluxos venezuelanos no mercado de trabalho formal.

Como visto anteriormente, a partir de 2016, muitos venezuelanos conseguem se integrar ao mercado formal de trabalho. Enquanto a média mensal de admissão de venezuelanos em Roraima em 2015 era de 8 admissões/mês, ela passa para 33 em 2016, 104 em 2017 e 143 em 2018, revelando um progressivo aumento da presença de

venezuelanos que conseguiram se integrar no mercado formal de trabalho em Roraima.

Apesar da elevada presença de venezuelanos no mercado formal de trabalho roraimense a partir de 2016, há evidências de que os vínculos de trabalho são tipicamente de baixa remuneração. A **Figura 18** traz o salário médio desses vínculos por mês de admissão, medido em salários mínimos. Em decorrência da baixa quantidade de vínculos até 2015, o gráfico apresenta um comportamento bastante errático, motivo pelo qual utilizamos a média móvel de 12 meses para suavização. Em quase toda a série, a média se mantém em torno de 2 salários mínimos (o que é equivalente a R\$ 1.996,00 em 2019).

Figura 18. Remuneração média mensal (em salários mínimos)³⁰ de venezuelanos em Roraima por mês de admissão, jan/2010 a dez/2018



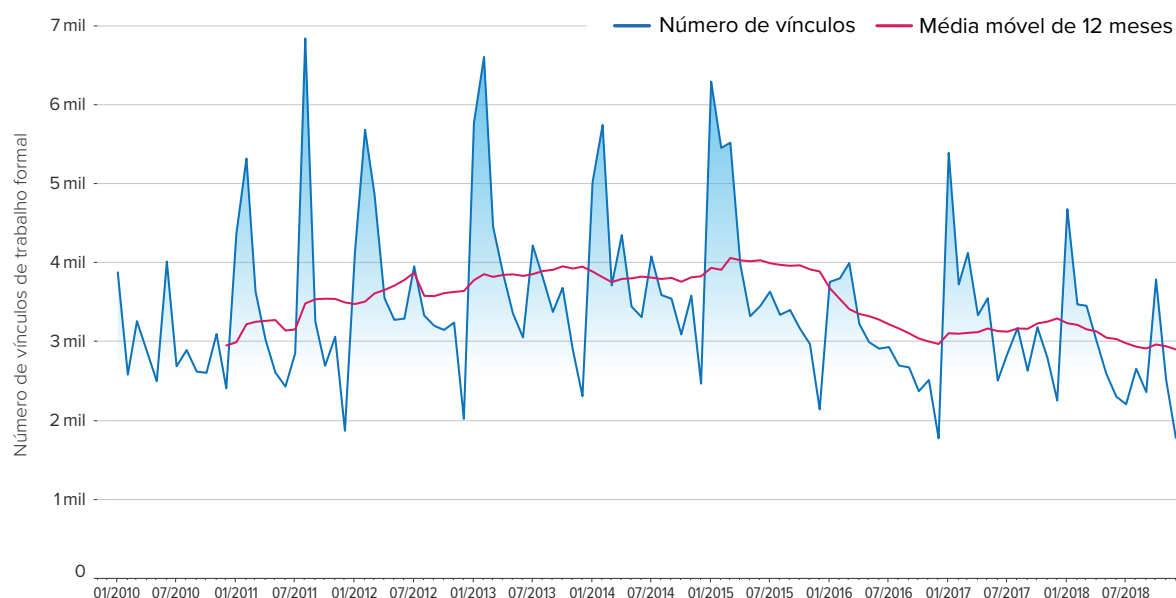
Fonte: RAIS (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a). Elaboração Própria.

³⁰ Os pontos do gráfico em que não há informação refletem meses em que não foram admitidos venezuelanos no mercado formal de trabalho roraimense.

A partir do momento em que os venezuelanos aumentam sua presença em Roraima, dois fenômenos ocorrem: a variância da remuneração média diminui, em decorrência da maior quantidade de vínculos a partir dos quais se tira a média, e o valor da remuneração média também diminui, o que significa que os novos vínculos apresentam salários inferiores – o valor mais recente da mé-

dia móvel é muito próximo de um salário mínimo (R\$ 998,00 em 2019). Além disso, a correlação³¹ entre o número de vínculos e o salário médio é de -0,69 no período de 2016 a 2018, ou seja, é negativa e de magnitude considerável, enquanto que, no período 2010-2015, é de 0,005, portanto praticamente insignificante.

Figura 19. Número de vínculos de brasileiros (incluindo naturalizados) em Roraima por mês de admissão, jan/2010 a dez/2018



Fonte: RAIS (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a). Elaboração Própria.

Para fins de comparação, a análise a seguir replica o que foi feito anteriormente para os brasileiros (incluindo os naturalizados) no estado de Roraima. Na **Figura 19**, o padrão sazonal de admissões no mercado de trabalho brasileiro é evidente, de modo que a média móvel torna mais clara a tendência

do número de vínculos no período. Como se pode ver, as admissões começam a cair em 2015, o que está possivelmente relacionado à crise econômica vivenciada no país como um todo - e, possivelmente, não guarda relação com os fluxos venezuelanos, que teve maior elevação a partir de 2017. As admis-

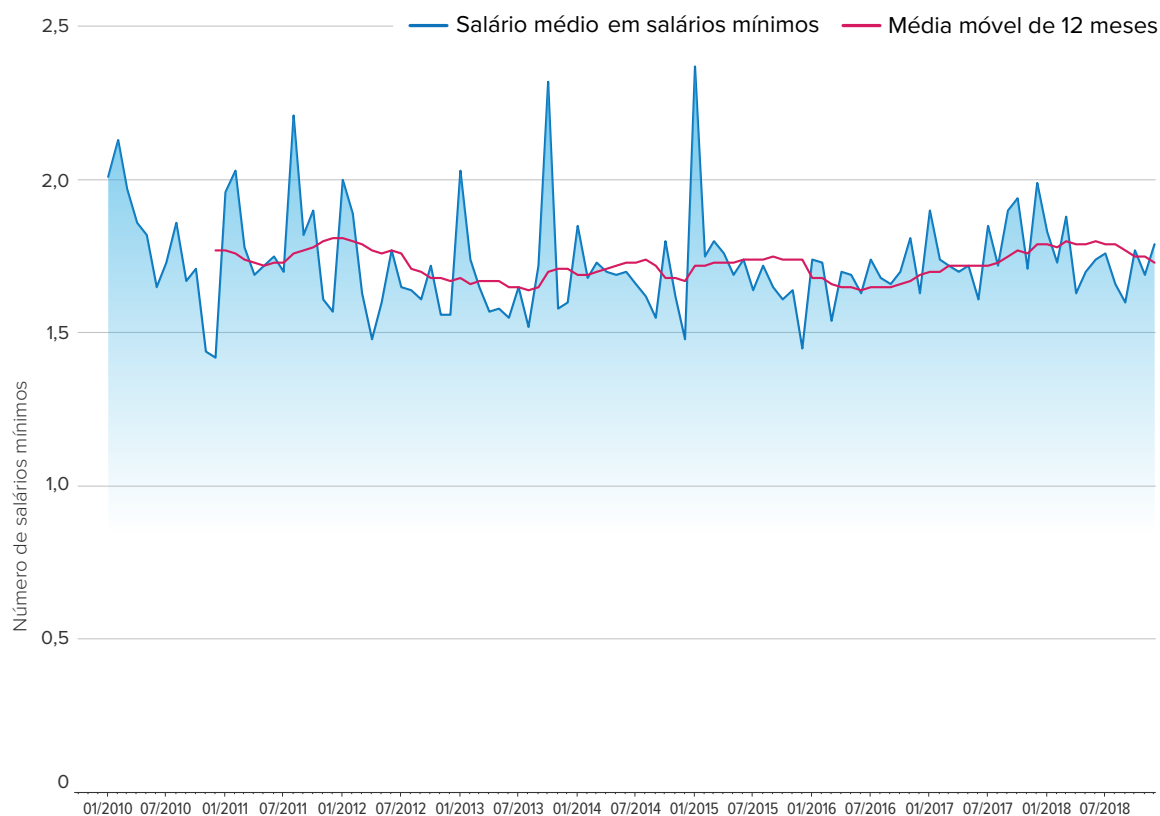
³¹ Coeficiente de correlação de Pearson.

sões se estabilizam em 2017 e voltam a cair ligeiramente em 2018. O padrão sugere que, tal como na realidade do país como um todo, o estado ainda não se recuperou plenamente da crise econômica.

Complementando a análise, a **Figura 20** mostra que os salários médios também apresentam padrão sazonal e variam em quase toda a série histórica em torno de 1,75 salários mínimos (R\$ 1746,50 em 2019).

No período em que caem as admissões, o salário médio não muda significativamente, apesar da ligeira queda na média móvel. Entre 2017 e 2018, a tendência é de aumento da média salarial. Nesse sentido, não parece haver evidência, a princípio, de que o fenômeno migratório tenha afetado negativamente os salários de brasileiros em Roraima.

Figura 20. Remuneração média mensal (em salários mínimos)³² de brasileiros (incluindo naturalizados) em Roraima por mês de admissão, jan/2010 a dez/2018



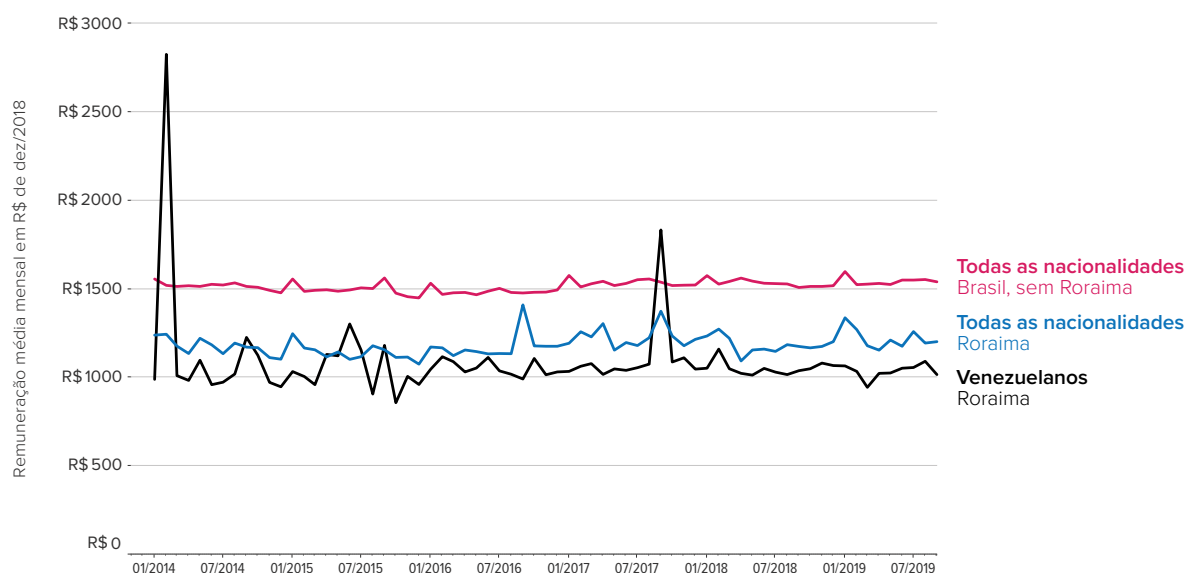
Fonte: RAIS (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019a). Elaboração Própria.

³² Os pontos do gráfico em que não há informação refletem meses em que não foram admitidos venezuelanos no mercado formal de trabalho roraimense.

De forma complementar, a análise dos dados do CAGED permite observar tendências mais recentes. A **Figura 21** mostra, para os admitidos em cada mês, a remuneração média atualizada a preços de dezembro de 2018 para três grupos: os

venezuelanos em Roraima, o total de trabalhadores admitidos em Roraima (incluindo brasileiros e estrangeiros de todas as nacionalidades) e o total de trabalhadores admitidos nos demais estados.

Figura 21. Remuneração média mensal de admitidos a preços de dez/2018, venezuelanos e todas as nacionalidades em Roraima e no resto do Brasil, jan/14 a set/19



Fonte: CAGED (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019b). Elaboração Própria.

A análise do gráfico revela que: 1) à exceção de picos isolados no início de 2014 e final de 2017, o salário médio dos venezuelanos oscila em patamar ligeiramente inferior, porém bem próximo ao que ocorre na tendência geral de Roraima, o que implica que o fluxo de venezuelanos não parece ter alterado o salário médio no estado, tendo em vista que não havia nenhuma tendência

clara antes dos fluxos; 2) apesar de, em nível, a remuneração média em Roraima ser ligeiramente inferior à média dos demais estados, sua tendência não tem nada de particular em relação ao que ocorre no resto do Brasil. Essas evidências, conjuntamente, trazem mais indícios de que não há mudanças consideráveis na situação do mercado de trabalho para os residentes em Roraima.

3.5 Acesso a serviços públicos e indicadores sociais

Com a intensificação dos fluxos venezuelanos para Roraima, as autoridades locais se pronunciaram no sentido de buscar medidas que contivessem a entrada com o argumento de que se estava produzindo uma pressão nos serviços públicos e estrangulando, desse modo, a capacidade de resposta do atendimento adequado a ser proporcionado por estado e municípios aos imigrantes e cidadãos roraimenses, sobretudo nas áreas de saúde e educação.

Nesse sentido, parte do presente estudo foi dedicada à mensuração da evolução do acesso aos serviços públicos na presente década no estado de Roraima e seus respectivos municípios. A análise incorporou aspectos relacionados à pobreza – a partir da análise da Pnad (IBGE, 2019c) e do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico); à assistência social – a partir das bases de dados dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do Ministério da Cidadania (2019a; 2019b; 2019c) –; aos serviços de assistência médico-hospitalar – a partir do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIASUS) e do Sistema de Informações Hospitalares (SIHSUS) do

Ministério da Saúde (2019a; 2019b); e aos serviços de educação pública – a partir da análise do Censo Escolar do INEP (2019b) – englobando o ensino regular, a educação especial, educação de jovens e adultos e a educação profissional. São bases de dados atualizadas até o primeiro semestre de 2019, de forma que cobrem boa parte do período de maior intensidade dos fluxos, observado a partir de 2018.

Antes de proceder à análise dos dados é importante ressaltar que os bancos de dados investigados são alimentados pelas respectivas secretarias estadual e municipais de cada área de serviço. Assim sendo, diferentemente dos registros administrativos de nascimentos e de óbitos, nos quais as subnotificações estão associadas ao acesso deficiente ao serviço de cartório e/ou às unidades de saúde, os bancos de dados sobre o acesso aos serviços públicos deveriam refletir a efetiva acessibilidade, ressalvada a ocorrência, eventual ou continuada, de problemas operacionais nos sistemas de informação, quando da alimentação dos dados por parte das secretarias específicas.

3.5.1 Pobreza e extrema pobreza

Grande parte dos venezuelanos saem do país por estarem em condições extremas, sem recursos e sem a capacidade de obter bens e serviços básicos. Estimativas conduzidas por um consórcio de

universidades venezuelanas sugerem que a taxa de pobreza no país teria chegado a 87% em 2017 e que a taxa de extrema pobreza teria chegado a 61,2% (UCAB-USB-UCV, 2018). Essa é uma das principais

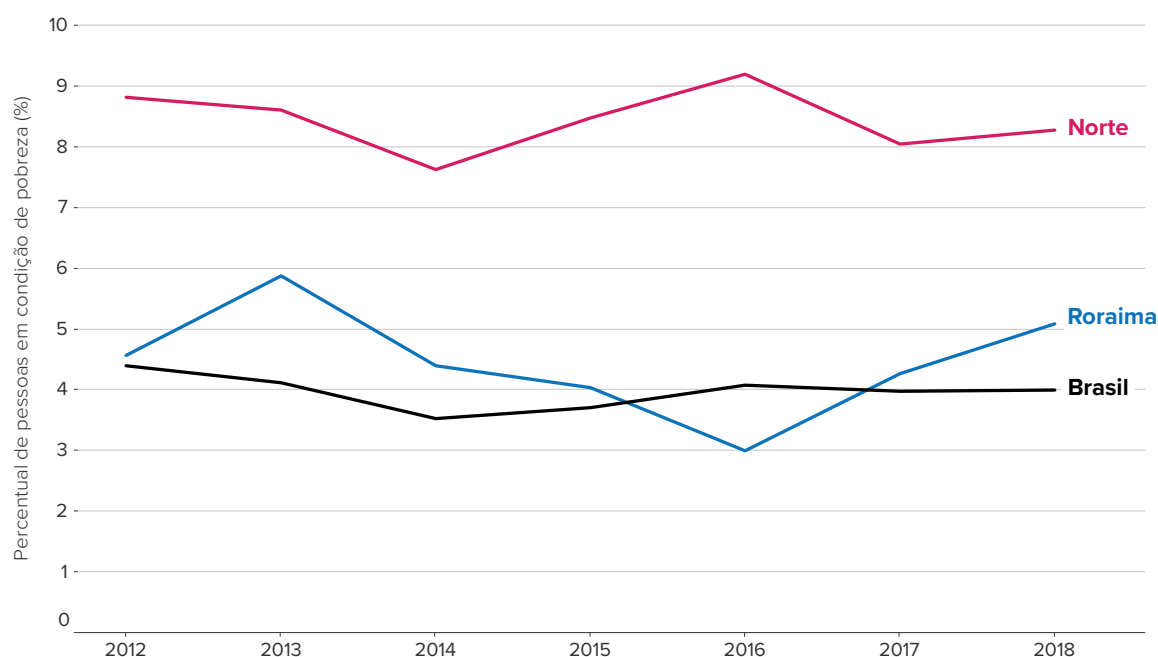
razões que provocam a diáspora venezuelana, de modo que grande parte dos imigrantes e refugiados chegando em Roraima estão em condições de pobreza ou mesmo extrema pobreza.

No Brasil, de acordo com a classificação atual do CadÚnico, a situação de extrema pobreza é definida por renda per capita inferior ou igual a R\$ 89,00, enquanto a situação de pobreza é definida

por renda per capita entre R\$89,01 e R\$ 178,00. Ou seja, os grupos são mutuamente exclusivos, diferentemente do que ocorre no dado da Venezuela apresentado anteriormente. Tendo isso em vista, a

Figura 22 traz as taxas de pobreza e a **Figura 23** as taxas de extrema pobreza para Roraima, o Brasil e a Região Norte para o período de 2012 a 2018, a partir de dados obtidos junto ao IBGE (2019g).

Figura 22. Percentual de pessoas em condição de pobreza, Brasil, região Norte e Roraima, 2012-2018



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2019g). Elaboração própria.

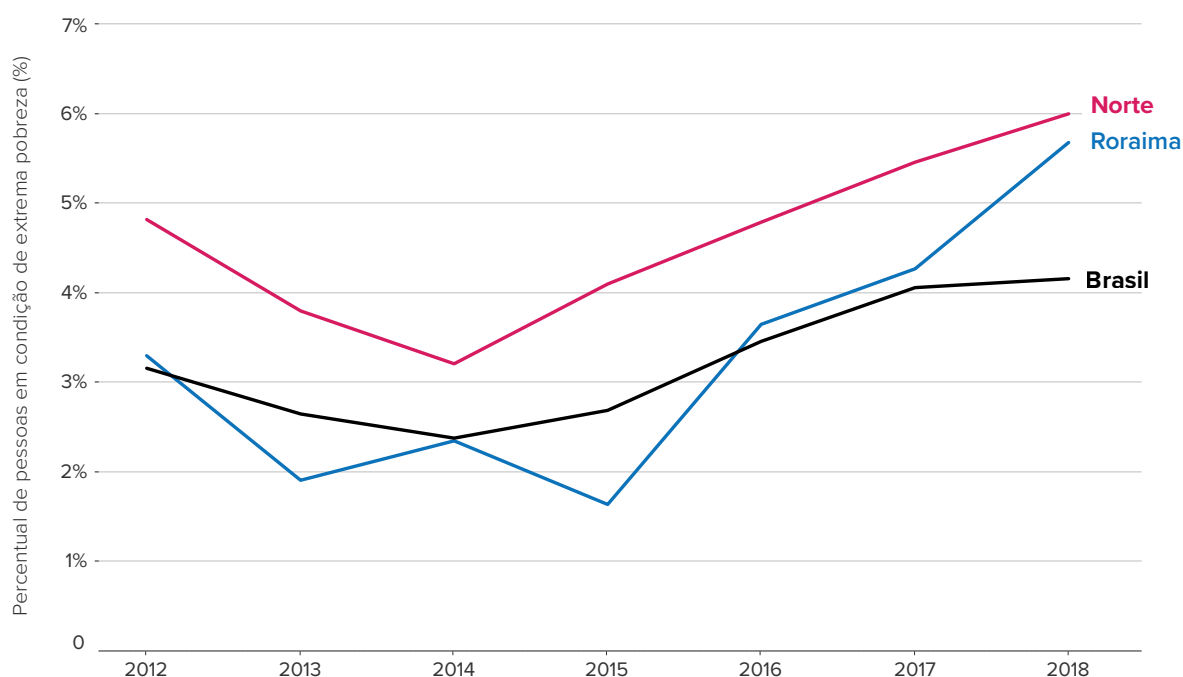
As figuras mostram que a pobreza aumentou no estado de Roraima de forma mais que proporcional quando comparado à tendência nacional e mesmo ao que ocorre especificamente na região

Norte, sobretudo nos anos de 2017 e 2018, o que pode guardar relação com o aumento dos fluxos venezuelanos. No que se refere à pobreza, o valor registrado em 2018, de 5,1% não é totalmente

atípico, dado que a taxa de pobreza em Roraima já foi de 5,9% em 2013 sem que houvesse, ainda, um influxo venezuelano considerável. Já em relação à extrema pobreza, o aumento é contínuo desde 2015, chegando a um patamar de 5,7% que

não tem precedentes na série disponível. O valor passa a ser maior do que o observado para o Brasil – 4,2% em 2018 – e chega muito próximo da média da região Norte – de 6%.

Figura 23. Percentual de pessoas em condição de extrema pobreza, Brasil, região Norte e Roraima, 2012-2018

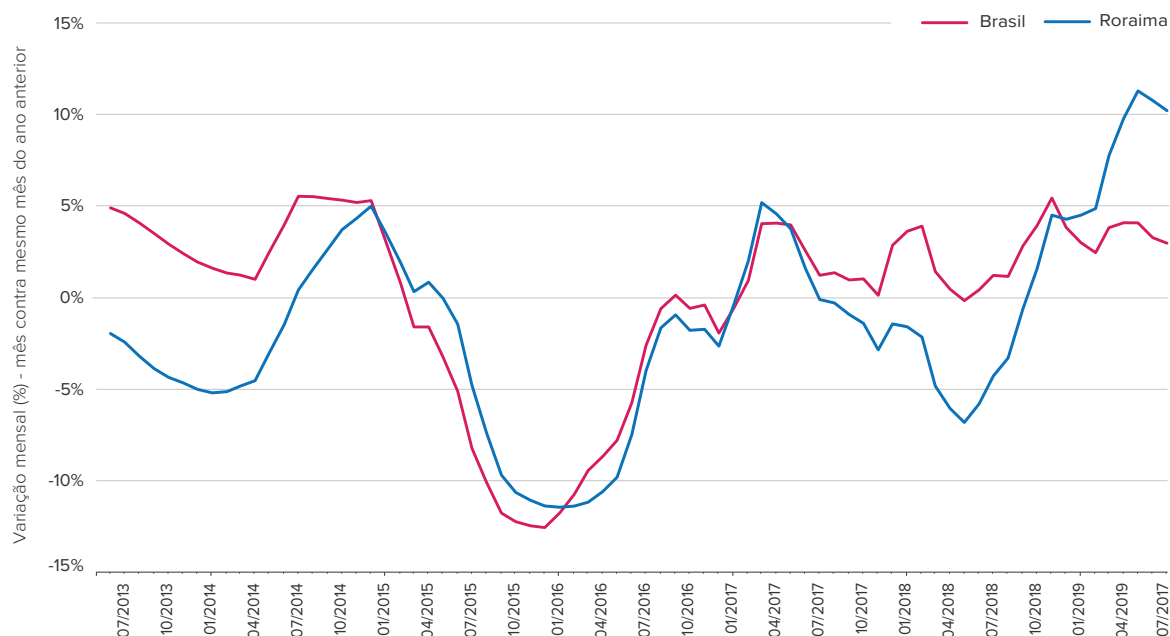


Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2019g). Elaboração própria.

Em grande parte, no entanto, esse efeito também poderia ser atribuído a uma questão “mecânica” tal como o efeito do desemprego, dado que mais pessoas pobres estão sendo contabilizadas, sem que isso necessariamente implique em aumento de pobreza entre os brasileiros roraimenses. Na verdade, o padrão observado na comparação entre o Brasil

e o estado de Roraima para a variação de famílias cadastradas no CadÚnico como extremamente pobres é bastante similar ao observado para a taxa de desemprego, indicando uma possível elevação da extrema pobreza também no ano de 2019, conforme a **Figura 24**.

Figura 24. Variação mensal (mês em relação a mesmo mês do ano anterior) do número de famílias na extrema pobreza cadastradas no CadÚnico



Fonte: Cadastro Único (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019c). Elaboração própria.

Este crescimento corresponde com o período em que se amplia a entrada dos venezuelanos, indicando que este crescimento pode ser o resultado do cadastramento desta população. Nesse sentido, a evidência obtida através do CadÚnico, ainda que não seja diretamente comparável aos dados da Pnad, complementa a análise trazendo dados mais recentes.

O elevado contingente de venezuelanos em Roraima, em grande parte em situação de elevada vulnerabilidade, poderia sugerir um aumento da demanda por serviços públicos na região. Sendo assim, a análise que se segue busca apresentar evidências disso nos serviços de assistência social, saúde e educação.

3.5.2 Assistência social

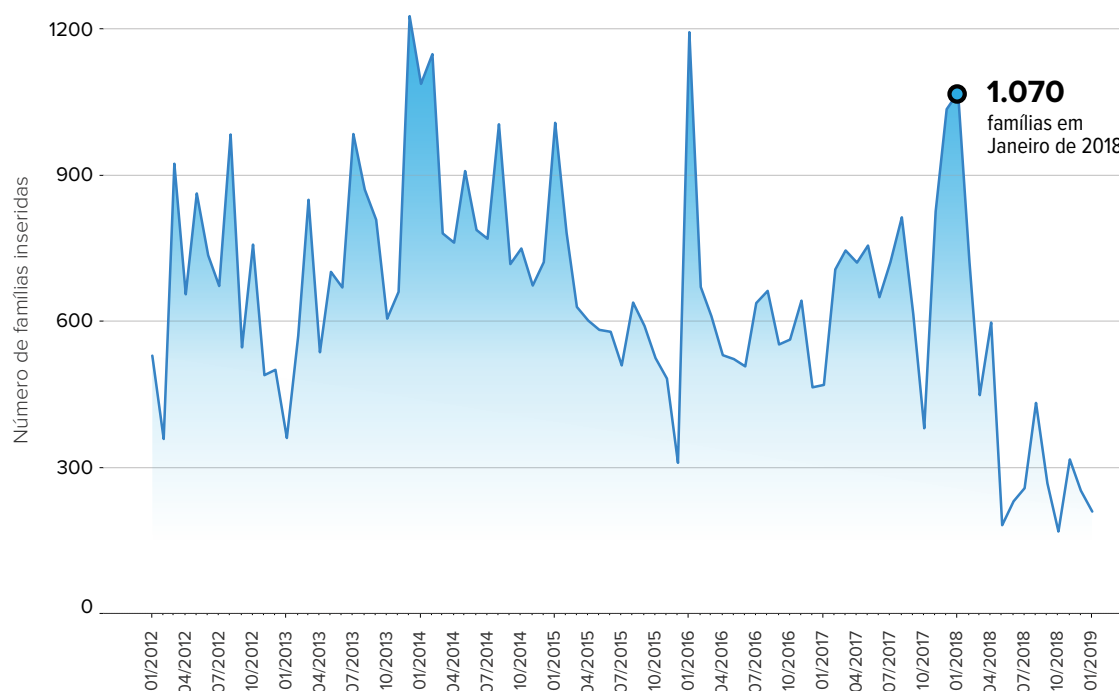
Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são unidades públicas que atuam, via de regra, no âmbito das

Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social (SMDS) com foco em pessoas em situações de vulnerabilidade ou risco social. O CRAS busca prevenir a ocorrência de situações de risco social

através do acompanhamento e monitoramento de famílias. O CREAS tem como objetivo oferecer apoio a pessoas que já estão inseridas em situações de risco comprovadas. Nesse sentido, dadas as características de boa parte dos imigrantes e refugiados venezuelanos, seria de se esperar que esses tipos de serviços registrassem maiores frequências como o advento do fluxo venezuelano, o que poderia ser um possível reflexo do aumento da demanda por tais serviços.

Todavia, as informações oriundas das respectivas SMDSS parecem não refletir variações positivas significativas no aumento dos atendimentos nos CRAS e CREAS. Além disso, o número de famílias atendidas tanto em um serviço quanto em outro sempre foi relativamente baixo, sendo o maior volume observado ao redor de 1.200 famílias, como observado na **Figura 25**.

Figura 25. Número de famílias inseridas – CRAS – Roraima, (jan. 2012 a jan. 2019)



Fonte: Unidades de Assistência Social, CRAS, (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019a). Elaboração própria.

Ao longo da série histórica disponível (janeiro de 2012 a janeiro de 2019), o maior volume de famílias inseridas nos CRAS foi verificado em janeiro de

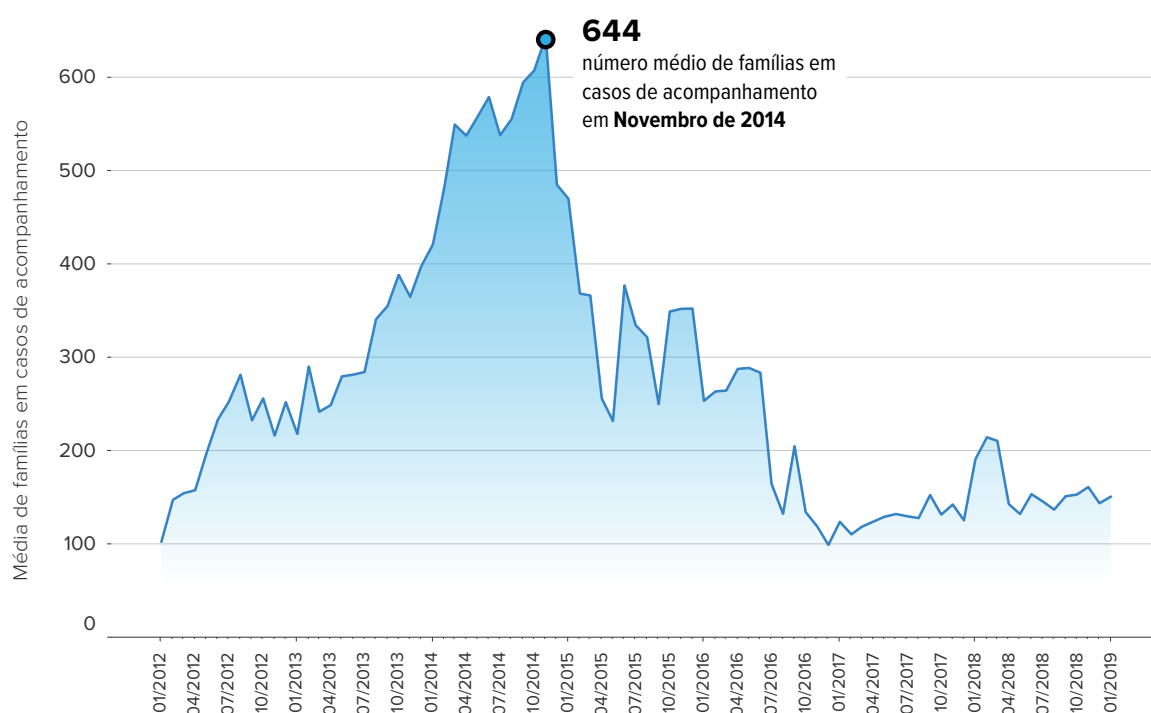
2014, logo, antes do início dos fluxos venezuelanos, sendo ligeiramente superior a 1.200 famílias. O número passou a flutuar, com tendência negativa, até

serem observados picos em janeiro de 2016 (1.190 famílias) e janeiro de 2018 (1.040 famílias), reduzindo o número de inclusões a partir daí.

Em relação à média de famílias em casos de acompanhamento, o ponto máximo de atendimentos ocorreu em novembro de 2014, pré-chegada dos fluxos venezuelanos, como mostra a **Figura 26**. Nos meses posteriores, o número oscilou com tendên-

cia de queda, com as ligeiras elevações verificadas nos meses iniciais de 2018 ficando nos mesmos patamares de 2012. Tendência semelhante ocorre em relação ao acompanhamento regular das famílias em situação de vulnerabilidade, em que 2014 e 2015 foram os anos de maior demanda, com esse tipo de serviço apresentando tendência de queda a partir desse ponto.

Figura 26. Média de famílias em casos de acompanhamento – CRAS – Roraima (jan. 2012 a jan. 2019)



Fonte: Unidades de Assistência Social, CRAS (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019a). Elaboração própria.

A grave crise econômica, política e social na Venezuela colocou em movimento um expressivo número de pessoas que se encontravam em con-

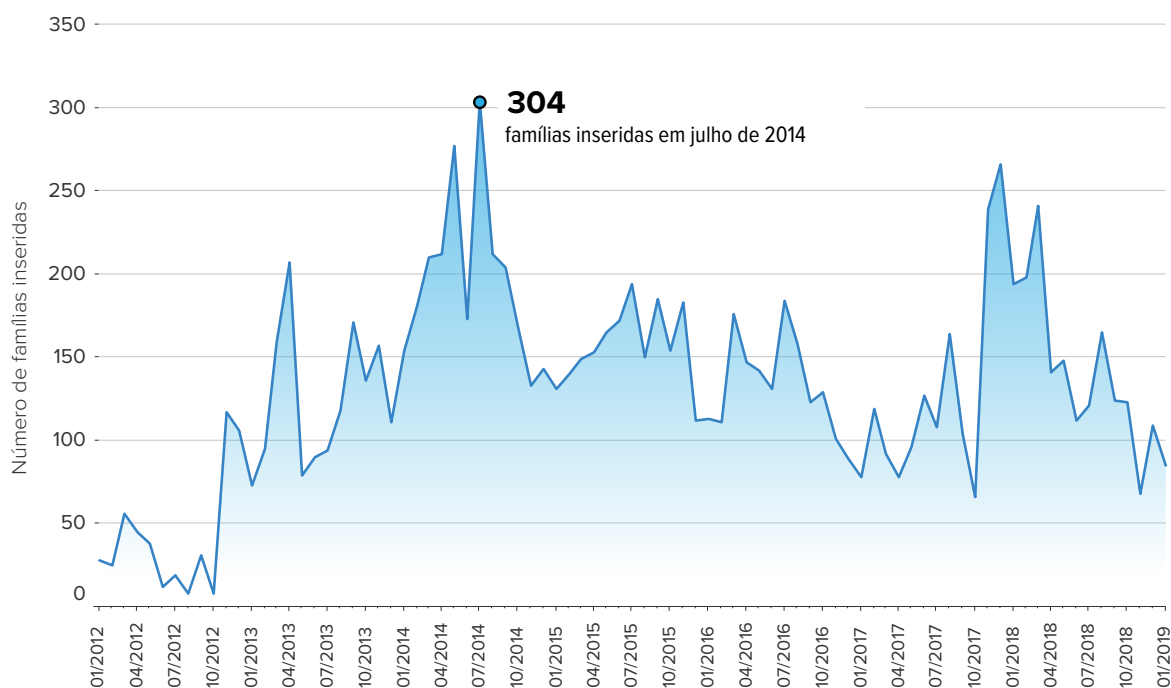
dição de vulnerabilidade. No entanto, não foram observados indícios de sobrecarga dos centros de referência a partir da chegada dos imigrantes.

Uma hipótese possível para explicar a baixa demanda pelo serviço pode estar associada ao desconhecimento por parte dos venezuelanos da existência e do tipo de assistência oferecida por esses equipamentos públicos.

Assim como o CRAS, o CREAS parece ter pouca expressão em termos de cobertura populacional no estado de Roraima. Além disso, devido ao fato dos CREASs estarem voltados às pessoas já com riscos comprovados, a baixa adesão aos CRASs pode ajudar a explicar o fato dos serviços não terem registrado aumento após a intensificação dos fluxos.

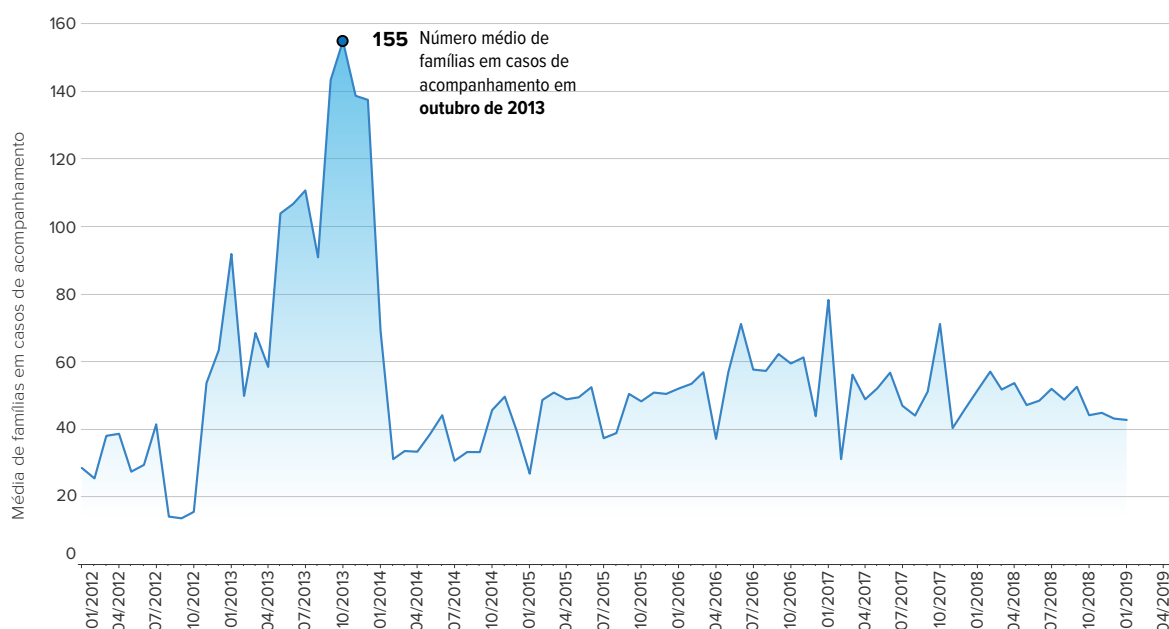
O comportamento das famílias inseridas nos CREASs é bem semelhante ao observado nos CRAS, ou seja, maior volume de inserção em 2014, seguido de declínio com picos em 2017 e 2018, retomando a tendência de queda até janeiro de 2019. Neste caso, no entanto, o pico que ocorre no início de 2018 é similar em ordem de grandeza ao que ocorreu em 2014, como mostra a **Figura 27**. A média de casos de famílias em acompanhamento observou seu máximo no final de 2013, se retrai em 2014, passando a ficar estável até o final da série histórica, como mostra a **Figura 28**.

Figura 27. Número de famílias inseridas – CREAS – Roraima (jan. 2012 jan. 2019)



Fonte: Unidades de Assistência Social, CREAS (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019b). Elaboração própria.

Figura 28. Média de famílias em casos de acompanhamento – CREAS – Roraima (jan. 2012 a jan. 2019)



Fonte: Unidades de Assistência Social, CREAS (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019b). Elaboração própria.

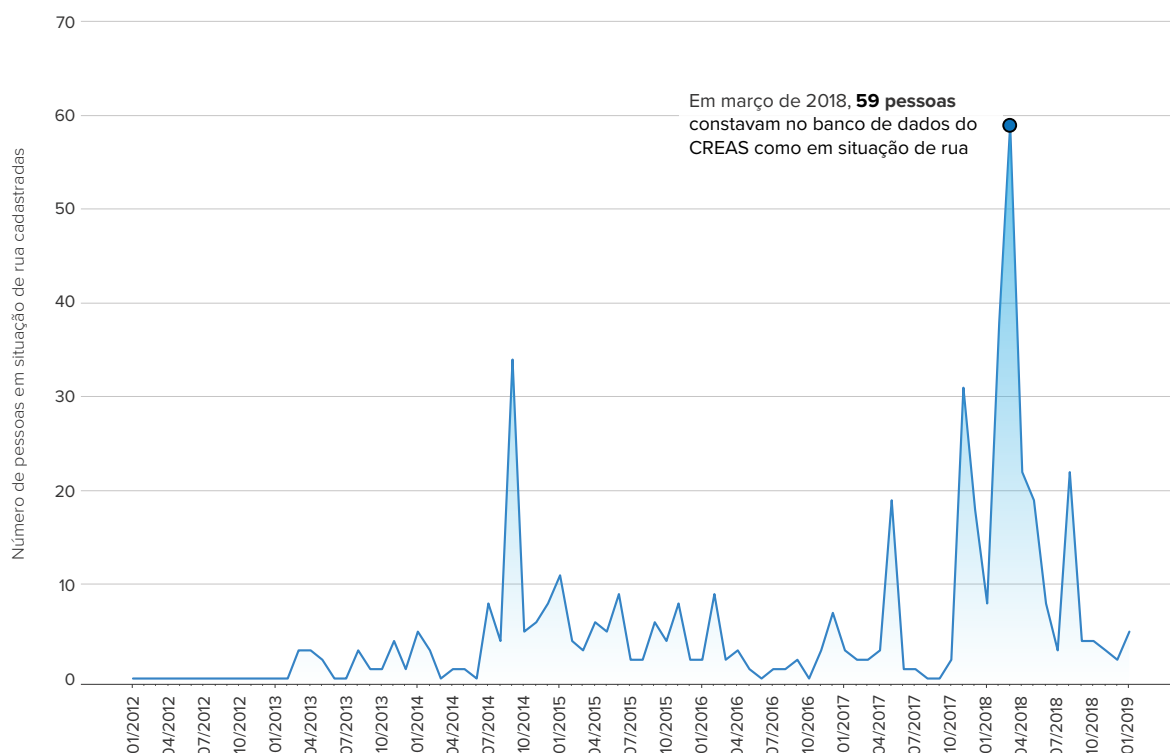
O atendimento à população em situação de rua também apresenta baixa magnitude. Contudo, foi observado um aumento importante em 2018, possivelmente em decorrência dos imigrantes e refugiados nessas condições, como mostra a **Figura 29**. O mês com maior registro foi março de 2018, com 59 pessoas. Ainda assim, considerando a população do estado como um todo, os números são relativamente baixos.

O que pode se inferir a partir dos números fornecidos pelas SMDS é que pouco foi realizado para ofertar assistência aos imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade. Os raros momentos de aumento dos registros, após a chegada mais

intensa dos venezuelanos, quase sempre ficaram abaixo dos máximos observados nas séries históricas das informações disponibilizadas.

Era de se esperar que os dados mostrariam que estes tipos de equipamentos sofreriam uma maior pressão frente às condições em que chegam um número importante dos imigrantes e refugiados. No entanto, não é isso que ocorre. Nesse sentido, como os venezuelanos, em grande medida, podem eventualmente desconhecer a existência de tais equipamentos, as autoridades locais deveriam colocar as estruturas disponíveis para mitigar o problema.

Figura 29. Número de pessoas em situação de rua – CREAS – Roraima (jan. 2012 a jan. 2019)



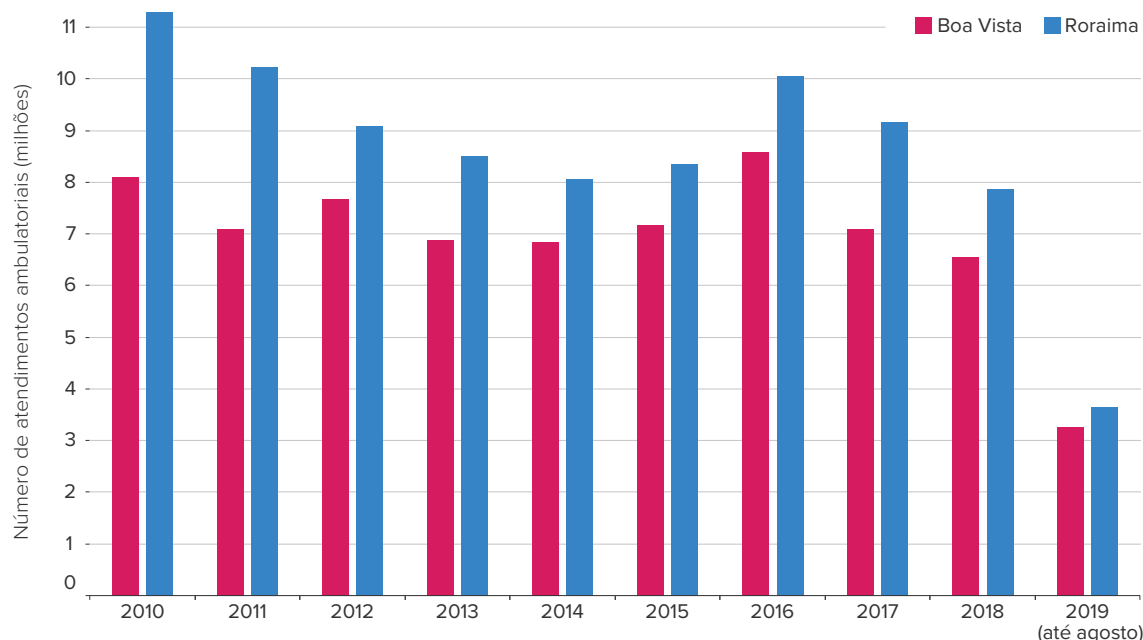
Fonte: Unidades de Assistência Social, CREAS (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019b). Elaboração própria.

3.5.3 Assistência médico-hospitalar

A análise da série histórica disponível do SIASUS sinaliza que o pico de atendimentos ambulatoriais em Roraima ocorreu no ano de 2010, ou seja, bem antes da chegada dos fluxos venezuelanos. Naquele ano foram registrados pouco mais de 11 milhões de atendimentos. A partir desse ponto, o volume nesse tipo de serviço apresentou tendência de queda, voltando a subir em 2016, atingindo

cerca de 10 milhões, iniciando inclinação negativa desde então, como mostra a **Figura 30**. Vale destacar que o comportamento observado no gráfico é bastante similar se considerarmos os meses de janeiro e agosto de cada ano. O maior valor continua sendo 2010 e o decréscimo ocorrido em 2018 e 2019 se mantém semelhante. Comportamento similar é visto nos dados para o município de Boa Vista.

Figura 30. Número de atendimentos ambulatoriais – Roraima e Boa Vista – (2010 a ago. 2019)



Fonte: SIASUS, Ministério da Saúde (2019a). Elaboração própria.

O que se depreende dessas informações é que o serviço de atendimento ambulatorial teve sua capacidade de resposta testada em níveis superiores aos observados após o aumento da presença dos venezuelanos no estado, como pode ser observado na **Figura 30**. Desse modo, os indicadores não fornecem evidências concretas em relação a um aumento muito expressivo da demanda por serviços públicos que teria causado um colapso na oferta de serviço ambulatorial. É importante registrar que os dados não refletem diretamente a demanda – o que poderia ser captado parcialmente por meio de dados de agendamentos, por exemplo – mas sim os atendimentos de fato realizados e lançados no sistema.

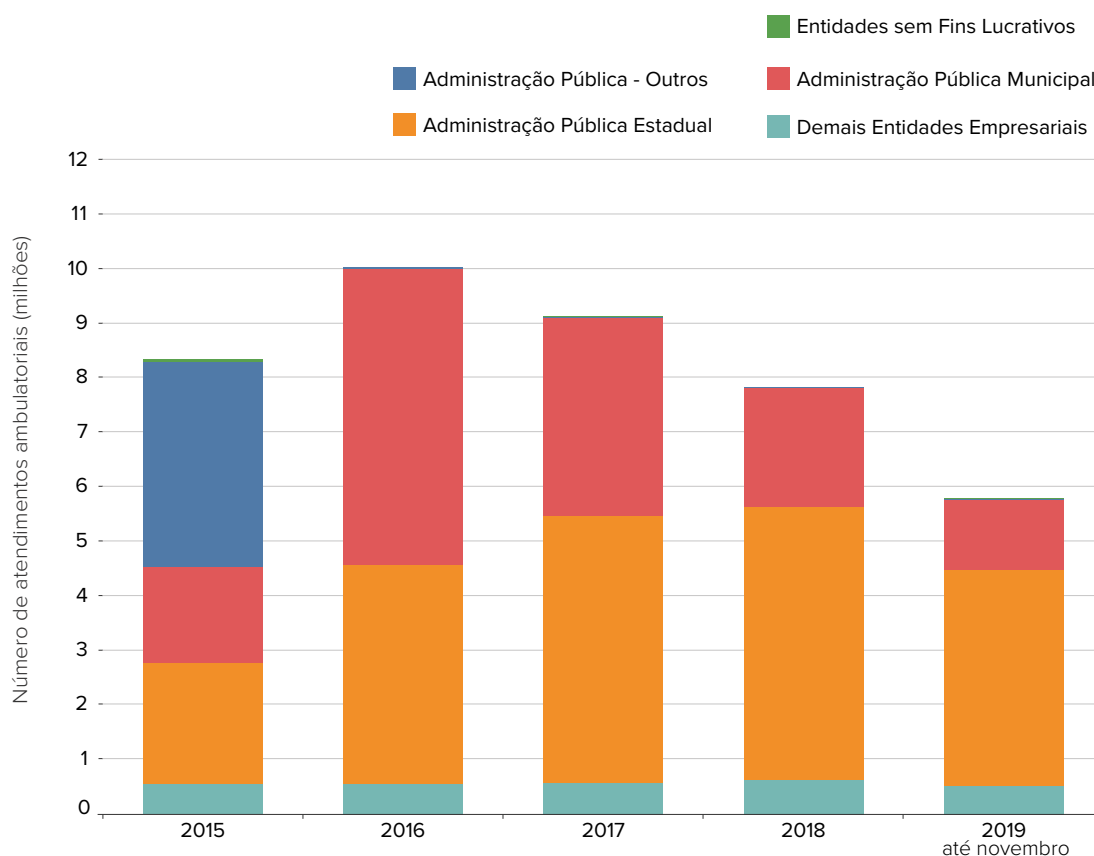
Esse comportamento é similar ao se observar também o município de Pacaraima. O município reproduziu o comportamento do estado, com o maior volume de atendimentos ocorrendo em 2010, com aproximadamente 700 mil registros. Desse ponto em diante a tendência foi de declínio, nunca passando da faixa de 300 mil atendimentos.

Curiosamente, no entanto, a tendência é descendente no período em que os venezuelanos chegam com maior intensidade. Vale destacar que, ao segmentar os atendimentos por esfera administrativa responsável - o que só é possível de ser feito de forma comparável para os anos de 2015 em diante - verifica-se que a tendência descenden-

te é explicada, sobretudo, pelo comportamento dos atendimentos de responsabilidade dos municípios, enquanto que, para os responsabilidade do estado, há um ligeiro aumento (de 2,4% em 2018), como mostra a **Figura 31**. Essa trajetória pode ter sido influenciada por uma mudança na

forma de registro de atendimentos no município de Boa Vista, em que equipes passaram a atuar mais fortemente na triagem dos pacientes, resolvendo boa parte dos casos e, portanto, reduzindo os registros de atendimento.

Figura 31. Número de atendimentos ambulatoriais por esfera administrativa em Roraima (2010 a nov. 2019)



Fonte: SIHSUS, Ministério da Saúde (2019b). Elaboração própria.

Flutuações para cima na procura pelos serviços seriam esperadas, apesar de não observadas nos números, vis a vis o importante crescimento populacional decorrente dos fluxos venezuelanos. Por

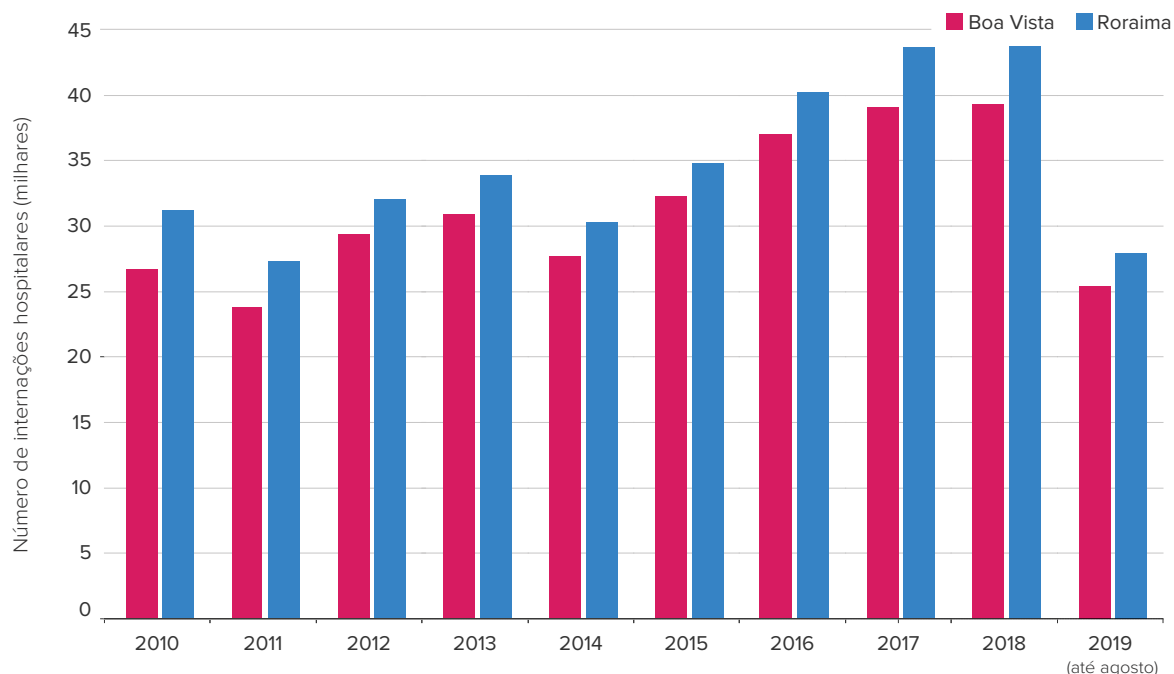
outro lado, o não incremento no volume dos atendimentos ambulatoriais pode estar relacionado ao perfil etário dos imigrantes e refugiados, que se concentra na faixa etária de 15-44 anos, uma faixa

de idade que demanda proporcionalmente menos os serviços de saúde.

Por outro lado, a análise da série histórica das internações hospitalares indica que esse tipo de serviço apresentou flutuações no volume de procedimentos, com tendência positiva, entre 2010 e 2015. Em 2016, a série sofre um incremento mais forte em comparação a 2015 (15,6%), e, entre 2017 e 2016, a variação foi de 8,4%, estabilizando-se em 2018. Comparando-se 2018 com 2015, houve um aumento de 25% nas internações, contra um aumento na população de 14,0%.

A **Figura 32** mostra que as internações ocorreram, predominantemente, em Boa Vista, face à capacidade hospitalar instalada, com a capital ditando o comportamento do estado na oferta dessa modalidade de serviço de saúde. Vale destacar que o comportamento de Boa Vista não é muito distinto do que ocorre em outras localidades como Porto Velho, Teresina e Aracaju, capitais dos estados de comparação utilizados neste trabalho.

Figura 32. Número de internações hospitalares em Roraima e Boa Vista (2010 a ago. 2019)



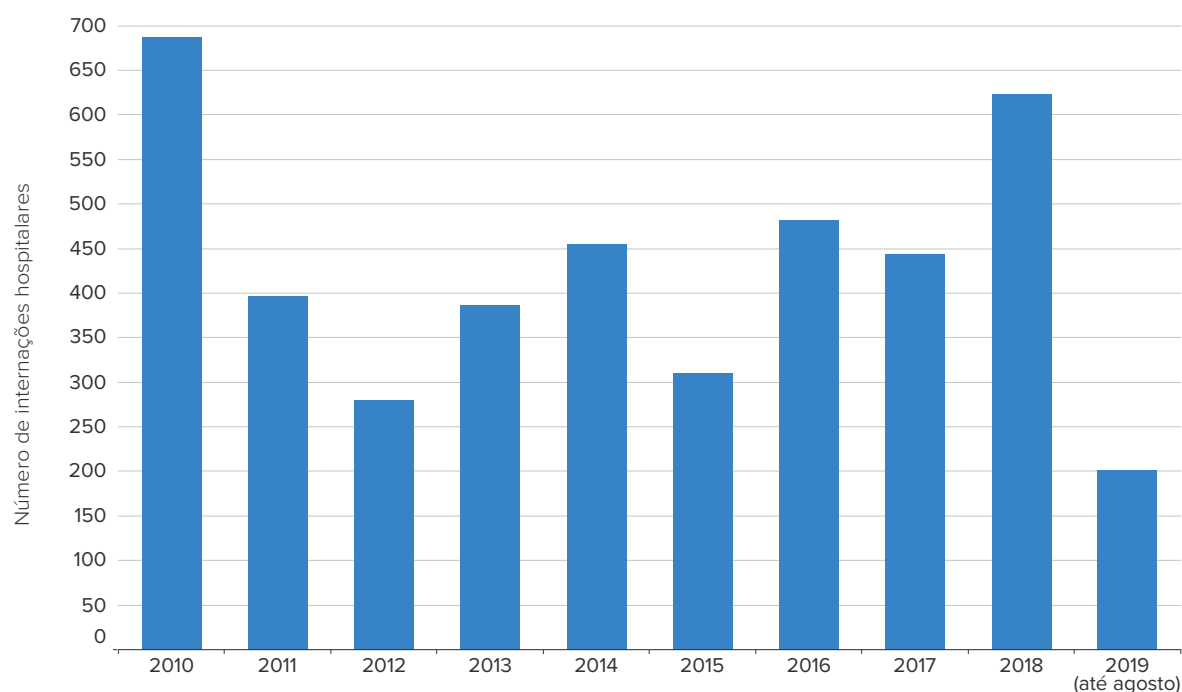
Fonte: SIHSUS, Ministério da Saúde (2019b). Elaboração própria.

Diferentemente das evidências para os atendimentos ambulatoriais, os dados do SIHSUS indicam que o aumento no volume de internações pode estar associado aos fluxos, sobretudo nos anos de 2017 e 2018. Vale destacar que o comportamento do gráfico é similar se considerarmos apenas os meses de janeiro a agosto de cada ano, de modo que o ano de 2019, até o momento, não tem registrado mais internações do que no mesmo período dos anos anteriores.

Em Pacaraima, as flutuações são mais marcadas, mas chama a atenção que o pico no volume de internações tenha ocorrido em 2010, algo próximo a 700 internações, como mostra a **Figura 33**.

Em 2018, segundo momento de maior número de autorizações, observou-se um pouco mais de 600 registros. Nesse caso, o fluxo venezuelano pode ter impactado em alguma medida os serviços, mas ficando abaixo da capacidade já testada anteriormente. Novamente, é importante registrar que a análise não permite comparar demanda com oferta, dado que não temos informações precisas sobre a demanda. Os dados apenas mostram que a execução dos serviços não apresenta evidências de uma mudança estrutural em relação aos dados históricos do estado.

Figura 33. Número de internações hospitalares em Pacaraima (2010 a ago. 2019)



Fonte: SIHSUS, Ministério da Saúde (2019b). Elaboração própria.

Uma questão que merece maior detalhamento é se o impacto nas internações teria sido provocado pelos venezuelanos residentes em Roraima ou por aqueles que vieram ao país apenas para utilizar o serviço, face à deterioração da área de saúde na Venezuela. Da mesma forma que para os atendimentos ambulatoriais, o ciclo de vida da maioria dos imigrantes e refugiados não sugere o aumento expressivo pela busca de procedimentos que requisessem internação. Flutuações positivas seriam esperadas e decorrentes do incremento populacional.

É importante destacar que os números apresentados aqui, obtidos a partir de fontes oficiais, geram re-

sultados distintos do que é alegado pelo estado de Roraima em documentos submetidos por meio da Ação Cível Originária 3121 (STF, 2018), em que a ré é a União³³. Tais documentos falam em um aumento de 3000% de atendimentos em unidades estaduais em 2017, algo que não se verifica nos dados do Ministério de Saúde que são alimentados exatamente pelas unidades estaduais e municipais. Além disso, quando apresentados, os números de atendimentos de venezuelanos na rede pública de Roraima são de uma ordem de grandeza muito inferior aos números totais de atendimentos aferidos a partir do SIASUS, o que não seria suficiente para alterar de forma sensível a trajetória dos indicadores.

3.5.4 Educação

Antes de iniciar a apresentação dos dados de educação, vale destacar que os gráficos foram construídos com as matrículas totais, sem distinção entre rede pública e rede privada, tal como disponibilizado nas sinopses estatísticas do INEP (2019a). No entanto, a análise não perde em praticamente nada ao não filtrar apenas a rede pública uma vez que os venezuelanos se matriculam, em sua maioria, na rede pública – o percentual, em 2018, de venezuelanos matriculados na rede privada em todos os níveis no Brasil era de apenas 8,3%.

No que se refere ao ensino regular (infantil, fundamental e médio), vale registrar que o aumento gradual observa-

do no acesso à educação infantil (0 a 5 anos de idade), a partir de 2016, pode estar parcialmente associado às matrículas de crianças imigrantes e refugiadas, tanto em relação às creches quanto à pré-escola. Em 2018, estavam matriculadas na educação infantil 26.767 crianças, contra 21.551, em 2015, período pré intensificação dos fluxos, resultando em um aumento de 24,2%, como mostra a **Figura 34**.

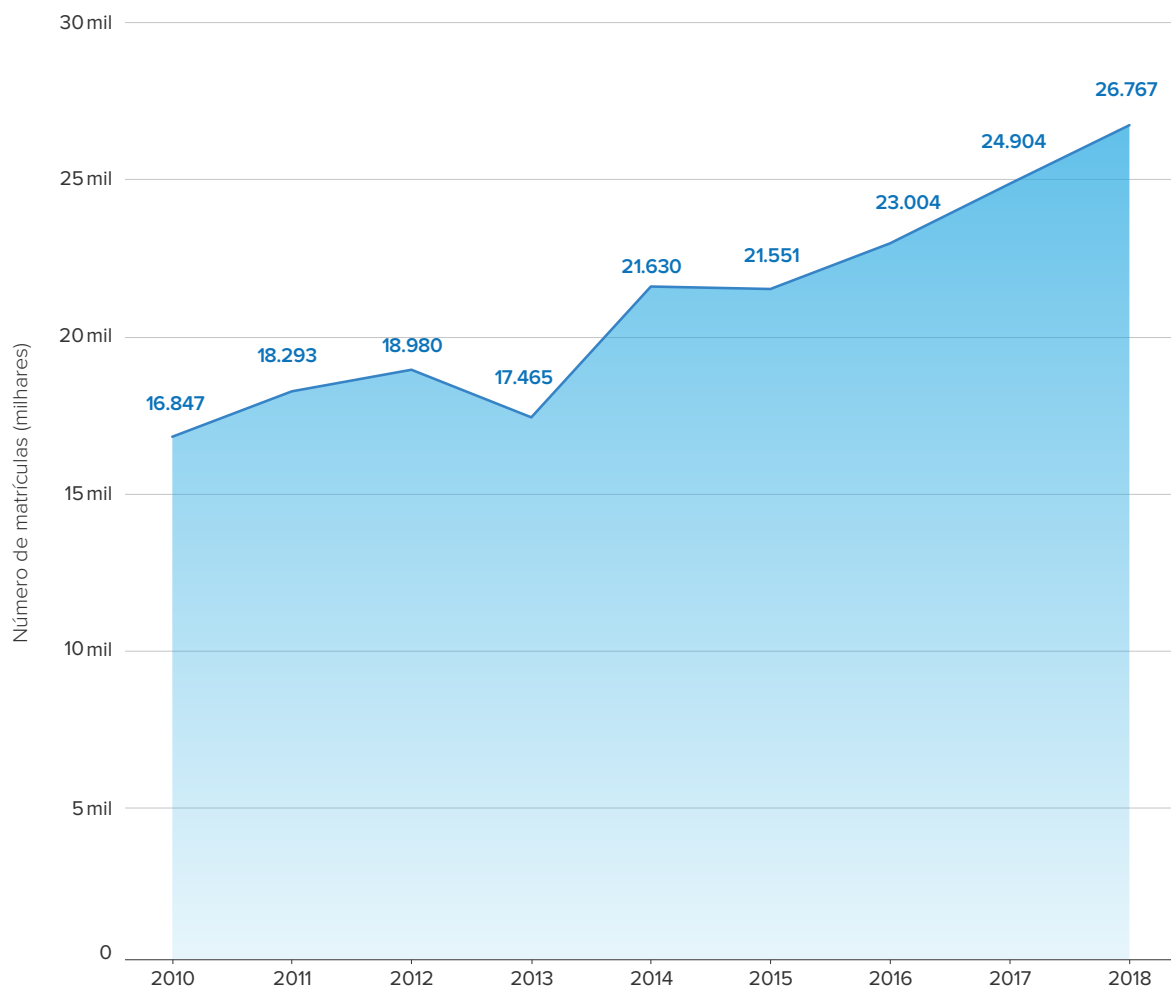
Destaca-se que, em 2018, 1.375 crianças venezuelanas estavam matriculadas no Brasil na rede pública nesses níveis, provavelmente a maioria em Roraima. No entanto, ainda assim, o aumento verificado não poderia

³³ Além desses documentos, o governo do estado de Roraima protocolou o Ofício nº 226/2019 no dia 04 de julho de 2019 junto à Secretaria de Governo da Presidência da República, em que apresentam uma série de justificativas para pleitear mais recursos junto à União para lidar com os fluxos venezuelanos.

ser inteiramente atribuído aos refugiados e imigrantes. De todo modo, esse efeito era esperado face à necessidade de se manter as crianças na escola, não

apenas pela questão diretamente ligada à aprendizagem, como também para liberarem os pais para trabalhar ou procura de trabalho.

Figura 34. Número de matrículas na educação infantil em Roraima (2010 a 2018)

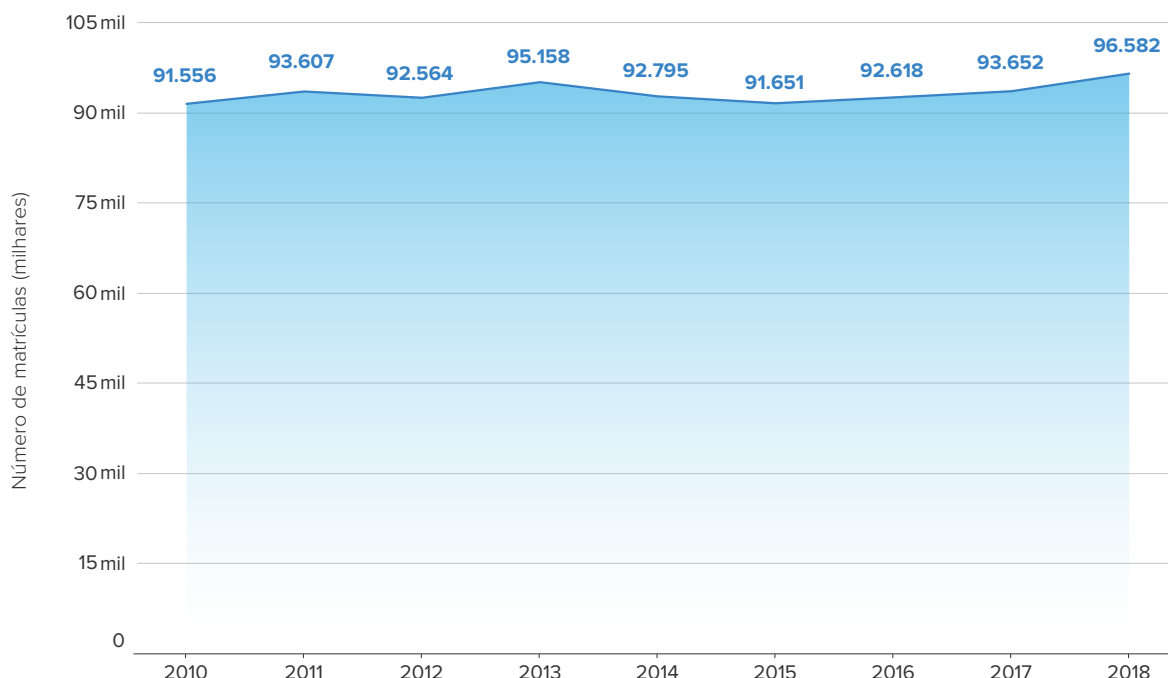


Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica – INEP (2019a). Elaboração própria.

A série histórica disponível (2010-2018) para as matrículas realizadas no ensino fundamental no estado de Roraima, apresenta flutuações, com tendência de ligeiro aumento a partir de 2016,

atingindo o maior volume em 2018, com 96,6 mil matrículas, conforme a **Figura 35**. O máximo anterior foi observado em 2013, quando estavam matriculadas 95,2 mil crianças.

Figura 35. Número de matrículas no ensino fundamental em Roraima (2010 a 2018)



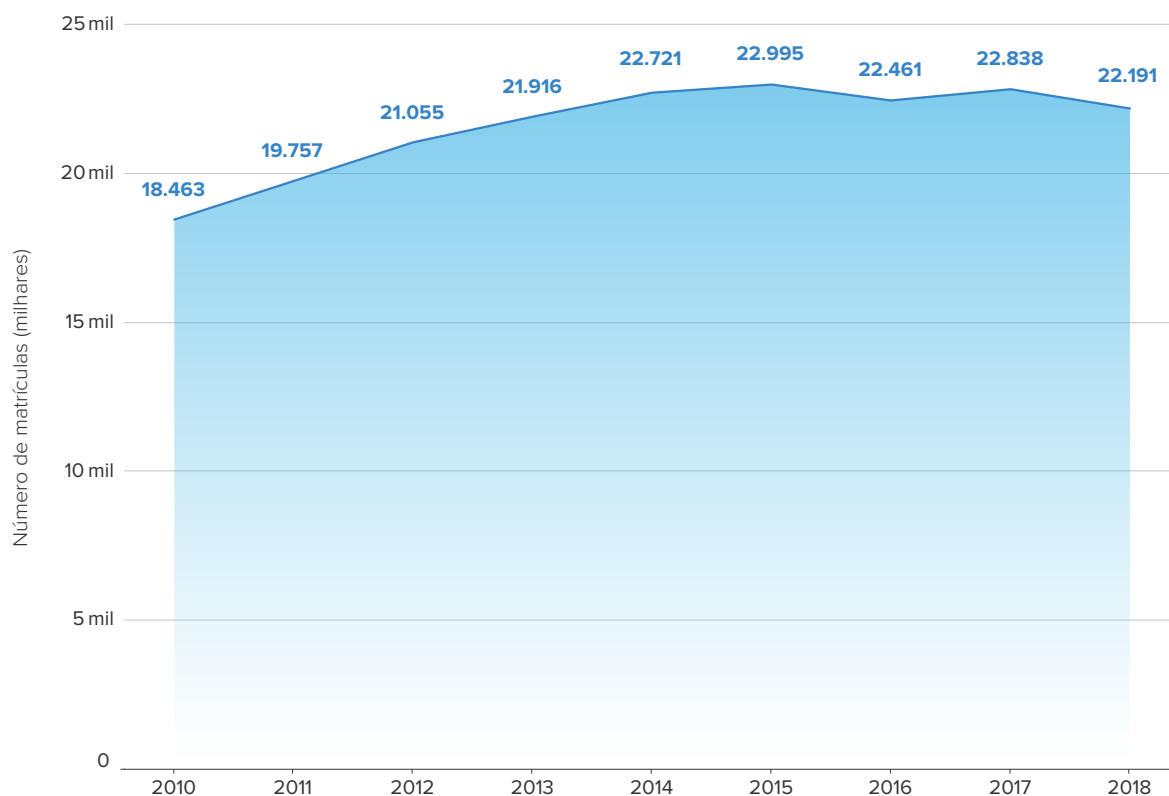
Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica – INEP (2019a). Elaboração própria.

Neste caso, a relação com o fluxo venezuelano pode ser mais evidente. O número de matrículas de venezuelanos na rede pública do Brasil em 2018 era de 3.975, novamente, a maioria possivelmente em Roraima. Como a diferença de matrículas entre 2017 e 2018 foi de pouco menos de 3.000 matrículas, é razoável supor que o fluxo teve um papel importante neste caso. De todo modo, a ordem de grandeza não se altera consideravelmente ao observar a série histórica, de modo que os números sugerem que a capacidade instalada para prover a sociedade com o ensino fundamental não tenha sido comprometida.

Já em relação ao ensino médio, o volume de matrículas manteve ritmo de crescimento até 2015, mo-

mento em que se estabiliza, inclusive registrando ligeira queda em 2018, como mostra a **Figura 36**. Além das dificuldades enfrentadas por esse segmento educacional em ampliar a oferta de vagas e manter os estudantes na escola, esse comportamento pode ser explicado pela estrutura etária dos imigrantes e refugiados, com poucas pessoas nesses grupos de idade, de modo a não afetar o número de adolescentes matriculados nesse nível de ensino no estado de Roraima. Vale destacar que, em 2018, havia 545 alunos venezuelanos matriculados no ensino médio em escolas da rede pública no Brasil, um número pouco expressivo em relação ao total de matrículas no estado de Roraima.

Figura 36. Número de matrículas no ensino médio em Roraima (2010 a 2018)

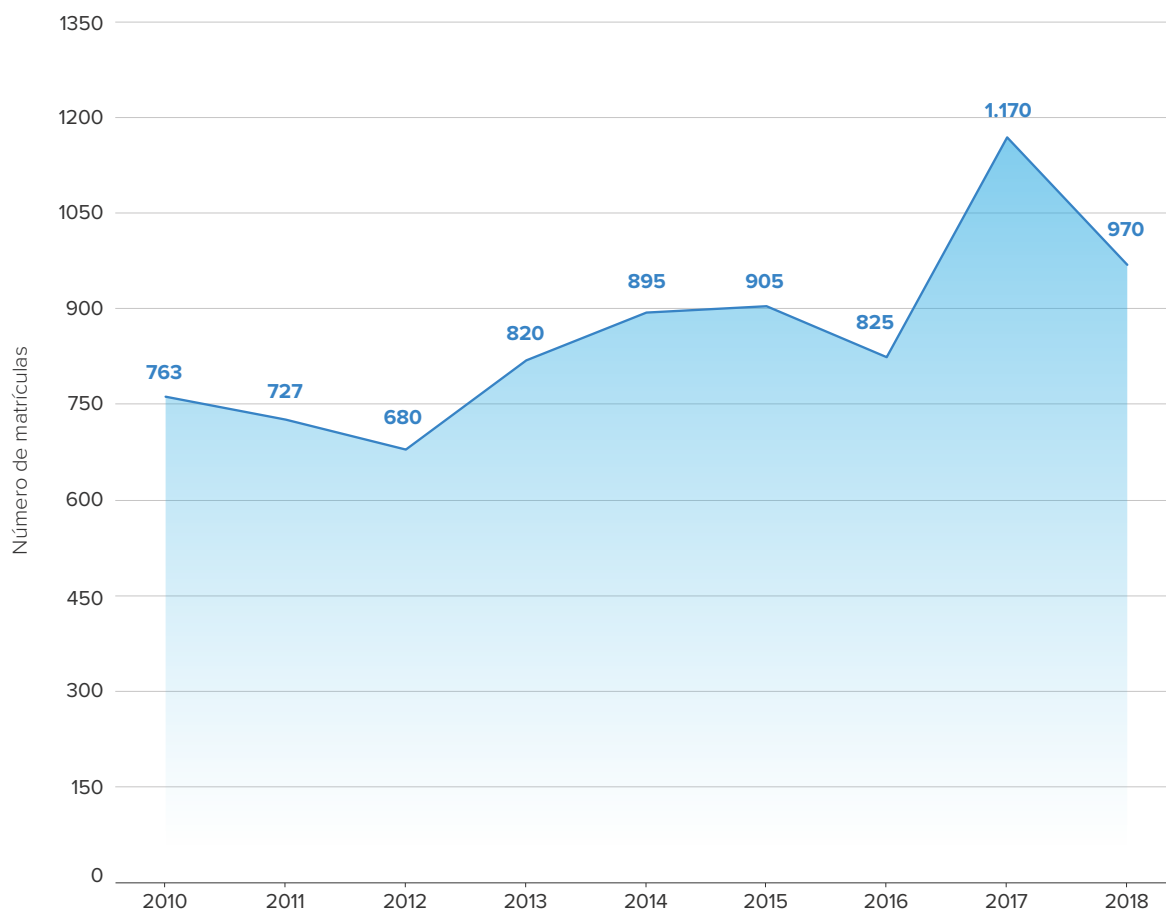


Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica – INEP (2019a). Elaboração própria.

Além da educação regular, a educação profissional (cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada ou qualificação profissional) deveria ser um serviço a ser disponibilizado aos imigrantes e refugiados, sobretudo devido à dificuldade de regularização da formação pretérita desses indivíduos e a abundante oferta de população em idade ativa (15 a 64 anos). Contudo, o que se observa é que, após a estabilidade nas matrículas entre 2013 e 2016, ocorre um pico em 2017, quando estavam matriculadas 6.1 mil pessoas, voltando a diminuir em 2018, conforme a **Figura 37**.

Apenas 24 venezuelanos estavam regularmente matriculados em cursos técnicos da rede pública no Brasil em 2018. Sendo assim, é possível inferir que, nessa modalidade de ensino, que deveria ser estratégica para se aproveitar melhor as potencialidades dos venezuelanos, não houve um olhar voltado para inclusão dos imigrantes e refugiados nas políticas de qualificação profissional.

Figura 37. Número de matrículas na educação profissional em Roraima (2010 a 2018)

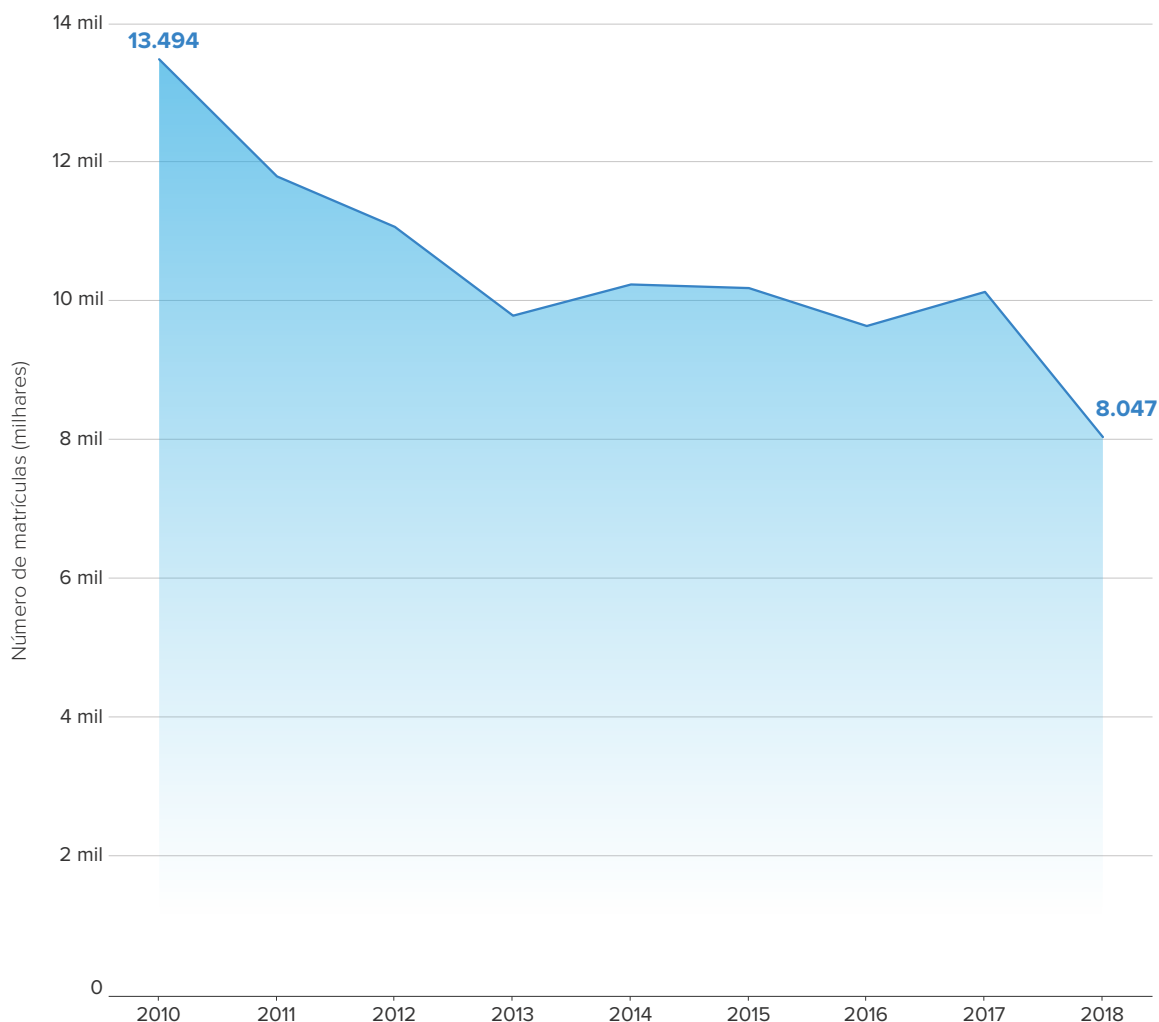


Fonte: Censo Escolar – INEP (2019b). Elaboração própria.

Pesquisa realizada por Simões (2017), entre seus achados, indicava que 72% dos venezuelanos em Roraima possuíam, no mínimo, o ensino médio completo. Portanto, essa modalidade de ensino não deveria ter grandes demandas por parte do coletivo de refugiados e imigrantes. Os números corroboram essa percepção, não só pelos dados de matrículas no ensino médio apresentados aci-

ma, mas também pelo fato de que as matrículas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentam tendência de queda desde 2010, quando estavam matriculados 13,5 mil jovens e adultos. Em 2017, estavam matriculados nessa modalidade de ensino em Roraima 10,1 mil pessoas, contra 8 mil em 2018, como mostra a **Figura 38**.

Figura 38. Número de matrícula no EJA em Roraima (2010 a 2018)

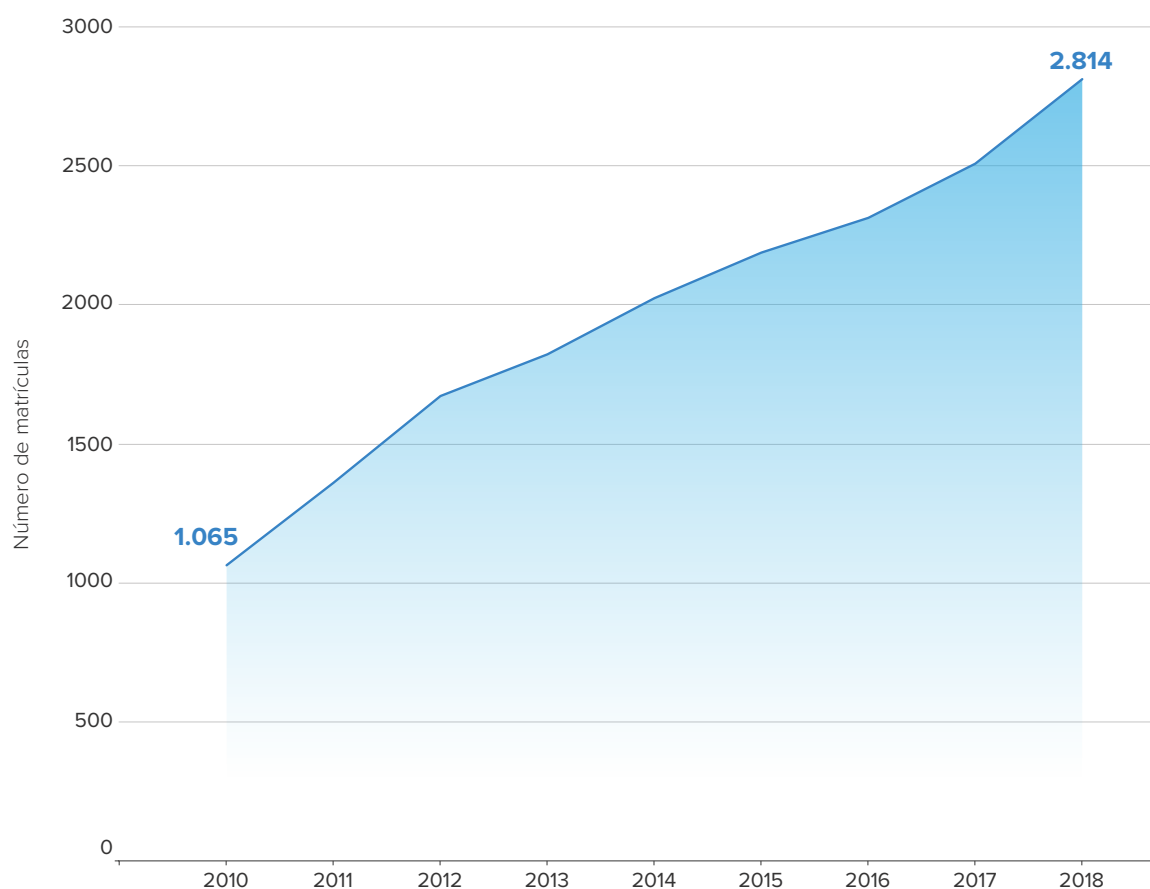


Fonte: Censo Escolar – INEP (2019b). Elaboração própria.

Em relação ao ensino especial, como o serviço é voltado ao atendimento e educação de pessoas com algum tipo de deficiência, a expectativa era de que a demanda dessa modalidade por parte dos imigrantes e refugiados não deveria ser muito alta. O comportamento observado a partir da série histórica sinaliza que a oferta desse serviço

vem sendo ampliada desde 2010, com um ligeiro crescimento em 2018, como mostra a **Figura 39**. Vale destacar que 66 venezuelanos estavam matriculados nessa modalidade em 2018 no Brasil todo. O número é pequeno considerando o volume de matrículas no estado de Roraima.

Figura 39. Número de matrículas na educação especial em Roraima (2010 a 2018)



Fonte: Censo Escolar – INEP (2019b). Elaboração própria.

O comportamento observado do acesso aos distintos níveis e modalidades de ensino não apresentou nenhuma surpresa importante. A evidência parece mais clara em relação aos possíveis efeitos do fluxo venezuelano na educação infantil e no ensino fundamental. Nas demais modalidades de ensino, não se verificou aumento expressivo nos registros, seja em função do perfil etário dos imigrantes e refugiados, seja pelas suas qualificações.

De um modo geral, uma possível pressão sobre os serviços públicos em Roraima necessita de dados

específicos sobre demanda para ser avaliada precisamente. As evidências empíricas dos registros de atendimento e matrículas sinalizam que pode ter havido maior execução de serviços públicos de forma pontual em um ou outro serviço, mas não um colapso generalizado dos serviços públicos em Roraima. Isso poderia se justificar caso tenham ocorrido falhas operacionais generalizadas na alimentação dos sistemas de informação dos respectivos serviços ou pelo desaparecimento dos equipamentos públicos.



4. Estimativa do saldo fiscal dos venezuelanos

Os imigrantes e refugiados venezuelanos geram, do ponto de vista das finanças públicas no Brasil, tanto custos adicionais quanto acréscimos de receita. Do lado das despesas, pode-se inferir que o Estado brasileiro presta serviços de educação, saúde, segurança e assistência social aos imigrantes e refugiados, tal como o faz para os cidadãos brasileiros. Do lado da arrecadação, o trabalho e o consumo dos venezuelanos geram, indiretamente, aumento dos impostos recolhidos pelo Estado. Nesse sentido, qual seria o saldo fiscal do fluxo venezuelano para o Brasil?

O objetivo desta seção é tentar responder a esta pergunta por meio de um exercício de estimação desse saldo fiscal em uma perspectiva de médio/

longo prazo, tendo por base um estudo do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) que fez um exercício similar para os venezuelanos no Peru (BELAPATÍÑO et al., 2019). Levamos em consideração, neste exercício, o ano de 2018, tendo em vista que, no momento de redação deste documento, vários dados fechados do ano de 2019 ainda não estavam disponíveis. Neste exercício, considera-se o volume de venezuelanos no Brasil como um todo e não apenas no estado de Roraima, levando em conta o setor público em sua totalidade, sem discriminar entre as atuações federal, estadual e municipal. A seguir, cada estimativa será detalhada em suas premissas e cálculos para compor o saldo fiscal.

4.1 Receitas

Para as receitas fiscais obtidas pelo setor público brasileiro a partir da atuação dos venezuelanos em 2018, foram realizadas estimativas em quatro frentes: arrecadação de impostos sobre o consumo e sobre o rendimento do trabalho, contribuições previdenciárias e investimentos realizados no país. A soma dessas estimativas gerou uma re-

ceita de R\$ 104,5 milhões para o Estado brasileiro em 2018. A seguir serão detalhadas as hipóteses por trás de cada estimativa.

4.1.1 Impostos sobre consumo

Tendo em vista a hiperinflação vivenciada pela Venezuela no período recente (FMI, 2019) e a crise de abastecimento pela qual tem passado o país, um dos grandes motivadores da emigração de venezuelanos para o Brasil é a possibilidade de adquirir bens e reme- tê-los ao país de origem. Além disso, muitos dos vene- zuelanos que fixam residência no Brasil conseguem adquirir meios de sobrevivência, seja formalmente ou na informalidade, aplicando parte desses rendimentos em consumo de bens e serviços. Como a estrutura tributária brasileira depende em grande parte de im- postos sobre o consumo, essa é uma via indireta de arrecadação a partir dos venezuelanos.

Seguindo a metodologia proposta por Belapatiño et al. (2019), a ideia desse exercício é fazer uma estimativa do total arrecadado no país com impostos sobre con- sumo em 2018. Para isso, aplicamos a seguinte fórmu- la para obter a arrecadação anual:

$$IC = (Y - IR - REM) \times t(1 - s) \times N \times m \quad (1)$$

onde Y é o rendimento médio mensal do imigrante ou refugiado venezuelano, IR é o imposto de renda que incide sobre esse rendimento³⁴, REM é o valor médio remetido ao exterior para cada venezuelano, t é uma alíquota média efetiva de impostos sobre con- sumo, s é uma taxa média de evasão tributária, N é o número de venezuelanos para o qual se aplica o cálculo e m é o número de meses considerado.

A fórmula é aplicada separadamente para a estimativa

de imigrantes e refugiados com trabalho formal e para os que estão atuando na informalidade. No caso dos que possuem trabalho formal:

- Y é a renda média do trabalhador venezuelano registrado na RAIS em 2018 – de 2,92 salários mí- nimos, o que, considerando o valor então vigente de R\$ 954,00, resulta em R\$ 2.785,68 mensais;
- IR é uma estimativa da dedução de imposto de renda considerando o valor médio, que se en- quadra na segunda faixa, em que a alíquota é de 7,5% com parcela a deduzir de R\$ 142,80 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020). A dedu- ção média apurada é de R\$ 351,73 mensais;
- REM é a remessa média de um imigrante hai- tiano em 2018, considerando as transferências pessoais do Brasil para países imediatos (BCB, 2019), estimada em R\$ 297,60 mensais. Foi uti- lizado como referência o haitiano e não o ve- nezuelano uma vez que as transferências de recursos dos venezuelanos ocorrem por vias não identificáveis nos dados, ainda que seja razoável supor que essas remessas ocorram, conforme pôde ser aferido através de obser- vação direta no campo, como se verá a seguir;
- t é a alíquota média efetiva de consumo esti- mada por Almeida et al. (2017) em 21,75%. Foi utilizado o valor referente ao quarto trimestre de 2013, que é o mais recente da série estimada.

³⁴ Mais detalhes sobre o cálculo do imposto de renda são explicados no item 4.1.2.

A alíquota reflete uma ponderação em relação a todos os impostos que incidem sobre o consumo no país independente da esfera de governo;

- s é a taxa de evasão tributária aferida a partir dos dados levantados pelo IBPT (2019). Considerando o ano de 2017, o instituto estimou que R\$ 390 bilhões foram sonegados no país. Tendo em vista que o PIB brasileiro em 2017 foi da ordem de R\$ 6,5 trilhões e que a carga tributária bruta no mesmo ano foi de 32,62% (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019d), a taxa de evasão, ou seja, o quanto o valor sonegado representa da arrecadação de impostos, foi estimada em 18,2%;

- N é a quantidade de vínculos formais de trabalho de venezuelanos no Brasil em 2018, conforme apurado através da RAIS. O quantitativo é de 7.081 vínculos; e

- m é a quantidade de meses que, neste caso, foi estipulada em 13. Dado que são vínculos formais de trabalho, esses trabalhadores recebem 12 meses de salário mais o décimo terceiro em um ano.

Já para os trabalhadores informais, foi necessário adicionar algumas hipóteses, tendo em vista que não é possível obter dados de rendimento específicos para esses trabalhadores:

- Y , neste caso, foi estipulado em R\$ 954,00, o valor de um salário mínimo em 2018. Como os venezuelanos chegam, em sua maioria, na condição de refugiados, é razoável supor que, num primeiro momento, não conseguem um rendimento compatível com a renda média do brasileiro ou mesmo com a renda média do trabalhador formal venezuelano;

- IR , neste caso, foi estipulado em zero, pois o valor do rendimento médio considerado entraria na faixa de isenção de imposto de renda;

- N é uma estimativa de trabalhadores informais venezuelanos no Brasil em 2018. O valor foi obtido da seguinte forma: a partir do sistema SisMigra da Polícia Federal, obteve-se a quantidade de registros ativos de venezuelanos no Brasil em idade ativa (considerada de 15 a 64 anos), de 29.024 pessoas (DPF, 2019). Essa quantidade foi deduzida da quantidade de vínculos formais de trabalho da RAIS considerada acima. Nesse resultado, aplicou-se a taxa média de participação no mercado de trabalho no Brasil em 2018, estimada em 61,6% e deduziu-se a taxa média de desocupação, estimada em 12,3%, ambas considerando os dados da Pnad contínua trimestral (IBGE, 2019a). O quantitativo obtido após este cálculo foi de 11.866 trabalhadores;

- m , neste caso, foi estipulado em 12, tendo em vista que trabalhadores informais tipicamente não recebem décimo-terceiro; e

- As variáveis REM , t , e s são as mesmas estipuladas para o caso dos trabalhadores formais.

O cálculo realizado, segundo tais premissas, gerou uma arrecadação de impostos sobre consumo derivada dos venezuelanos no Brasil, em 2018, da ordem de R\$ 35 milhões para os trabalhadores formais e R\$ 16,6 milhões para trabalhadores informais, totalizando, então, R\$ 51,6 milhões.

Em relação às remessas, vale destacar que, apesar dos dados coletados junto às bases de dados oficiais (BCB, 2019) não demonstrarem um volume expressivo

de recursos, a observação direta detectou o relevante papel dessas remessas para os refugiados e imigrantes venezuelanos no Brasil.

Nesse sentido, observou-se que, dada a realidade econômica da Venezuela e as enormes dificuldades em qualquer ação que tenha vinculação com os órgãos oficiais e governamentais venezuelanos, as remessas ocorrem de outras formas, principalmente por vias não oficiais. No contato com os venezuelanos, muitos relataram enviar dinheiro para seus familiares e pessoas com quem possuem vinculação na Venezuela através de pessoas que irão fazer a viagem para o país e se encontram no Brasil. Outros atravessam a fronteira, realizam o câmbio no valor paralelo³⁵ e, do lado venezuelano, realizam o depósito para os que aguardam esses valores. Contudo, a forma mais comum e expressiva em termos de valores, realiza-se por meio da criação de uma rede de transferências não oficial, em que empresas informais realizam esse tipo de atividade.

O objetivo aqui não é condenar esse tipo de ação, a qual possui significância social, já que garante uma melhor condição de vida aos que permanecem na Venezuela, além de possibilitar que os refugiados e imigrantes consigam superar barreiras que, devido às dificuldades da realidade social e política do seu local de origem, seriam muito difíceis de serem superadas. O objetivo, na verdade, é demonstrar como esse tipo de envio vem sendo realizado e justificar o motivo para os dados oficiais demonstrarem uma realidade diversa da que foi visualizada, além de

comprovar a dificuldade em quantificar esses valores. Essa reflexão é importante para embasar o exercício de estimação do impacto fiscal dos venezuelanos no Brasil, na medida em que esses recursos enviados precisam ser descontados daquilo que de fato é utilizado para consumo no país.

Mesmo com a dificuldade de quantificação, algumas inferências podem ser realizadas com base nas informações obtidas. Os valores enviados são, via de regra, baixos, pois grande parte dos refugiados e imigrantes possui dificuldades financeiras no Brasil, principalmente em Roraima, pois ainda não conseguiram, conforme os modelos analíticos de integração, garantir a sua efetiva inserção social. Além disso, não obtiveram estabilidade na sociedade de destino³⁶, fazendo com que os valores obtidos por esses venezuelanos no Brasil sejam, ainda, baixos, sendo a maior parte deles utilizado para a sobrevivência dos que estão no Brasil. Apesar das dificuldades, muitos guardam recursos e tentam enviar para seus compatriotas algum valor para auxiliar na sobrevivência daqueles no território venezuelano.

Por fim, em relação às remessas, há que se destacar que, com o maior tempo de permanência, há uma tendência de que esse tipo de envio diminua, já que, com a integração, os refugiados e imigrantes tendem a diminuir sua vinculação com o local de origem e planejam suas vidas e estratégias em um contexto em que a origem e as remessas para a Venezuela não são contempladas como fatores primordiais.

³⁵ Em geral, os refugiados e imigrantes não seguem o câmbio oficial, constituindo o câmbio paralelo o valor real para essas operações e que possui enorme variação, além de estar sujeito a situações em que não há oferta de papel-moeda – efetivo, na denominação utilizada pelos venezuelanos – para a realização da transação.

³⁶ Segundo modelo utilizado por Szermeta (2020), os períodos de integração de imigrantes podem ser divididos em: chegada ao Brasil, manutenção imediata, inserção e estabilidade.

4.1.2 Imposto sobre o rendimento

Seguindo também a metodologia proposta por Belapatiño et al. (2019), foi realizada uma estimativa da arrecadação do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) a partir dos rendimentos observados dos venezuelanos no Brasil em 2018. Para essa estimativa, foram considerados apenas os trabalhadores formais observados na RAIS.

Para cada vínculo, observamos a remuneração média nominal. Sendo assim, é possível classificar cada vínculo de acordo com a faixa do imposto de renda. Para estimar o total arrecadado com os venezuelanos em cada uma das cinco faixas, utilizamos a regra de tributação divulgada pelo Ministério da Economia (2020) de acordo com a seguinte fórmula:

$$IR = m [t (\sum_i^N y_i) - d \times N] \quad (2)$$

onde:

- m é o número de meses, convencionado em 13 por se tratar de vínculos formais de trabalho, tal como foi feito no caso do imposto sobre consumo;
- t é a alíquota do imposto de renda em uma determinada faixa. Foi utilizada a tabela progressiva disponibilizada pelo Ministério da Economia (2020), de modo que tal alíquota varia entre zero, 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%;
- y_i é a remuneração média nominal mensal de cada indivíduo i que está numa faixa que

possui N trabalhadores. Os valores foram obtidos na RAIS para vínculos de trabalhadores venezuelanos em 2018; e

- d é a parcela a deduzir relativa à faixa correspondente do imposto de renda, também disponibilizada pelo Ministério da Economia (2020).

Esse procedimento é feito para cada faixa separadamente. Depois, agrega-se o valor das cinco faixas. O cálculo gerou uma arrecadação de imposto de renda com os venezuelanos em 2018 de R\$ 38,4 milhões.

4.1.3 Contribuição previdenciária

Assim como o imposto de renda, cada trabalhador formal venezuelano também contribui com a previdência social brasileira. Diferentemente de Belapatiño et al. (2019), essa contribuição foi levada em consideração no cálculo para o caso brasileiro para a estimativa do saldo fiscal. Independente de eventuais diferenças entre os sistemas previdenciários do Peru e do Brasil, considera-se que tal contribuição é uma importante fonte de arrecadação para o Estado brasileiro a partir do trabalho dos refugiados e imigrantes, algo que não gera, ainda, uma contrapartida de despesa considerável, tendo em vista que a maioria dos venezuelanos chegou há pouco tempo no país e sequer tiveram tempo de contribuição suficiente para se tornarem elegíveis a benefícios previdenciários.

Para esta estimativa, a análise é separada em três casos: trabalhadores sob o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), trabalhadores sob o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), aplicável apenas a servidores públicos, e Microempreendedores Individuais (MEI). A soma da contribuição gerada por essas três formas foi estimada em R\$ 13,5 milhões. A seguir são detalhadas as premissas de cada caso.

Para o caso do RGPS, o cálculo segue uma estratégia semelhante ao que foi feito para o imposto de renda. Para cada faixa de contribuição do INSS, a arrecadação é calculada a partir da fórmula:

$$CP = m [c (\sum_i^N y_i)] \quad (3)$$

onde:

- m é o número de meses, convencionado em 13 por se tratar de vínculos formais de trabalho, tal

como foi feito no caso do imposto de renda;

- c é a alíquota da contribuição previdenciária em uma determinada faixa. Foi utilizada a tabela disponibilizada pelo INSS (2019), de modo que tal alíquota varia entre 8%, 9% e 11%; e
- y_i é a remuneração média nominal mensal de cada indivíduo i que está em uma faixa que possui N trabalhadores. Os valores foram obtidos na RAIS para vínculos de trabalhadores venezuelanos em 2018.

Tal como no caso do imposto de renda, esse procedimento é feito para cada faixa separadamente, agregando-se posteriormente o valor das faixas. O resultado da aplicação da equação 3 para o RGPS resultou em um valor de R\$ 12,6 milhões.

No caso do RPPS, a fórmula é exatamente a mesma, exceto pelo fato de que todos entram na mesma faixa, de 11%. Há apenas 15 venezuelanos na RAIS em 2018 com vínculo associado ao RPPS. Neste caso, o valor calculado de arrecadação com esses trabalhadores foi de R\$ 223 mil.

Por fim, no caso do MEI, foi obtido o quantitativo de microempreendedores individuais cadastrados no sistema do portal do empreendedor do governo federal (BRASIL, 2020) com nacionalidade venezuelana em 2018, totalizando 1.158. Foi feita a hipótese de que cada um desses microempreendedores fizeram a contribuição mínima mensal ao INSS (de R\$ 50,90 para o ano de 2018) ao longo dos 12 meses do ano, totalizando uma arrecadação de R\$ 707 mil.

4.1.4 Investimentos

Até aqui foram consideradas formas de arrecadação fiscal a partir do trabalho de venezuelanos no Brasil em 2018, que é o escopo definido por Belapatiño et al. (2019). No entanto, outra forma pela qual o Estado brasileiro arrecada com a atuação dos imigrantes é através de investimentos e aportes financeiros realizados no país. Apesar de ser uma parcela menor da receita fiscal obtida a partir dos imigrantes, é importante levá-la em consideração, tendo em vista que existem informações sobre o assunto disponíveis em registros administrativos do governo federal.

Neste caso, o cálculo consiste simplesmente em acessar a base de dados de autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros (MJSP, 2020) e recuperar, apenas para os venezuelanos em 2018,

o total de valores declarados de investimento no país para registros com a situação “deferido”. A soma desses investimentos foi de R\$ 3,1 milhões.

Dado que não se sabe exatamente o setor em que esses recursos foram investidos nem quantos empregos foram gerados, não é possível calcular de forma precisa os impostos que incidiram sobre cada etapa de aplicação desses recursos. Sendo assim, será adotada a hipótese simplificadora de que o governo arrecada, em média, o valor da carga tributária do país sobre tais investimentos. Esse valor, estimado em 33,58% para 2018 pelo Ministério da Economia (2019d), teria gerado de arrecadação para o setor público como um todo um valor de aproximadamente R\$ 1 milhão.

4.2 Despesas

Para as despesas do setor público brasileiro com os venezuelanos em 2018, foram consideradas estimativas em quatro principais áreas: despesas com saúde pública, educação pública, assistência social e sistema penitenciário. A soma dessas estimativas gerou uma despesa de R\$ 105,3 milhões

para o Estado brasileiro em 2018, sendo que a maior parte do gasto seria derivado de despesas com educação, um resultado semelhante ao de Belapatiño et al. (2019). A seguir, serão detalhadas as hipóteses por trás de cada estimativa.

4.2.1 Saúde pública

Os refugiados e imigrantes venezuelanos, tal como os cidadãos brasileiros, têm direito à utilização dos serviços públicos de saúde oferecidos através do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, é natural supor que, tendo em vista o elevado contingente de venezuelanos chegando pela fronteira com Roraima, isso implique em algum aumento de atendimentos na saúde pública brasileira.

A pergunta é: o quanto esse diferencial representa em termos de custo para o setor público? A maior dificuldade em responder essa pergunta é que as despesas públicas seguem o rito do processo orçamentário, o que faz com que sejam bastante rígidas, ao menos dentro do intervalo de um exercício financeiro. Além disso, nem todos os dados permitem identificar exatamente que um determinado atendimento foi feito para um cidadão de nacionalidade venezuelana, por exemplo.

Por essa razão, esta seção recorre a um conjunto de estimativas, partindo de determinadas hipóteses simplificadoras, para calcular um valor aproximado das despesas do Estado brasileiro com saúde pública para os refugiados e imigrantes venezuelanos em 2018. Foram utilizadas duas estimativas: o valor despendido em internações de venezuelanos obtido por meio do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIHSUS) do Ministério da Saúde (2019b) e uma aproximação do valor despendido em atendimentos

ambulatoriais de venezuelanos realizada a partir de dados do SIASUS do Ministério de Saúde (2019a).

Para as internações, os dados obtidos através do SIHSUS permitem identificar procedimentos hospitalares do SUS por local de internação com filtro de nacionalidade. Além da quantidade de atendimentos de venezuelanos no Brasil em 2018, a base fornece a informação do valor total autorizado para internações hospitalares (AIH)³⁷. Sendo assim, neste caso, consegue-se saber precisamente qual foi a parcela do orçamento destinada aos venezuelanos.

Segundo esses dados, de fato, a maior parte das internações de venezuelanos no Brasil, em 2018, ocorreu em Roraima: foram 4.766 das 5.006 no total, o que representa 95,2% das internações. Em termos de valores, o valor total foi de R\$ 3,5 milhões em Roraima e R\$ 3,7 milhões no Brasil, de modo que o percentual de Roraima é semelhante: 94,3%. Mesmo assim, esse valor é apenas 10,4% do total de gastos em internações do estado em 2018, de R\$ 33,9 milhões. Além disso, o valor médio por internação de venezuelanos no Brasil em 2018 foi de R\$ 745,02, consideravelmente inferior, portanto, ao valor médio das internações de pessoas de outras nacionalidades, incluindo os próprios brasileiros, de R\$ 1.278,71. Utilizamos, para o cálculo do saldo fiscal, o valor total para AIH de venezuelanos no Brasil, de R\$ 3,7 milhões.

³⁷ Segundo o Ministério da Saúde (2008a, p.4), trata-se do “valor referente às AIH aprovadas no período. Este valor não obrigatoriamente corresponde ao valor repassado ao estabelecimento, pois, dependendo da situação das unidades, estes recebem recursos orçamentários ou pode haver retenções e pagamentos de incentivos, não aqui apresentados. Portanto, este valor deve ser considerado como o valor aprovado da produção”.

Para os atendimentos ambulatoriais, não foi possível obter os dados especificamente para os venezuelanos. Por essa razão, foi necessário fazer uma aproximação a partir dos dados de valores totais aprovados para pagamento pelas Secretarias de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008b). A ideia dessa aproximação parte do pressuposto de que a grande maioria dos atendimentos deve ter ocorrido em Roraima – o que é factível considerando a análise dos dados de internação. Por essa razão, o acréscimo não usual de atendimentos em 2018 poderia ser atribuído, tudo mais constante, aos atendimentos de venezuelanos.

Sendo assim, foi feito o seguinte procedimento: a partir da série histórica mensal de valores aprovados de atendimentos de todos os estados, devidamente deflacionada pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período (IBGE, 2019d), obteve-se um índice de variação mensal agregado para a média dos estados brasileiros, exceto Roraima. Esse índice foi considerado como a “variação contrafactual” de Roraima ao longo do ano de 2018, ou seja, o que teria acontecido com Roraima se o seu comportamento seguisse a média do que ocorreu com os demais estados brasileiros. Essa aproximação é razoável, uma vez que, na série que vai de janeiro de 2008 a dezem-

bro de 2017, o coeficiente de correlação de Pearson entre a série de valores aprovados de Roraima e essa média dos demais estados foi de 0,61, sendo, portanto, positiva e significativa.

Uma vez obtendo os valores “contrafactuais” de Roraima para todos os meses de 2018, calculamos a diferença entre esses valores e o que efetivamente foi observado no estado ao longo do ano. À exceção dos meses de novembro e dezembro, todos os meses tiveram valores observados maiores do que os contrafactuais, o que sugere que, de fato, o que ocorreu em Roraima em 2018 foi relativamente atípico em relação ao resto do país. Essa diferença será atribuída, de forma hipotética, ao custo com os atendimentos de venezuelanos, tendo por suposto que essa seria uma sobrestimação. Como regra geral, se supusermos despesas públicas sobrestimadas, o efeito fiscal real dos refugiados e imigrantes tenderia a ser mais positivo, de modo que as estimativas aqui realizadas são conservadoras.

O valor final desse cálculo foi de R\$ 1,9 milhões. Somando-se ao valor da estimativa das internações, teríamos uma despesa pública total com saúde para os venezuelanos em 2018 de R\$ 5,6 milhões.

4.2.2 Educação pública

São muitos os refugiados e imigrantes venezuelanos que trazem toda a sua família para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Isso inclui crianças e adolescentes em idade escolar, muitas delas matriculadas no ensino público brasileiro,

seja na creche, pré-escola, ensino fundamental ou médio. Além disso, muitos venezuelanos buscam uma formação superior em alguma universidade pública no Brasil, seja uma graduação ou uma pós-graduação.

Por essa razão, uma das principais despesas que o Estado brasileiro tem com os refugiados e imigrantes é por meio da educação em seus diferentes níveis. Felizmente, o Brasil dispõe de estatísticas que permitem identificar praticamente todas as matrículas de venezuelanos, da creche à pós-graduação, o que permite gerar uma estimativa bastante precisa do gasto educacional.

A partir do censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), foi possível obter o total de matrículas de venezuelanos em 2018 na rede pública nos seguintes níveis: creche (181), pré-escola (1.194), ensino fundamental (anos iniciais e anos finais, totalizando 3.975), ensino médio (545), educação de jovens e adultos, educação especial e curso técnico (sendo que esses três níveis somados totalizaram 286)³⁸.

O custo anual por aluno da rede pública no Brasil foi obtido de formas distintas a depender do nível educacional. Para o ensino fundamental e o ensino médio, foi utilizado o relatório *Education at a Glance da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE, 2017), que estima, para 2014, o gasto total anual por aluno desses níveis no Brasil em US\$ 3.799 e US\$ 3.837 respectivamente. Esses valores foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio média de dezembro de 2014 (BCB, 2019) e trazidos a valores de 2018 utilizando a variação do IPCA no período (IBGE, 2019d).

Após este processo, foram obtidos os custos anuais por aluno de R\$ 12.595,86 para o ensino fundamen-

tal e R\$ 12.721,85 para o ensino médio. Multiplicando esses valores pelas matrículas mencionadas no parágrafo anterior, chegamos ao custo total do Estado brasileiro com venezuelanos matriculados no ensino público de R\$ 50,1 milhões para o ensino fundamental e R\$ 6,9 milhões para o ensino médio.

No caso da creche e da pré-escola, não foram encontrados valores diretamente comparáveis aos da OCDE (2017), mas foram obtidos os parâmetros de referência utilizados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2018d) para transferência de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Esses parâmetros são divulgados para todos os níveis educacionais e para todas as unidades da federação. Foram utilizados os valores de referência para Roraima – que são, respectivamente, R\$ 5.866,77 anuais por aluno na creche e R\$ 5.133,42 na pré-escola – tendo em vista que a maior parte dos venezuelanos se situa nessa localidade.

No entanto, como esses valores são bastante inferiores aos valores de referência internacional para o ensino médio e fundamental – o que se deve ao fato de que a educação no Brasil não é financiada apenas através do FUNDEB – esses valores foram re-escalonados proporcionalmente utilizando como base a comparação entre os valores do piso do FUNDEB para ensino médio e fundamental e os valores da OCDE (2017) mencionados acima. Com isso, obteve-se os valores de R\$ 14.395,27 para creche e R\$ 12.595,86 para pré-escola³⁹ por aluno

³⁸ Os venezuelanos matriculados nestes três últimos níveis já aparecem na contagem do ensino médio, de modo que não contabilizamos novamente no total de matrículas, que é de 5.895.

³⁹ Vale observar que este valor é exatamente igual ao utilizado para o ensino fundamental. Isso se deve ao fato de que a média do piso do FUNDEB do ensino fundamental para ambiente urbano entre anos finais e anos iniciais resulta em R\$ 5.133,42, isto é, exatamente o mesmo valor do piso para pré-escola. Logo, ao aplicar a regra de três, os valores finais coincidem para essas duas categorias.

em 2018. Multiplicando pela quantidade de matrículas, temos um custo total de R\$ 17,6 milhões com o ensino público infantil de venezuelanos em 2018, somando-se as matrículas de creche e pré-escola. Além da educação básica, foram feitas estimativas para o ensino superior. No caso da graduação, o censo da educação superior do INEP (2019c) permite identificar matrículas ativas de venezuelanos em 2018, que totalizaram 121. O custo por aluno anual no ensino superior no Brasil foi estimado pelo Ministério da Educação (PATRÍCIO, 2018) em R\$ 37.551 em 2016, o que, em valores de 2018, representa R\$ 40.105,74 anuais. Multiplicando este valor pela quantidade de matrículas, temos um custo total com venezuelanos matriculados em cursos de graduação em 2018 de R\$ 4,9 milhões.

Por fim, foi possível recuperar o número de matrículas de venezuelanos na pós-graduação pública no Brasil utilizando dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2019). Foram obtidos os seguintes números: 83 matrículas em cursos de mestrado e 95 em cursos de

doutorado. Para o custo médio por aluno, acrescentou-se, ao custo do ensino superior, o valor anual referente às bolsas de mestrado e doutorado então vigentes, totalizando, respectivamente, R\$ 58.105,74 e R\$ 71.233,74 anuais⁴⁰.

A hipótese por trás do acréscimo desses valores ao custo aluno do ensino superior se deve ao fato de que o custo com a estrutura da universidade e remuneração dos professores é similar no caso da graduação e pós-graduação, com a diferença que o Estado brasileiro arca com os custos da bolsa de estudo para a pós. Multiplicando-se as matrículas pela estimativa de custo anual, obteve-se um total de R\$ 11,6 milhões gastos em alunos venezuelanos da pós-graduação pública brasileira em 2018.

Somando-se os valores estimados em cada nível educacional, chegou-se ao custo total com educação pública dos venezuelanos no Brasil em 2018 de R\$ 91,1 milhões, o que faz com que essa seja a despesa mais relevante dentre todas que foram consideradas neste exercício.

4.2.3 Assistência social

Além das despesas com saúde e educação públicas, que constituem os principais gastos sociais do setor público brasileiro juntamente com a previdência social, o Estado brasileiro oferece aos refugiados e imigrantes venezuelanos a pos-

sibilidade de integração à sua rede de programas sociais. Por essa razão, foram incorporadas despesas com benefícios sociais direcionados aos venezuelanos, algo que vai além da metodologia proposta por Belapatiño et al. (2019).

⁴⁰ A bolsa de mestrado vigente em 2018 era de R\$ 1.500,00 mensais, enquanto que a de doutorado era de R\$ 2.200,00. No caso do doutorado, incorporou-se ainda o valor da taxa de bancada, de R\$ 394,00 mensais.

Foram obtidos dados de dois dos principais programas sociais do Estado brasileiro: o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Como não foi possível acessar tais informações com o recorte específico para os venezuelanos diretamente a partir das bases públicas como o CadÚnico do Ministério da Cidadania (2019c), foi submetido um pedido junto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) no dia 28 de novembro de 2019, amparado pela Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011).

O pedido foi respondido no dia 17 de dezembro de 2019 com as seguintes informações: o número mensal de beneficiários venezuelanos (famílias e pessoas) do PBF no Brasil entre janeiro de 2017 e novembro de 2019, o valor total mensal gasto no pagamento desses benefícios, a quantidade de BPC ativos de venezuelanos em outubro de 2019 com ano de concessão 2017, 2018 ou 2019 e o valor total pago desses benefícios.

Para a estimativa do impacto fiscal, foi considerada a soma dos valores mensais do PBF para o ano de 2018. Os valores foram devidamente deflacionados para o mês de referência de dezembro de 2018 (IBGE, 2019d), totalizando R\$ 4,2 milhões. A título de ilustração, em dezembro de 2018, havia 4.082 famílias venezuelanas (6.479 pessoas) recebendo o benefício, enquanto que, em janeiro de 2018, eram apenas 758 famílias (1.278 pessoas). O benefício médio por venezuelano em 2018 foi de R\$ 91,58 mensais.

Agregou-se a essa estimativa o total de despesas com o BPC de venezuelanos ativos no sistema em outubro de 2019 que tiveram o benefício concedido

de 2017 até este mês. Não foi possível, neste caso, isolar apenas o montante de benefícios pagos em 2018. Por essa razão, optou-se por utilizar o valor total obtido através do pedido ao e-SIC, que foi de R\$ 1,5 milhão distribuídos para 160 beneficiários. Somando-se os valores do PBF e do BPC, tem-se um total de despesas com benefícios sociais para venezuelanos de R\$ 5,7 milhões.

É importante destacar que não foram considerados gastos com benefícios previdenciários e outros tipos de auxílio fornecidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Há duas justificativas principais para isso. A primeira, relativa especificamente à aposentadoria, é que o valor despendido pelo Estado brasileiro nesse tipo de benefício para venezuelanos é, provavelmente, irrisório e fornecido para pessoas que já se encontram há bastante tempo no país. As recentes levadas de venezuelanos não teriam tempo de contribuição suficiente para se tornarem elegíveis para tais benefícios. A segunda razão é que essas informações também foram solicitadas via e-SIC, mas a autoridade responsável respondeu dizendo que não é possível obter a informação de nacionalidade na base de dados desses benefícios. Ainda que existam evidências anedóticas de que alguns benefícios como auxílio-doença e licença-maternidade tenham sido fornecidos para venezuelanos, entende-se que tais despesas devem compor um montante muito pouco significativo, de modo que sua ausência não altera de forma expressiva o resultado das estimativas.

4.2.4 Sistema penitenciário

Além dos gastos em saúde, educação e assistência social, foi considerada também a dimensão do sistema penitenciário, tendo em vista que alguns imigrantes e refugiados venezuelanos encontram-se em estado de privação de liberdade, o que acaba gerando custos para sua manutenção no sistema penitenciário.

Em uma lógica semelhante à que foi implementada para as despesas com educação, este gasto foi estimado a partir da multiplicação de um custo médio mensal por preso no Brasil pela quantidade

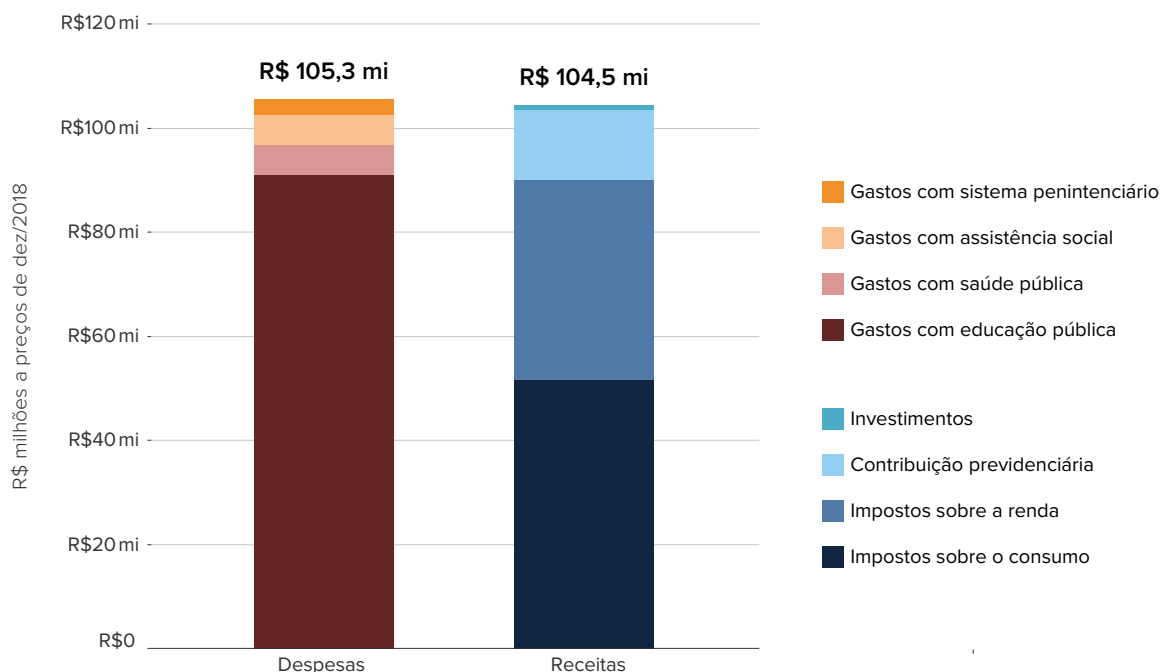
de venezuelanos em privação de liberdade no país para o ano de 2018. O custo mensal médio utilizado foi de R\$ 2.400,00 em 2017, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) citado por Ferreira e Santiago (2018). Este valor foi trazido a preços de 2018 utilizando a variação do IPCA. Para a quantidade de presos, foi utilizado o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP) do CNJ (2018), que registrou 98 venezuelanos no sistema penitenciário no Brasil em 2018. O resultado foi um custo total anual de R\$ 2,9 milhões.

4.3 Saldo fiscal

Com base nas estimativas apresentadas nas seções 4.1 e 4.2, foram agregados os valores do lado da receita e do lado da despesa, totalizando, respectivamente, R\$ 104,52 milhões e R\$ 105,33 milhões, como mostra a **Figura 40**. Isso implica em uma diferença – o saldo fiscal dos venezuela-

nos no Brasil em 2018 – de - R\$ 810,9 mil. Apesar de negativo, trata-se de um valor irrisório para a ordem de grandeza dos cofres públicos, sobretudo ao se levar em consideração o tamanho do orçamento público brasileiro em todas as suas esferas – federal, estadual e municipal.

Figura 40. Resultado consolidado das estimativas de receita e despesa do Estado brasileiro com imigrantes venezuelanos, 2018



Fonte: elaboração própria.

Poderíamos dizer que esse resultado indica que o resultado da presença venezuelana para o Brasil é, em termos fiscais, praticamente nulo, ou seja, eles contribuem para o Estado em uma medida muito semelhante ao que o Estado despense em serviços públicos direcionados para essa população.

O resultado afasta, nesse sentido, a ideia de que o impacto fiscal dos venezuelanos seria predominantemente negativo, uma vez que a ordem de grandeza de receitas e despesas é semelhante. Dado que o exercício é baseado em uma série de estimativas e hipóteses simplificadoras, é natural que exista uma margem de erro desses valores (para mais ou para menos), o que não nos permite afirmar de forma categórica que o saldo fiscal é negativo. Todavia, o exercício serviu ao

propósito de relevar que as despesas são em larga medida compensadas pelas receitas geradas.

Há que se destacar ainda que, conforme pôde ser observado anteriormente, as remessas ao exterior dos venezuelanos podem ser, na prática, ainda menores do que as estimativas utilizadas aqui. Por essa razão, é possível considerar cenários alternativos em que a receita seria ainda maior, tornando o saldo positivo.

O exercício possui, naturalmente, uma série de limitações. Nem todos os dados que capturam de forma precisa cada rubrica analisada estavam disponíveis. Além disso, provavelmente não foram contempladas todas as receitas e todas as despesas geradas pe-

los imigrantes e refugiados. Ainda, o exercício considerou apenas formas diretas de geração de receitas e despesas, sem levar em conta, por exemplo, que uma eventual melhora da atividade econômica gera, indiretamente, aumento da arrecadação. Ademais, o exercício aborda o setor público sem levar em conta possíveis questões distributivas sobre como receitas e despesas são apuradas pelos entes da federação - a União, os estados e os municípios. Por fim, o exercício se restringe ao ano de 2018, quando, na verdade, o impacto dos fluxos já era sentido antes e certamente passou a ser mais relevante ainda em 2019.

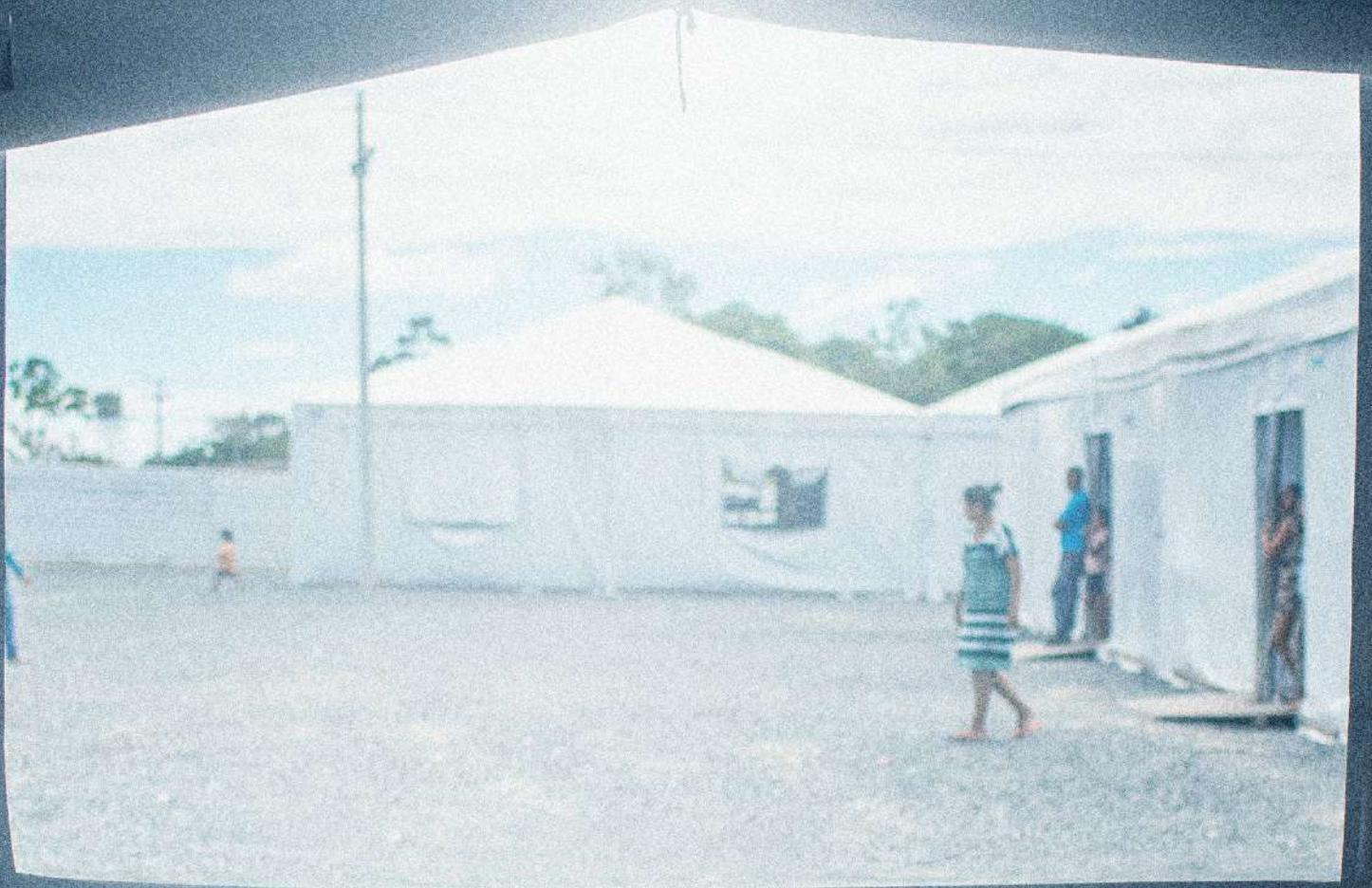
Além disso, é importante enfatizar que o estudo não se propõe a analisar questões emergenciais relacionadas à resposta governamental aos fluxos migratórios. As receitas e despesas estimadas podem ser entendidas como “correntes”. É nesse sentido que se afirma que o exercício tem uma perspectiva de médio/ longo prazo e não de curto prazo.

Se fossemos contemplar na estimativa o custo total da Operação Acolhida até o momento – que, como demonstrado anteriormente, passa dos R\$ 500 milhões –, seria necessário também incorporar uma perspectiva mais ampla sobre que tipo de fluxo de benefícios esse custo geraria no futuro, seja a partir da interiorização dos refugiados e imigrantes e seus efeitos indiretos, seja pelo custo de oportunidade em não agir diante do aumento dos fluxos, ou ainda pelo efeito multiplicador fiscal dessas despesas.

Ademais, com o tempo, os venezuelanos interiorizados tendem a ampliar sua contribuição, enquanto os custos com a resposta de curto prazo tendem a cair, o que justifica ações emergenciais desse tipo. O fato do saldo ter sido praticamente nulo em um ano crucial do ponto de vista da emergência da situação pode ser

visto como um resultado positivo, tendo em vista que, em uma perspectiva dinâmica, as receitas tendem a crescer mais do que as despesas se a integração dos imigrantes e refugiados venezuelanos na sociedade brasileira for satisfatória.

Tendo isso em vista, entende-se que o resultado contribui para o debate, principalmente trazendo à tona a preocupação de levantar dados sobre as receitas geradas pelos venezuelanos, em um contexto em que as despesas são muito mais mencionadas no debate público. Espera-se que tal exercício possa reverberar em aprimoramentos e atualizações no futuro, permitindo aferir de forma cada vez mais precisa o saldo de contribuições e despesas advindas dos imigrantes e refugiados para o Estado brasileiro.



5. Considerações finais

Este relatório buscou trazer à tona evidências relacionadas ao comportamento de indicadores socioeconômicos de Roraima diante dos novos fluxos migratórios venezuelanos. Tais evidências originaram-se da análise exploratória e minuciosa de um grande conjunto de banco de dados oficiais complementada pela observação direta no campo, por revisões bibliográficas e por entrevistas com atores-chave.

Os resultados vão na linha de desmistificar a ideia de que os efeitos de fluxos massivos e repentinos de imigração sobre o país de destino sejam unidirecionais e predominantemente negativos. A análise indica que as mudanças negativas observadas não são de uma ordem de magnitude completamente fora do comum, além de chamar a atenção para possíveis evidências de efeitos positivos – em sua maioria indiretos –, dos fluxos venezuelanos em Roraima.

Espera-se que os resultados aqui apresentados sejam escrutinados pela sociedade e, principalmente, absorvidos pelo debate público, que precisa ser qualificado quanto à real dimensão da realidade de Roraima após a intensificação do fluxo venezuelano. Mais do que isso, espera-se que as evidências apresentadas possam servir para, em alguma medida, balizar e subsidiar políticas públicas voltadas ao atendimento da população refugiada e imigrante.

Tendo isso em vista, busca-se traçar algumas diretrizes. Em primeiro lugar, é inegável que a economia de Roraima não possui uma estrutura adequada para lidar, sozinha, com todo o fluxo venezuelano. Não há possibilidade de alocação de todos os refugiados e imigrantes no mercado de trabalho local, tendo em vista que a economia é fracamente diversificada. Por essa razão, as ações de interiorização precisam ser intensificadas para acompanhar o ritmo da entrada de venezuelanos no país. Mas não só isso: é necessário promover o monitoramento dessa população depois da reemigração, levantando informações que permitam monitorar, acompanhar e avaliar sua situação socioeconômica.

Além disso, é necessário fomentar a articulação com os novos municípios de destino para pensar políticas públicas voltadas à plena integração dos refugiados e imigrantes. Utilizando os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do IBGE (2019h), dos 184 municípios que haviam recebido venezuelanos a partir dessa política até agosto de 2019, apenas 55 (29,9%) possuíam pelo menos um dos instrumentos de gestão migratória municipal mapeados. Em particular, apenas 15 (8,2%) desses possuíam centro de apoio a migrantes e refugiados e apenas 6 (3,3%) desses possuíam atendimento multilíngue. É necessário então que haja maior articulação entre a política operacionalizada pelo governo federal – juntamente com instituições internacionais – com as es-

truturas municipais, de modo a promover a plena integração social e econômica dos refugiados e imigrantes no seu novo local de destino.

No que se refere à integração de venezuelanos, que deveria ser o foco principal de atuação das políticas públicas, destaca-se que o modelo de integração clássico desenvolvido por Kuhlman (1991) chama a atenção para o ganho geral e o aumento das receitas advindos da imigração. Entretanto, para que isso seja dinamizado, o próprio estudo de Kuhlman, assim como o de Ager e Strang (2004), ressaltam que, para que esses e outros fatores tenham maior capacidade de intervir na vida dos refugiados e imigrantes e do local de destino, devem vir acompanhados por uma série de ações que envolvem aspectos que ultrapassam elementos apenas emergenciais. Dessa forma, os processos descritos aqui podem subsidiar ações pelo desenvolvimento de novas medidas e propostas focadas na integração dos venezuelanos, ultrapassando a fase atual de ações desenvolvidas e dirigindo o processo de desenvolvimento que esses fluxos possibilitaram para Roraima.

O fato de os fluxos migratórios trazerem, primordialmente, pessoas em idade ativa, com parte expressiva delas com nível médio e superior completo, favorece a oferta de força de trabalho, sem os custos da formação escolar. Contudo, também seria necessário contar com uma estrutura econômica que pudesse aproveitar melhor as potencialidades proporcionadas pelos fluxos migratórios, identificando de forma clara as competências desses refugiados e imigrantes e proporcionando uma alocação satisfatória no mercado de trabalho.

Como visto na análise dos dados de educação, é necessário ampliar o acesso dos venezuelanos aos programas de qualificação profissional e cursos técnicos, sobretudo devido à dificuldade de regularização da formação pretérita desses indivíduos. Esse tipo de política deveria ser visto como estratégico para se aproveitar melhor as potencialidades dos venezuelanos.

Com relação à rede de proteção social fornecida pelo governo, foram revelados indícios de que a população refugiada e imigrante não faz uso da rede de CRAS e CREAS. Uma hipótese plausível para isso seria o possível desconhecimento por parte dos venezuelanos da existência e do tipo de assistência oferecida por esses equipamentos públicos. Nesse sentido, como os venezuelanos, em grande medida, se enquadram como população vulnerável, as autoridades locais poderiam colocar as estruturas disponíveis à disposição para mitigar o problema.

Por fim, cabe destacar que há quase unanimidade de que o fluxo venezuelano deve continuar nos próximos anos e a maioria dos atores está se preparando ou está preparada para um eventual acréscimo desse contingente. Isso significa que, tanto os indícios de pressão para aumento de oferta de serviços públicos e inserção no mercado de trabalho, quanto os indícios de melhora da atividade econômica em decorrência da resposta a essa realidade, devem perdurar nos próximos anos, e, possivelmente, ser ampliados. O bom aproveitamento do potencial gerado pelos refugiados e imigrantes venezuelanos depende, contudo, de políticas públicas que promovam a sua integração de forma eficaz no mercado de trabalho e na sociedade brasileira.





Referências

AGÊNCIA BRASIL. **ONU elogia Brasil por reconhecer venezuelanos como refugiados**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-07/onu-elogia-brasil-por-reconhecer-venezuelanos-como-refugiados>. Acesso em: 15 set. 2019.

AGER, A; STRANG, A. **Indicators of Integration: Final Report**. Home Office Development and Practice Report 28, 2004, London Home Officer.

ALMEIDA, V.; DIVINO, J. A.; GADELHA, S. R. de B.; MARANHÃO, A. Alíquotas tributárias efetivas médias para a economia Brasileira: uma abordagem macroeconômica. **Revista Brasileira de Economia**, v. 71, n. 2, p. 153-175, 2017.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS - ACNUR. **Venezuela Situation**. [2019]. Disponível em: <https://www.unhcr.org/venezuela-emergency.html>. Acesso em 16 dez. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS)** - Módulo Público. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 11 out. 2019.

BELAPATÍÑO, V.; GRIPPA, F.; MENDOZA, I.; PEREA, H.; VEGA, H. **Inmigración venezolana a Perú: características e impactos macroeconómicos**. BBVA Re-

search, outubro, 2019. Disponível em: <https://www.bbvaresearch.com/publicaciones/inmigracion-venezolana-a-peru-caracteristicas-e-impactos-macroeconomicos/>. Acesso em 06 jan. 2020.

BOA VISTA. **Boa Vista Transparente**. Controladoria Geral do Município, 2020. Disponível em: <http://transparencia.boavista.rr.gov.br/>. Acesso em 23 jan. 2020.

_____. **Lei Complementar nº 1.223 de 29 dez. 2009: Aprova o novo Código Tributário do Município de Boa Vista e dá outras providências**. Boa Vista: Prefeitura Municipal, [2009]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=173360>. Acesso em 14 out. 2019.

BORJAS, G.J. The wage impact of the Marielitos: a reappraisal. **Industrial and Labor Relations Review**, v. 70, n.5, p. 1077–1110, 2017.

BRASIL. **Portal do empreendedor – estatísticas**. Brasília: governo federal, 2020a. Disponível em: <https://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>. Acesso em 10 dez. 2019.

_____. **Operação Acolhida**. Brasília: governo federal, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/>. Acesso em 26 jan. 2020.

_____. **Decreto nº 9.709 de 13 fev. 2019: Reabre, em favor do Ministério da Defesa, crédito extraordinário, no valor de R\$ 14.063.959,00, aberto**

pela Medida Provisória nº 857, de 20 de novembro de 2018. Brasília: governo federal, 2019a. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/63364088. Acesso em 07 out. 2019.

_____. **Medida Provisória nº 880, de 30 abr. 2019:** Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 223.853.000,00, para os fins que especifica. Brasília: governo federal, 2019b. Disponível em: <https://www.congressional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/136530>. Acesso em 07 out. 2019.

_____. **Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018:** Dispõe sobre a concessão de autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e países associados, a fim atender a interesses da política migratória nacional. Brasília: Ministério da Justiça, 2018a. Disponível em: https://lex.com.br/legis_27624738_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_9_DE_14_DE_MARCO_DE_2018.aspx. Acesso em: 08 jan. 2020.

_____. **Medida Provisória nº 820, de 15 fev. 2018:** Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Brasília: governo federal, 2018b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm. Acesso em 08 jan. 2020.

_____. **Lei nº 13.684, de 21 jun. 2018:** Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para aco-

lhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Brasília: governo federal, 2018c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm. Acesso em 08 jan. 2020.

_____. **Portaria Interministerial nº 7, de 28 de dezembro de 2018:** Estabelece os parâmetros operacionais para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no exercício de 2019. Brasília: governo federal, 2018d. Disponível em: http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57492847/do1-2018-12-31-portaria-interministerial-n-7-de-28-de-dezembro-de-2018-57492698. Acesso em 09 jan. 2020.

_____. **Medida Provisória nº 823, de 12 mar. 2018:** abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 190.000.000,00, para os fins que especifica. Brasília: governo federal, 2018e. Disponível em: <https://www.congressional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/132477>. Acesso em 07 out. 2019.

_____. **Medida Provisória nº 857, de 21 nov. 2018:** abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 75.280.000,00, para os fins que especifica. Brasília: governo federal, 2018f. Disponível em: <https://www.congressional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/134632>. Acesso em 07 out. 2019.

_____. **Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017:** Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Brasília: Presidência

da República, 2017a. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/522434860/decreto-9199-17>. Acesso em: 08 jan. 2020.

_____. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017:** Institui a Lei de Migração. Brasília: Presidência da República, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 08 jan. 2020.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011:** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 mar. 1964:** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília: governo federal, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em 16 out. 2019.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T. A caminho da conclusão: meia década de novos fluxos migratórios no Brasil. In Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Araujo, D. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.** Relatório Anual 2016. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016.

CASA CIVIL. **Relatório Trimestral do Comitê Federal de Assistência Emergencial.** Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/20180621_relatorio-trimestral-final-consolidado.pdf/view. Acesso em: 24 out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0:** Cadastro Nacional de Presos, Conselho Nacional de Justiça, Brasília, agosto de 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/57412abdb54eba909b3e1819fc4c3ef4.pdf>. Acesso em 26 jan. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Discentes da Pós-Graduação stricto sensu do Brasil.** Brasília, 2019. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/coleta-de-dados-discentes-da-pos-graduacao-stricto-sensu-do-brasil-2017>. Acesso em 09 jan. 2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – DPF. **Sistema de Tráfego Internacional (STI).** Brasília, 2020a. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados>. Acesso em: 06 jan. 2020.

_____. **Sistema de Tráfego Internacional – Módulo de Alertas e Restrições (STI-MAR).** Brasília, 2020b. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados>. Acesso em: 06 jan. 2020.

_____. **Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra).** Brasília, 2019. Disponível em:

<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados>. Acesso em: 15 set. 2019.

DICK, P. C.; FURTADO, A. J.; OLIVEIRA, A. T. R. Mapeamento das bases de dados sobre migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio no mercado de trabalho formal. In: Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Macedo, M. **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil**. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

DUSTMANN, C.; SCHÖNBERG, U.; STUHLER, J. The impact of immigration: why do studies reach such different results? **Journal of Economic Perspectives**, v.30, n.4, p. 31–56, 2016.

ELLISON, G.; GLAESER, E. L. Geographic concentration in US manufacturing industries: a dashboard approach. **Journal of Political Economy**, v. 105, n. 5, p. 889-927, 1997.

ENSSLIN, Leonardo. **O design na pesquisa qualitativa em engenharia de produção – questões epistemológicas**. Revista Produção Online. Vol. 8, n. 1. Março de 2008.

FERREIRA, C.L.L.; SANTIAGO, N.E.A. O custo do encarceramento no Brasil sob a ótica da análise econômica do Direito. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, v.11, n.1, p.201-216, 2018.

FRIEDBERG, R.; HUNT, J. The Impact of Immigrants on Host Country Wages, Employment and Growth. **Journal of Economic Perspectives**, v.9, n.2, p. 23–44, 1995.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI. **World Economic Outlook 2019: Growth Slowdown, Precarious Recovery**. International Monetary Fund: Washington, DC, 2019.

G1. **Sem nenhum garimpo legal, RR exportou 771 kg de ouro em 3 anos**; vendas dobraram nos últimos 2 meses. Boa Vista, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/mapeamento-aponta-que-25-mil-venezuelanos-vivem-em-boavista-diz-prefeitura.ghtml>. Acesso em 08 jan. 2020.

_____. **Mapeamento aponta que 25 mil venezuelanos vivem em Boa Vista, diz prefeitura**. Boa Vista, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/12/07/sem-nenhum-garimpo-legal-rr-exportou-771-kg-de-ouro-em-3-anos-vendas-dobraram-nos-ultimos-2-meses.ghtml>. Acesso em 15 jan. 2020.

GRUDTNER, V.; ARAGON, E. K. S. B. Multiplicador dos Gastos do Governo em Períodos de Expansão e Recessão: Evidências Empíricas para o Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v.71, n.3, p.321-345.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Bookman Editora, 2009.

HERFINDAHL, O.C. **Concentration in the U.S. Steel Industry**. Unpublished doctoral dissertation, Columbia University, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Continua Trimestral: Tabela 4093 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade**,

total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis, por sexo. [2019a]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4093>. Acesso em 10 out. 2019.

_____. **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2019:** [notas metodológicas]. 2019b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 19 set. 2019.

_____. **Contas Nacionais 2017.** 2019c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>. Acesso em: 08 jan. 2020.

_____. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA:** Séries históricas. [2019d]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=downloads>. Acesso em 09 jan. 2020.

_____. **Pesquisa Mensal de Serviços - PMS:** Tabela 6442 - Índice e variação da receita nominal e do volume de serviços. [2019e]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6442>. Acesso em 10 out. 2019.

_____. **Pesquisa Mensal de Comércio - PMC.** In: Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2019f. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3416>. Acesso em 08 out. 2019.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais - SIS.** Rio de Janeiro, 2019g. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 14 jan. 2020.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC.** Rio de Janeiro, 2019h. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 16 jan. 2020.

_____. **Projeções da População do Brasil e unidades da federação por sexo e idade: 2010-2060 (revisão 2018).** Rio de Janeiro, 2018a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 18 set. 2019.

_____. **Produção Agrícola Municipal - PAM.** Rio de Janeiro, 2018b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 21 out. 2019.

_____. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS.** In: Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2018c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/tabelas>. Acesso em: 21 out. 2019.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal - PPM.** In: Sidra: Sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2018d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas/brasil/2018>. Acesso em: 21 out. 2019.

_____. **Sistema de Contas Regionais - SCR,** 2016a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-dobrasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 22 out. 2019.

_____. **Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Especial. Indicadores IBGE, 2016b. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_201201_201603_trimestre_novos_indicadores.pdf. Acesso em 18 out. 2019.

_____. **Censo Demográfico 2010.** [2010]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/22827-censo-2020-censo4.html>. Acesso em 10 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO – IBPT. **Sonegação Fiscal das Empresas.** Publicado em 13 fev. 2019. Disponível em: <https://ibpt.com.br/noticia/2747/SONEGACAO-FISCAL-DAS-EMPRESAS>. Acesso em 07 jan. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica.** Brasília, 2019a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 19 out. 2019.

_____. **Censo Escolar.** Brasília, 2019b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: 25 out. 2019.

_____. **Censo da Educação Superior.** Brasília, 2019c. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 09 jan. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. **Tabela de contribuição mensal.** Publica-

do em 18 jan. 2019. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/calculo-da-guia-da-previdencia-social-gps/tabela-de-contribuicao-mensal/>. Acesso em: 07 jan. 2020.

IORIO, Juliana; PEIXOTO, João. **Crise, imigração e mercado de trabalho em Portugal:** retorno, regulação ou resistência. Lisboa: Princípi, 2011.

KUHLMAN, T. The Economic Integration of Refugees in Developing Countries: A Research Model. **Journal of Refugee Studies**, Volume 4, Issue 1, 1991, Pages 1–20.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES JÚNIOR, L.S. e OLIVEIRA, C.A. As elasticidades de curto e longo prazos do ICMS no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p.363-382, set. 2015. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/download/3512/3583>. Acesso em 11 out. 2019.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Atendimento CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).** Brasília, 2019a. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/painel.php?d=81>; Acesso em: 19 out. 2019.

_____. **Atendimento CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).** Brasília, 2019b. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/painel.php?d=83>. Acesso em: 19 out. 2019.

_____. **Cadastro Único - Famílias/Pessoas por faixas de renda per capita,** Brasília, 16 ago. 2019,

2019c. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/cadastro-unico-familias-pessoas-cadastradas-por-faixas-de-renda>. Acesso em: 01 out. 2019.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Receita Federal - Subsecretaria de Tributação e Contencioso. **IRPF (Imposto sobre a renda das pessoas físicas)**. Brasília: governo federal, [2020]. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/aceso-rapido/tributos/irpf-imposto-de-renda-pessoa-fisica>. Acesso em 07 jan. 2020.

_____. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**, Brasília, 2019a. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 24 out. 2019.

_____. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**, Brasília, 2019b. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 24 out. 2019.

_____. **Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)**, Brasília, 2019c. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/carteira-de-trabalho-e-previdencia-social-ctps/estatisticas-ctps/>. Acesso em: 24 out. 2019.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Estimativa da Carga Tributária Bruta no Brasil - 2018**. Brasília: governo federal, [2019d]. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documentos/10180/476865/Boletim_CTB_2018.pdf/dfb14303-a1de-4510-9c28-077d7af6ab27. Acesso em 07 jan. 2020.

_____. Secretaria de Comércio Exterior. **Base de dados do Comex Stat**. Brasília: governo federal, [2019e]. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/> Acesso em 04 out. 2019

_____. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)** - Consulta Finbra Contas Anuais. Brasília: governo federal, [2019f] Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf. Acesso em 14 out. 2019.

_____. Secretaria de Orçamento Federal (SOF). **Manual Técnico de Orçamento - MTO**. Edição 2020 (4ª Versão), 30 jul. 2019. Brasília: governo federal, [2019g] Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2020:mto2020-versao4.pdf>. Acesso em 16 out. 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - MJSP. **Base de dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL) e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg)**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados>. Acesso em: 07 jan. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Produção Ambulatorial do SUS (SIASUS)**. Brasília, 2019a. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sia/cnv/qabr.def;>. Acesso em: 19 out. 2019.

_____. **Morbidade Hospitalar do SUS (SIHSUS)**. Brasília, 2019b. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sih/cnv/nibr.def;>. Acesso em: 19 out. 2019.

_____. **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)**. Brasília, 2019c. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?a-re=0205&id=6936>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. **Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)**. Brasília, 2019d. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=6937&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/obt10>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. **Procedimentos Hospitalares do SUS por local de internação – a partir de 2008 – Notas Técnicas**. Brasília, 2008a. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sih/Proced_hosp_loc_int_2008.pdf. Acesso em: 09 jan. 2020.

_____. **Produção Ambulatorial do SUS por local de atendimento – a partir de 2008 – Notas Técnicas**. Brasília, 2008b. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sia/Prod_amb_loc_atend_2008.pdf. Acesso em: 09 jan. 2020.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS - OBMIGRA. **Base de dados harmonizadas CTPS/RAIS/CAGED**, 2019. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401201-base-de-dados-harmonizadas-ctps-rais-caged>. Acesso em 29 out. 2019.

OLIVEIRA, A. T. R. de Los impactos de la migración venezolana en Brasil: crisis humanitaria, desinformación y los aspectos normativos. In: Blouin et al (Orgs.) **“Después de la Llegada: realidades de la migración venezolana”**. Lima: Ed. Themis, 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES - OIM. Subcomitê Federal de Interiorização. **Deslocamentos assistidos de venezuelanos - Informe de Interiorização - Outubro de 2019**. Brasil, 2019a.

_____. Subcomitê Federal de Interiorização. **Deslocamentos assistidos de venezuelanos - Informe de Interiorização - Setembro de 2019**. Brasil, 2019b. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/default/files/Publications/Informe%20de%20Interioriza%C3%A7%C3%A3o%20-%20Setembro%20de%202019.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

_____. BRASIL - Estratégia de Interiorização dos Venezuelanos. **Relatório dos Movimentos assistidos pela OIM**. Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/interiorizacao-relatorio-cumulativo-22novembro2018.pdf/view>. Acesso em: 24 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Education at a Glance 2017: OECD Indicators**. OECD Publishing, Paris, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2017/relatorio_education_at_a_glance_2017.pdf. Acesso em 09 jan. 2020.

PATRÍCIO, L.O. **Apuração do custo das Universidades Federais, e sua relação com os respectivos quantitativos de alunos**. Nota Técnica MEC/SE nº 4/2018. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria Executiva, 2018. Disponível em: http://www.forplad.andifes.org.br/sites/default/files/forplad/comissaoplanejamento/NT_04-2018_e_anexos_-_apura%C3%A7%C3%A3o_do_custo_das_universidades.pdf. Acesso em 09 jan. 2020.

PERI, G.; YASENOV, V. The Labor Market Effects of a Refugee Wave: Synthetic Control Method Meets the Mariel Boatlift. **Journal of Human Resources**, v.54, n.2, p. 267–309, 2019.

RAZIN, A.; SADKA, E.; SUWANKIRI, B. **Migration and the Welfare State: A Dynamic Political-Economy Theory**. NBER Working Paper, n.15597, December 2009.

RORAIMA. **Decreto nº 4.335 de 03 ago.** 2001: consolidação e regulamentação da legislação pertinente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, atualizado até 24 set. 2019. Boa Vista: Governo do Estado, [2019]. Disponível em: <https://www.sefaz.rr.gov.br/index.php/legislacao>. Acesso em 11 out. 2019.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SENADO FEDERAL. **SIGA Brasil**. Brasília: Senado, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>. Acesso em 25 out. 2019.

SIMÕES, G. F. (org). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017. 112 p.

SIMÕES, A.; CAVALCANTI, L.; PEREDA, L. Movimentação do trabalhador migrante no mercado de trabalho formal, In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2019. Série Migrações, Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública / Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. **Ação Cível Originária 3121**: Autor: Estado de Roraima; Ré:

União; Relatora: Ministra Rosa Weber. [2018]. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5437155>. Acesso em 15 jan. 2020.

SZERMETA, I.S.O. **O processo de integração dos refugiados na comunidade anfitriã**: estudo com migrantes venezuelanos [Dissertação de mestrado]. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), 2020, 120p.

THE GUARDIAN. **‘Like a bomb going off’: why Brazil’s largest reserve is facing destruction**. Londres, 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2020/jan/13/like-a-bomb-going-off-why-brazils-largest-reserve-is-facing-destruction-aoe>. Acesso em 15 jan. 2020.

UCAB-USB-UCV (2018). **Encuesta Condiciones de Vida 2017**. Disponível em: <https://www.ucab.edu.ve/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/ENCO-VI-2017-presentaci%C3%B3n-para-difundir-.pdf>. Acesso em 24 set. 2019. Universidad Catolica Andres Bello (UCAB), Universidad Simon Bolivar (USB) and Universidad Central de Venezuela (UCV).

Apêndices

Apêndice I – Notas metodológicas

Esse apêndice apresenta alguns aspectos metodológicos por trás dos resultados apresentados neste trabalho. Ele está dividido entre notas sobre métodos quantitativos e métodos qualitativos

que foram empregados para a pesquisa. Vale destacar que as hipóteses e cálculos realizados para a estimativa do saldo fiscal se encontram na própria **Seção 4** do documento.

I.1 Pesquisas quantitativas

Aqui são apresentadas algumas metodologias empregadas para a análise quantitativa. Além de análises descritivas e exploratórias que são explicadas ao longo do documento, destacamos 1) a seleção de uma amostra de estados semelhantes a Roraima para comparação utilizando a minimização da distância euclidiana relativa a uma série de indicadores para o período pré-intensificação dos fluxos; 2) o pareamento das bases de dados

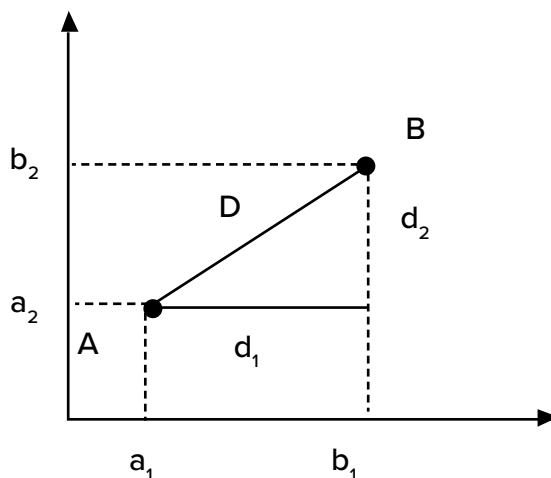
CTPS, CAGED e RAIS para a análise da inserção dos venezuelanos no mercado formal de trabalho brasileiro; 3) o deflacionamento de variáveis monetárias para permitir comparabilidade no tempo; e 4) o cálculo do Índice de Herfindahl para medir o grau de diversificação da uma economia com base nos vínculos no mercado formal de trabalho por setor de atividade econômica.

I.1.1 Seleção de amostra de estados semelhantes a Roraima

O Teorema de Pitágoras é amplamente utilizado para o cálculo do comprimento do lado de um triângulo retângulo: se são conhecidos os comprimentos de dois dos lados, o terceiro pode ser calculado de maneira simples através desse teorema. Com base nessa ideia e considerando que

o caminho mais curto entre eles é uma reta, tornou-se possível calcular a distância entre quaisquer pontos no espaço, desde que sejam conhecidas suas coordenadas. Sendo assim, temos os pontos A e B, representados na **Figura 41**:

Figura 41. Representação esquemática da distância euclidiana



Fonte: elaboração própria.

Considerando que D é a menor reta traçada entre A e B e, portanto, é a distância de interesse, através do Teorema de Pitágoras, tem-se que:

$$D^2 = d_1^2 + d_2^2$$

Porém, nota-se que:

$$d_1^2 = (b_1 - a_1)^2$$

$$d_2^2 = (b_2 - a_2)^2$$

Logo, tem-se que:

$$D^2 = (b_1 - a_1)^2 + (b_2 - a_2)^2$$

O que implica que:

$$D = \sqrt{(b_1 - a_1)^2 + (b_2 - a_2)^2}$$

Dessa forma, considerando um espaço multidimensional R^n , a distância euclidiana entre dois pontos é

calculada a partir da seguinte expressão:

$$D^2 = \sqrt{(b_1 - a_1)^2 + (b_2 - a_2)^2 + \dots + (b_n - a_n)^2}$$

Assim, torna-se possível calcular distâncias entre quaisquer pontos no espaço. Percebe-se que esse indicador é muito sensível à dispersão dos atributos considerados, já que por vezes um único atributo com valores consideravelmente grandes dominará o resultado. Dessa forma, Hair et al. (2009) indicam que a solução mais comum é trabalhar com as variáveis padronizadas através da subtração de sua média e a divisão pelo seu desvio padrão, conforme a expressão a seguir.

$$X' = \frac{X - \bar{X}}{SD(X)}$$

onde X' é a variável padronizada; $\bar{X}$ é a média da variável; e $SD(X)$ é o desvio padrão da variável.

É importante ressaltar que essa metodologia, apesar de bastante utilizada, é bastante impactada pelo conjunto de variáveis selecionadas para análise. Ou seja, o resultado se altera conforme são alterados também os atributos considerados.

Na presente análise, a distância euclidiana foi utilizada para calcular um grau de proximidade entre os estados brasileiros, fazendo uso de variáveis de renda, educação, saúde, demografia, trabalho e atividades econômicas, buscando retratar tanto a esfera econômica de cada localidade, como também a social. Os indicadores utilizados são retratados no **Quadro 1** a seguir. Como se pode observar, foram consideradas médias do período pré-2017, com o objetivo de capturar similaridades entre os estados antes de eventuais efeitos causados pelos fluxos migratórios em Roraima.

Com esse indicador calculado, foi construída uma matriz de proximidade entre as UF brasileiras, através da qual é possível identificar os pares mais semelhantes para cada uma delas. No caso de Roraima, considerando os indicadores utilizados, as UF mais próximas, ou seja, que resultaram em uma distância euclidiana menor foram, nessa ordem, Piauí, Sergipe e Rondônia. Por essa razão, esses três estados são frequentemente utilizados, neste relatório, para análises comparativas que buscam compreender se há alguma dinâmica que seja particular do estado de Roraima.

Quadro 1. Descrição das variáveis utilizadas para o cálculo de similaridade

Variáveis	Descrição	Fonte	Período de referência
PIB per capita	Valor do PIB (valores correntes) médio do período dividido pela população total residente estimada no meio do período por UF	PIB: Sistema de Contas Regionais (IBGE, 2017) e População: Estimativas da população (IBGE, 2019b)	2009-2017
População	População média residente estimada por UF	Estimativas da população (IBGE, 2019b)	2008-2017
Rendimento	Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais), média da UF	PNAD Contínua (IBGE, 2019a)	2012-2017
Ocupadas	Percentual médio das pessoas de 14 anos ou mais de idade consideradas ocupadas na data de referência, por UF	PNAD Contínua (IBGE, 2019a)	2012-2017
Densidade	População média residente estimada dividido pela área da UF	População: Estimativas da população (IBGE, 2019b) e Área: Censo demográfico 2010 (IBGE, 2010)	2008-2017
Serviços	Índice de receita nominal de serviços (Número-índice) - Índice base fixa com ajuste sazonal (2014=100) – Média, por UF	PMS (IBGE, 2019e)	2011-2017
Comércio	Índice de receita nominal de vendas no comércio varejista (Número-índice) - Índice base fixa com ajuste sazonal (2014=100) – Média, por UF	PMC (IBGE, 2019f)	2008-2017
Pobreza	Percentual médio de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 89 por UF	PNAD Contínua (IBGE, 2019a)	2012-2017
Educação	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Ensino Médio – Média por UF	INEP (2019a)	2005-2017 (bianual)
Esperança de vida	Esperança de vida ao nascer para ambos os sexos – Média por UF	Projeções Populacionais (IBGE, 2018a)	2010-2017
Agropecuária	Participação média da Agropecuária no valor adicionado bruto (em %) em cada UF	Sistema de Contas Regionais (IBGE, 2017)	2008-2017

Fonte: elaboração própria

I.1.2 Pareamento das bases de dados CTPS-RAIS-CAGED

O procedimento de pareamento das bases de dados da CTPS, da RAIS e do CAGED foi central para a análise da movimentação dos venezuelanos no mercado de trabalho formal brasileiro apresentada na **seção 3.4**. A base de dados do CAGED não possui a variável “nacionalidade” ou “país de nascimento”. Para conseguir esse dado, o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) combinou as informações do CAGED com a base da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), que possui a variável de nacionalidade. Como ambas as bases possuem informações sobre o Programa de Integração Social (PIS) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) foi possível realizar um linkage entre essas bases e, assim, ter acesso a nacionalidade dos migrantes no mercado de trabalho, via CAGED, que foram admitidos e demitidos no país (DICK, FURTADO e OLIVEIRA, 2018).

Uma limitação importante que surge na junção das bases é que, como a identificação dos migrantes no CAGED depende do extrato da base CTPS, é possível que um migrante com movimentação no mercado de trabalho (admissão ou desligamento)

não seja identificado porque, por exemplo, emitiu sua CTPS em um período anterior ao coberto pelo extrato disponível. Portanto, a base CTPS-CAGED possui tamanho variável, dependendo do extrato CTPS disponível no momento que se realiza o pareamento entre as bases, sendo o número identificado de movimentações crescente conforme o tamanho do extrato CTPS disponível no momento da junção (DICK, FURTADO e OLIVEIRA, 2018).

Com o intuito de avançar metodologicamente a fim de superar a limitação do extrato CTPS, disponível para identificar os migrantes na base do CAGED, o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) realizou um trabalho de harmonização e pareamento com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de forma a aumentar esta listagem em uma base combinada RAIS-CTPS, para então ter uma identificação mais completa dos migrantes na base CAGED, evitando a situação de ter resultados que flutuem dependendo da listagem de migrantes disponível no momento da junção das bases CTPS e CAGED (DICK, FURTADO e OLIVEIRA, 2018).

I.1.3 Deflacionamento

Em diversas ocasiões, as variáveis que são apresentadas em unidades monetárias no relatório precisaram ser deflacionadas. Ao contrário de outras unidades de medida, o valor da moeda va-

ria ao longo do tempo. Isto se deve à inflação, ou seja, à elevação do nível geral de preços, que faz com que o poder de compra da moeda diminua ao longo dos anos (uma deflação, caso contrário,

elevaria o poder de compra). Em termos práticos, a inflação faz com que R\$ 1 neste ano tenha menos valor do que o mesmo R\$ 1 em qualquer ano do passado. De forma equivalente, R\$ 1 hoje vale mais do que R\$ 1 no futuro.

Para que os efeitos da inflação não distorçam as análises que comparam os dados em diferentes anos, é importante que se considere o efeito da mudança de valor da moeda. Por essa razão, utiliza-se,

ao longo do relatório, variáveis em valores reais, isto é, valores trazidos a preços presentes.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE (2019d) foi o índice selecionado para deflacionar as séries de dados utilizados na ferramenta. O IPCA é adotado pelo Banco Central como o índice de referência para o cumprimento do regime de metas de inflação, o que faz com que seja bastante divulgado e conhecido entre os brasileiros.

Tabela 22. Exemplo de deflator do IPCA anual com mês-base dezembro de 2018 e novembro de 2019

	Nº Índice (Dez de 2018 = 1)	Nº Índice (Nov de 2019 = 1)
1999	0,311	0,302
2000	0,330	0,320
2001	0,355	0,345
2002	0,400	0,388
2003	0,437	0,424
2004	0,470	0,456
2005	0,497	0,482
2006	0,513	0,497
2007	0,536	0,519
2008	0,567	0,550
2009	0,592	0,574
2010	0,627	0,608
2011	0,667	0,647
2012	0,706	0,685
2013	0,748	0,725
2014	0,796	0,772
2015	0,881	0,854
2016	0,936	0,908
2017	0,964	0,935
2018	1,000	0,970
2019	1,031	1,000

Fonte: IBGE (2019d). Elaboração própria.

Para deflacionar as séries, utilizou-se a tabela do IPCA (em formato zip) que está disponibilizada na página do IBGE. Os dados utilizados estão disponíveis na planilha “Série Histórica IPCA”, na coluna “Número Índice (Dez 93 = 100)”. Para séries anuais, foi adotado o número de fechamento, ou seja, o valor do índice em dezembro. A série do deflator tem dezembro de 2018 ou o mês mais recente disponível (no caso, no-

vembro de 2019) como base. A **Tabela 22** mostra os deflatores utilizados.

Em posse da série de deflatores, basta dividir cada observação da série de dados pela observação correspondente da série do deflator para obter a série temporal deflacionada.

I.1.4 Índice de Herfindahl

Herfindahl (1950) propôs a criação de um índice para medir o grau de concentração de mercados, buscando evidências de poder de monopólio ou oligopólio. O chamado de Índice de Herfindahl se tornou uma ferramenta comum nesse tipo de estudo, mas também inspirou trabalhos focados em mensurar o grau de diversificação produtiva de regiões, como é o caso do artigo de Ellison e Glaeser (1997).

Nessa linha, o Índice de Herfindahl proposto neste trabalho busca medir o grau de diversificação de estados, municípios, regiões ou mesmo países segundo a dispersão de trabalhadores entre os setores de atividade econômica. Para isso, foram utilizados dados de vínculos formais de trabalho no Brasil obtidos pela RAIS e pelo CAGED em cada subclasse⁴¹ da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE. Apesar da limitação de trabalhar apenas com vínculos formais, o elevado grau de detalhamento desses dados resulta em uma boa proxy para diversificação de regiões do Brasil.

Seja i um setor de atividade econômica (subclasse da CNAE) e n o número de setores em que existem vínculos formais de trabalho na RAIS. Se s_i é a participação relativa do setor i no conjunto da unidade de análise, ou seja, a proporção de vínculos formais de trabalho alocados naquele setor, então o índice dessa unidade de análise é obtido a partir da seguinte fórmula:

$$H = \sum_{i=1}^n s_i^2$$

Em outras palavras, o índice é o somatório das participações relativas de cada setor ao quadrado. O índice varia no intervalo $[1/n, 1]$. Quanto menor o índice, mais diversificada é a unidade de análise – estado, região ou o país. Quanto mais próximo de um, menos diversificada – ou mais especializada – é a unidade regional. O índice foi calculado tanto em frequência anual (a partir do estoque de vínculos da RAIS)

⁴¹ Para se ter uma ideia do nível de granularidade da subclasse, seguem alguns exemplos de setores de atividade econômica dentre os 1.328 para os quais há vínculos formais de trabalho no Brasil: cultivo de juta; comércio atacadista de sorvetes; sociedades de capitalização, etc.

quanto em frequência mensal (em que foi utilizada como parâmetro a distribuição de vínculos formais da RAIS em dezembro de 2010 atualizada mês a

mês de acordo com o saldo de movimentação de cada setor obtido pelo CAGED).

I.2 Pesquisas qualitativas

O trabalho contou com aportes de uma pesquisa qualitativa, responsável por aprofundar, complementar e interpretar os resultados da pesquisa quantitativa, tendo em vista que a utilização de várias técnicas, combinadas, permitem fazer uma análise mais profunda dos resultados encontra-

dos (ENSSLIN, 2008). Três técnicas qualitativas serão utilizadas: a entrevista semiestruturada com atores-chave, a observação direta, além de um levantamento bibliográfico para identificar as peculiaridades sócio-históricas de Roraima.

I.2.1 Entrevistas semiestruturadas com atores-chave

As entrevistas foram realizadas com profissionais responsáveis pelos órgãos geradores dos dados e/ou familiarizados com a metodologia empregada nesses dados e que poderiam apresentar visões complementares à parte quantitativa. Segundo Creswell (2010, p. 87) “a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social”, no caso o impacto econômico advindo dos fluxos migratórios. As entrevistas versaram sobre a discussão dos resultados preliminares da pesquisa, a percepção sobre e relevância do fluxo venezuelano para o estado e da economia humanitária derivada da resposta das instituições governamentais e não-governamentais a esses fluxos.

Foram realizadas, entre 19 de novembro de 2019 e 20 de dezembro de 2019, um total de 13 (treze) entrevistas com representantes de instituições envolvidas

com a temática migratória em Roraima ou provedoras de dados e informações utilizadas no trabalho. As instituições representadas nas entrevistas foram: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), a Secretaria de Estado do Planejamento, Indústria e Comércio de Roraima (SEPLAN-RR) – que teve duas entrevistas diferentes –, o Centro de Migrações e Direitos Humanos (CMDH), o Exército brasileiro, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Roraima (SEAPA-RR), a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), o Fundo de população das Nações Unidas (UNFPA) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), além de um pesquisador independente, não vinculado a nenhuma instituição específica.

É importante ressaltar que a documentação relativa à pesquisa qualitativa, em especial o roteiro das entrevistas realizadas e o termo de consentimento livre e esclarecido foram submetidos e aprovados

pelo Comitê de Conformidade Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Fundação Getúlio Vargas (FGV CEPH).

I.2.2 Observação direta

A observação direta intensiva é um tipo de atividade que faz uso dos sentidos na obtenção de aspectos determinados da realidade, não apenas por meio do ver e ouvir, mas também por meio do exame de fenômenos e fatos que se deseja investigar (LAKATOS & MARCONI, 2003). Os pesquisadores residentes em Roraima já desenvolviam, há bastante tempo, a observação assistemática de todos os efeitos do fenômeno migratório, que se mostrou reveladora para a construção das hipóteses e de setores econômicos em que se tornam mais perceptíveis os efeitos dos fluxos de venezuelanos para Roraima.

Entretanto, a partir da análise dos dados coletados,

tal observação passa de assistemática para sistemática. Somente com essa sistemática de observação é que, segundo Rúdio (2002), a observação poderá ser considerada como um método científico. No caso específico, ela fornece condições para que os pesquisadores acompanhem presencialmente os processos econômicos que estão ocorrendo no estado, permitindo um contato direto com a realidade que auxiliará na identificação de elementos capazes de evidenciar aspectos, atividades e comportamentos que se relacionam com os dados, assim como auxiliará nos diagnósticos sobre oscilações e desvios que certos segmentos podem ter em relação aos dados disponíveis.

I.2.3 Realidade sócio-histórica de Roraima

O fato de parte da equipe de pesquisadores estar baseada em Roraima também foi utilizado uma apreciação de aspectos que são específicos da realidade do estado. As peculiaridades do estado tornam tal etapa de pesquisa ainda mais relevante. Dentre tais características, destacam-se o tamanho populacional, o fato de ser uma região de fronteira, o pertencimento à Amazônia Legal, a dificuldade de integração com o restante do país, a economia em que o Poder Público e seus ven-

cimentos exercem enorme influência, e a relevância dos órgãos vinculados à Defesa estatal.

Nesse sentido, os pesquisadores fizeram uso da bibliografia já produzida sobre a localidade, incluindo a produção bibliográfica sobre o fenômeno migratório venezuelano em direção ao Brasil, visto que, desde 2017, há uma produção de dados mais efetiva sobre o fluxo e seus impactos variados no território roraimense.

Apêndice II – Lista de acrônimos

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AIH	Autorização de Internação Hospitalar
BBVA	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria
BCB	Banco Central do Brasil
BNMP	Banco Nacional de Monitoramento de Prisões
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CMDH	Centro de Migrações e Direitos Humanos
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONARE	Conselho Nacional para os Refugiados
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSVM	Cátedra Sérgio Vieira de Mello
DPF	Departamento de Polícia Federal
DTM	Matriz de Monitoramento de Deslocamento
EJA	Educação de Jovens e Adultos
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União
FGV CEPH	Comitê de Conformidade Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Fundação Getúlio Vargas
FGV DAPP	Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IBPT	Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação
ICMS	Imposto sobre Consumo de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMDH	Instituto Migrações e Direitos Humanos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MPU	Ministério Público da União
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU Mulheres	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal
PAS	Pesquisa Anual de Serviços
PBF	Programa Bolsa Família
PEVS	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Pesquisa Industrial Mensal
PIS	Programa de Integração Social
PMC	Pesquisa Mensal de Comércio
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PPM	Pesquisa Pecuária Municipal
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RN	Resolução Normativa
RPPS	Regime Próprio da Previdência Social
SEAPA-RR	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Roraima
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAN-RR	Secretaria de Estado do Planejamento, Indústria e Comércio de Roraima
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SJMR	Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados
SMDS	Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social
STI	Sistema de Tráfego Internacional
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TBM	Taxa Bruta de Mortalidade
TBN	Taxa Bruta de Natalidade
UCAB	Universidad Catolica Andres Bello
UCV	Universidad Central de Venezuela
UF	Unidade da Federação
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNFPA	Fundo de população das Nações Unidas
USB	Universidad Simon Bolivar
VBP	Valor Bruto da Produção

Apêndice III – Lista de figuras, tabelas e quadros

III.1 Figuras

Figura 1	Pirâmide etária de Roraima (2019)	33
Figura 2	PIB de Roraima pelo Valor Bruto da Produção (VBP) de acordo com o setor (2017).....	39
Figura 3	Índice de Herfindahl para Roraima, Brasil e região Norte, 2010-2018	40
Figura 4	Variação do Índice de Herfindahl para Roraima, Brasil e região Norte	41
Figura 5	Taxa de crescimento anual da área plantada ou destinada à colheita	42
Figura 6	Percentual do crescimento da área plantada de 2017 a 2018, por produtos, Roraima	43
Figura 7	Índice de base fixa da receita nominal do setor de serviços em Roraima e no..... Brasil, (2014 = 100; fev/2012-ago/2019)	46
Figura 8	Volume de vendas do varejo ampliado com ajuste sazonal, Brasil e Roraima,..... 2010-2019 - Índice de base fixa (2014 = 100)	47
Figura 9	Volume de vendas do varejo - Variação mês contra mês do ano anterior e variação..... acumulada em 12 meses, Brasil e Roraima, 2015-2019	48
Figura 10	Valor das exportações e importações, Roraima, janeiro a novembro, 1997-2019	51
Figura 11	Valor exportado (em US\$ milhões) segundo país de destino, Roraima, 2010-2019.....	52
Figura 12	Taxa de crescimento real (mês contra mesmo mês do ano anterior) da receita de..... ICMS, Roraima e total dos estados (exceto Roraima), jan/10 a jul/19	57
Figura 13	Taxa de crescimento real da receita de ISSQN, média dos municípios de Roraima e do total dos estados (exceto Roraima), 2013-2018	58
Figura 14	Taxa de crescimento real da despesa estadual empenhada (exceto intraorça-..... mentária), Roraima e total dos estados (exceto Roraima), 2014-2018	60
Figura 15	Taxa de crescimento real da despesa municipal empenhada (exceto intraorça-..... mentária), média dos municípios de Roraima e dos demais estados, 2015-2018	61
Figura 16	Taxa de desocupação (%), Brasil, Região Norte e Roraima, 2012-T1 a 2019-T3.....	64
Figura 17	Rendimento médio real habitual do trabalho, Brasil e Roraima, 2012-T1 a 2019-T3.....	66
Figura 18	Remuneração média mensal (em salários mínimos) de venezuelanos em Roraima..... por mês de admissão, jan/2010 a dez/2018	81
Figura 19	Número de vínculos de brasileiros (incluindo naturalizados) em Roraima por mês..... de admissão, jan/2010 a dez/2018	82
Figura 20	Remuneração média mensal (em salários mínimos) de brasileiros (incluindo natu-..... ralizados) em Roraima por mês de admissão, jan/2010 a dez/2018	83
Figura 21	Remuneração média mensal de admitidos a preços de dez/2018, venezuelanos..... e todas as nacionalidades em Roraima e no resto do Brasil, jan/14 a set/19	84
Figura 22	Percentual de pessoas em condição de extrema pobreza, Brasil, região Norte e..... Roraima, 2012-2018	86

Figura 23	Percentual de pessoas em condição de extrema pobreza	87
Figura 24	Variação mensal (mês em relação a mesmo mês do ano anterior) do número de..... famílias na extrema pobreza cadastradas no CadÚnico	88
Figura 25	Número de famílias inseridas – CRAS – Roraima, (jan. 2012 a jan. 2019).....	89
Figura 26	Média de famílias em casos de acompanhamento – CRAS – Roraima (jan. 2012 a jan. 2019).....	90
Figura 27	Número de famílias inseridas – CREAS – Roraima (jan. 2012 a jan. 2019)	91
Figura 28	Média de famílias em casos de acompanhamento – CREAS – Roraima (jan. 2012 a jan. 2019).....	92
Figura 29	Número de pessoas em situação de rua – CREAS – Roraima (jan. 2012 a jan. 2019).....	93
Figura 30	Número de atendimentos ambulatoriais – Roraima e Boa Vista – (2010 a ago. 2019).....	94
Figura 31	Número de atendimentos ambulatoriais do estado de Roraima por esfera admi-..... nistrativa (2010 a nov. 2019)	95
Figura 32	Número de internações hospitalares em Roraima e Boa Vista (2010 a ago. 2019).....	96
Figura 33	Número de internações hospitalares em Pacaraima (2010 a ago. 2019).....	97
Figura 34	Número de matrículas na educação infantil em Roraima (2010 a 2018)	99
Figura 35	Número de matrículas no ensino fundamental em Roraima (2010 a 2018).....	100
Figura 36	Número de matrículas no ensino médio em Roraima (2010 a 2018).....	101
Figura 37	Número de matrículas na educação profissional em Roraima (2010 a 2018).....	102
Figura 38	Número de matrícula no EJA em Roraima (2010 a 2018)	103
Figura 39	Número de matrículas na educação especial em Roraima (2010 a 2018)	104
Figura 40	Resultado consolidado das estimativas de receita e despesa do Estado brasileiro..... com imigrantes venezuelanos, 2018	119
Figura 41	Representação esquemática da distância euclidiana	136

III.2 Tabelas

Tabela 1	Número de solicitações de refúgio de venezuelanos por ano, segundo município..... de solicitação em Roraima, 2013 - 2019 (janeiro a julho)	24
Tabela 2	Número de registros migratórios de venezuelanos, por ano, segundo município..... de residência - Roraima, 2013 - 2019 (janeiro a junho)	25
Tabela 3	Nascidos vivos, por ano, segundo município de residência da mãe - Roraima, 2011 a 2017.....	34
Tabela 4	Indicadores demográficos segundo ano - Roraima, 2010-2019	
Tabela 5	Óbitos, por ano, segundo município de residência do falecido - Roraima, 2011-2017.....	35
Tabela 6	Percentual de crescimento da pecuária, Brasil e Roraima.....	44
Tabela 7	Valor exportado por Roraima (em US\$) segundo produto, 2016-2019	50
Tabela 8	Valor exportado (em US\$) para a Venezuela por produto, Roraima, 2016-2019.....	53
Tabela 9	Taxa de desocupação (%), Brasil, Região Norte, Roraima e estados de comparação,..... terceiro trimestre – 2012 a 2019	64

Tabela 10	Número de carteiras de trabalho e previdência social emitidas para venezuelanos,.....	69
	por ano, segundo unidades da federação, Brasil, 2016 a out/2019	
Tabela 11	Número de carteiras de trabalho e previdência social emitidas para imigrantes, por.....	70
	ano, Brasil, segundo principais países de origem, 2016 a 2018	
Tabela 12	Número de carteiras de trabalho e previdência social emitidas para imigrantes, por.....	71
	ano, Brasil, segundo status migratório, 2016 a 2018	
Tabela 13	Movimentação de trabalhadores venezuelanos no mercado de trabalho formal, por.....	72
	ano de movimentação, segundo unidades da federação, Brasil, 2016 a out/2019	
Tabela 14	Movimentação de trabalhadores venezuelanos no mercado de trabalho formal,.....	73
	por ano de movimentação, segundo principais municípios, Brasil, 2016 a out/2019	
Tabela 15	Movimentação de trabalhadores venezuelanos no mercado de trabalho formal, por ano.....	74
	de movimentação, segundo principais atividades econômicas, Brasil, 2016 a out/2019	
Tabela 16	Movimentação de trabalhadores haitianos no mercado de trabalho formal, por ano.....	75
	de movimentação, segundo principais atividades econômicas, Brasil, 2016 a out/2019	
Tabela 17	Admissão e demissão de venezuelanos em Roraima, por ano, 2011 a out/2019.....	76
Tabela 18	Movimentação de imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho formal, por.....	77
	ano, segundo municípios de Roraima, 2017 a out/2019	
Tabela 19	Movimentação de imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho formal, por.....	78
	ano, segundo escolaridade - Roraima, 2017 - outubro de 2019	
Tabela 20	Movimentação de imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho formal, por.....	79
	ano, segundo principais atividades econômicas - Roraima, 2017 - outubro de 2019	
Tabela 21	Movimentação de imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho formal, por.....	80
	ano, segundo principais ocupações - Roraima, 2017 - outubro de 2019	
Tabela 22	Exemplo de deflator do IPCA anual com mês-base dezembro de 2018 e novembro de 2019	140

III.3 Quadros

Quadro 1	Descrição das variáveis utilizadas para o cálculo de similaridade	138
-----------------------	---	------------

Financiadores:



ESMPU



UNIÃO EUROPEIA